

**UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ANA CAROLINA RICCIOPPO

**ENSINO PROFISSIONALIZANTE FEMININO EM UBERABA: O
CENTRO DE TREINAMENTO E ESCOLA RURAL DE MAGISTÉRIO
DE ECONOMIA DOMÉSTICA DE UBERABA
(1953-1963)**

UBERABA-MG

2016

ANA CAROLINA RICCIOPPO

**ENSINO PROFISSIONALIZANTE FEMININO EM UBERABA: O
CENTRO DE TREINAMENTO E ESCOLA RURAL DE MAGISTÉRIO
DE ECONOMIA DOMÉSTICA DE UBERABA (1953-1963)**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, Curso de Mestrado, da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação. Linha de Pesquisa 2 – Processos Educacionais e seus Fundamentos

Orientadora: Prof.^a Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

UBERABA– MG

2016

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Riccioppo, Ana Carolina.
R359e Ensino profissionalizante feminino em Uberaba: o centro de
treinamento e escola rural de magistério de economia doméstica de
Uberaba (1953-1963) / Ana Carolina Riccioppo. – Uberaba, 2016.
114 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba.
Programa de Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Processos
Educação e seus Fundamentos.

Orientadora: Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

1. Educação feminina. 2. Ensino profissional. 3. Economia
doméstica. I. Gatti, Giseli Cristina do Vale. II. Universidade de
Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 371.822

Ana Carolina Riccioppo

**ENSINO PROFISSIONALIZANTE FEMININO EM UBERABA: O CENTRO DE
TREINAMENTO E ESCOLA RURAL DE MAGISTÉRIO DE ECONOMIA
DOMÉSTICA DE UBERABA (1953-1963)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 14/12/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Giseli Cristina do Vale Gatti
(Orientadora)
UNIUBE - Universidade de Uberaba

Prof.^a Dr.^a Nilce Vieira Campos
UFMT - Universidade Federal do
Grosso

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto
UNIUBE - Universidade de Uberaba

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha querida mãezinha Maria Fátima, que hoje é minha estrela no céu, me rege, me ilumina e me abençoa. E ao meu filho amado Giovanni Riccioppo Braga, minha fonte de inspiração, força e luta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter-me dado a força, saúde e a perseverança necessárias para a realização deste trabalho. E por ter colocado pessoas tão especiais e iluminadas ao meu lado, sem as quais certamente não teria conseguido alcançar meus objetivos.

A minha mãe Maria de Fátima Vieira (*in memorian*), mulher guerreira, que sempre me incentivou a lutar pelos meus ideais, a nunca desistir dos meus sonhos e principalmente a nunca me acovardar diante das dificuldades e obstáculos, que sempre foi meu exemplo de coragem e desbravamento.

A meu pai Pedro Afonso Riccioppo, no qual sempre encontro um sorriso fácil, uma humildade, uma palavra de consolo e uma disponibilidade de me ajudar e servir com tanto amor, carinho e paciência.

Ao meu filho Giovanni Riccioppo Braga, meu orgulho, minha maior vitória, para o qual quero deixar meu exemplo de que lutar, estudar, adquirir novos conhecimentos, sempre irão valer a pena. Desistir jamais.

Aos meus Irmãos queridos Gustavo Riccioppo e Thiago Riccioppo, minha querida cunhada Anabel Martins Jajah Riccioppo, meus sobrinhos lindos de viver Gustavo Filho e Isabella. Toda minha família, que sempre me deram o apoio necessário e incentivo para realizar o meu mestrado.

Meu Tio Plauto Riccioppo, meu segundo pai, que me proporcionou os estudos de educação básica, em seu Colégio São Judas Tadeu. Sou eternamente grata.

Agradeço também às minhas amigas e incentivadoras Alessandra Villaça e Daniela Peres Miguel, que me ajudaram a elaborar meu projeto de pesquisa para ingressar no programa de mestrado; ao meu querido e amado amigo Frederico Montes Cordeiro, sempre meu fiel escudeiro, à minha amiga irmã Taciana Macedo Mendes, que mesmo estando em Paris sempre me apoiou em todas as fases da minha vida; e a todos meus amigos e amigas.

A todos os professores, do Programa de Pós-Graduação em Educação, curso de Mestrado da Universidade de Uberaba – Uniube, essenciais com seus conhecimentos que foram transmitidos ao longo do mestrado, em especial minha orientadora Giseli do Vale Gatti,

e também aos colegas e companheiros, pela amizade e espírito de colaboração, dividindo as angústias e trocando experiências.

A todos os funcionários do Arquivo Público de Uberaba, sempre queridos e disponíveis para ajudar.

A todos meus amigos e alunos do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM, onde me despertou a vontade de estudar, onde enxerguei que a educação ainda vale a pena. Mesmo sendo desvalorizada pelos nossos governantes, no Instituto encontrei motivações. Tanta motivação, que me despertou a vontade de conhecer e pesquisar sobre o primeiro curso que anos depois se transformaria no Instituto Federal.

Aos meus colegas de trabalho e alunos da Escola Estadual Horizonta Lemos, pela amizade, carinho e compreensão.

A minha revisora de português Maria Cristina, um raio de luz, um presente de Deus, cujo trabalho me ajudou na composição da obra como um todo.

RESUMO

A temática que anima a presente pesquisa refere-se à compreensão do papel exercido pelo Centro de Treinamento e Escola Rural de Magistério de Economia Doméstica de Uberaba no que se refere ao ensino profissionalizante feminino. Esta investigação foi desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, na linha de pesquisa Processos Educacionais e seus Fundamentos e situa-se no campo da História da Educação, com a temática voltada para a história de instituições escolares. Esta investigação integra o Projeto “A expansão do ensino secundário no Triângulo Mineiro: entre finalidades e práticas vivenciadas em instituições escolares de Uberaba, Ituiutaba, Frutal e Uberlândia”. O recorte definido para o exame da referida instituição se dá no período de 1953, marco de criação da instituição até 1963, período em que a instituição consolida-se na cidade de Uberaba pela excelência de seu ensino. Em 1953, o padre Agostinho Zago fundou o Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica para ministrar cursos para mulheres visando à escolarização do cotidiano doméstico. Assim, a pesquisa teve como objetivo central compreender o papel da educação profissional feminina na cidade de Uberaba no período investigado; e como objetivos específicos: compreender o papel da mulher na sociedade uberabense no período demarcado pela investigação; identificar o perfil docente e discente da instituição; e conhecer os saberes compartilhados disseminados na escola. Para que fosse possível a compreensão desta temática foi realizada uma busca por material bibliográfico que pudesse respaldar essa investigação. Para tanto foi necessário buscar uma bibliografia pertinente, onde procuramos contemplar teses e dissertações, livros escritos por historiadores e memorialistas, artigos, documentação impressa, manuscrita e iconográfica, existente nos arquivos da instituição, além de jornais de época encontrados no acervo do Arquivo Público Municipal, bem como o uso de fontes orais de depoimentos colhidos por Nilce Vieira Campos Ferreira. O referencial teórico que corroborou para o desenvolvido da pesquisa está respaldado em Correia (2016), Ferreira e Gonçalves Neto (2013), Ferreira (2014), Gomes (1977), Halbwachs (1990), Magalhães (2004), Ratto (1992), Serrano (1954), Tomé (2013), entre outros. Foi possível perceber durante a pesquisa que, a escola foi criada para receber as jovens de famílias de poder aquisitivo da cidade de Uberaba, com intuito de ensiná-las a desempenhar o papel de gestora da família, alicerçada em valores conservadores, nacionalistas e católicos. Dessa forma, a escola educou por meio de um método de ensino que visava educar as mulheres para atuarem nas tarefas domésticas em seus lares. Existia uma harmonização entre as instituições e a sociedade, o que tornou a instituição um modelo de formação para as jovens, cujo destino era o matrimônio e o lar.

Palavras-chave: Ensino Profissionalizante. Educação Feminina. Economia Doméstica.

ABSTRACT

The theme that animates the present research refers to the understanding of the role played by the Training Center and Rural School of Magisterium of Home Economics of Uberaba with regard to female vocational education. This research was developed in the Graduate Program in Education of the University of Uberaba, in the line of research Educational Processes and its Foundations and is located in the field of History of Education, with the theme focused on the history of school institutions. This research is part of the project "The expansion of secondary education in the Triângulo Mineiro: between aims and practices experienced in school institutions in Uberaba, Ituiutaba, Frutal and Uberlândia". The definite cut for the examination of this institution comes in the period of 1953, the establishment of the institution until 1963, when the institution consolidates itself in the city of Uberaba for the excellence of its teaching. In 1953, Father Agostinho Zago founded the Training Center in Rural Domestic Economy to teach courses for women in order to attend daily schooling. Thus, the main objective of the research was to understand the role of female vocational education in the city of Uberaba during the period under investigation; And as specific objectives: to understand the role of women in Uberaba society in the period of research; Identify the teaching and student profile of the institution; And to know the shared knowledge disseminated in the school. To make it possible to understand this theme, a search for bibliographic material was carried out to support this research. For this, it was necessary to search for a pertinent bibliography, where we sought to contemplate theses and dissertations, books written by historians and memorialists, articles, printed documentation, manuscript and iconographic, existing in the archives of the institution, in addition to periodical newspapers found in the Municipal Public Archives, As well as the use of oral sources of testimonies collected by Nilce Vieira Campos Ferreira. The theoretical framework that corroborated the development of the research is supported by Correia (2016), Ferreira and Gonçalves Neto (2013), Ferreira (2014), Gomes (1977), Halbwachs (1990), Magalhães (2004), Ratto, Serrano (1954), Tomé (2013), among others. It was possible to realize during the research that the school was created to receive the young people from families of purchasing power of the city of Uberaba, in order to teach them to play the role of family manager, based on conservative, nationalist and Catholic values. In this way, the school educated through a teaching method that aimed to educate women to work in the domestic tasks in their homes. There was a harmonization between the institutions and the society, which made the institution a model of formation for the young, whose destiny was marriage and home.

Key words: Vocational Education - Feminine Education – Domestic Economy.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Escola Feminina Carlos de Campos em 1911	21
Figura 2: Manual de 1954	29
Figura 3: Manual de 1955	30
Figura 4: Manual de 1957	30
Figura 5: Coleção feminina Vol.6.....	31
Figura 6: Temas manuais de instrução pesquisados.....	31
Figura 7: Publicidade da candidatura de Helena de Brito em 1950	39
Figura 8: Anúncio Uterosano	40
Figura 9: Anúncio Fluxo-Sedatina	41
Figura 10: Anúncio Lactoglan.....	42
Figura 11: José Mendonça em 1954.....	48
Figura 12: Publicação de agradecimento às autoridades presentes na inauguração da escola em 1953.....	50
Figura 13: Planta do primeiro prédio onde funcionou a Eserd.....	51
Figura 14: Primeiro prédio onde funcionou a Eserd.	51
Figura 15: Alunas da primeira turma no curso de Magistério Rural, 1955.	55
Figura 16: Alunas da Eserd, Curso de Extensão em 1959.	55
Figura 17: Entrega de diplomas em 1961. Em primeiro plano, a aluna Maria Antônia Felix.....	56
Figura 18: Prédio na Av. Leopoldino de Oliveira.	57
Figura 19: Parque Fernando Costa em 1960.	58
Figura 20: Colégio de Economia Doméstica Rural Licurgo Leite.	59
Figura 21: Documentos ainda a serem catalogados na instituição.	63
Figura 22: Diretora Aspásia Cunha Campos (1956 a 1970).	66
Figura 23: Certificado de Registro de Professor.	70
Figura 24: Nice Borges Amorim.	73
Figura 25: Relação dos nomes das alunas matriculadas em 1954.....	75
Figura 26: Apresentação Coral Eserd em 1955.....	77
Figura 27: Álbum da disciplina de Corte e Costura [195-].	78
Figura 28: Exposição dos trabalhos em 1955.....	79
Figura 29: Oradora da 1ª turma de Economia Doméstica em 1955.	80
Figura 30: Controle de matrículas e evasões em 1955.	81
Figura 31: Controle de matrículas e evasões em 1956.	81
Figura 32: Controle de matrículas e evasões em 1957.....	82
Figura 33: Controle de matrículas e evasões em 1958.....	82
Figura 34: Controle de matrículas e evasões em 1959.	83
Figura 35: Relatório com a relação nominal das alunas desligadas (196-).....	83
Figura 36: Disciplinas distribuídas para estudo durante a semana em 1955.	89
Figura 37: Registro das aulas dadas em 1963.	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Denominações da Eserd e cursos no recorte temporal desta pesquisa.....	44
Quadro 2: Diretores da Eserd.....	49
Quadro 3: Cursos Eserd 1953-1963.....	56
Quadro 4: Cursos de Magistério de Economia Rural Doméstica.....	84
Quadro 5: Cursos de extensão.....	85
Quadro 6 - Disciplinas do Curso de treinamento.....	86
Quadro 7: Disciplinas, conteúdos e finalidades no período de 1953-1963.....	91
Quadro 8: Curso Magistério de Economia Rural Doméstica (1954-1955).....	92
Quadro 9: Curso Magistério de Economia Rural Doméstica (1956-1957).....	92
Quadro 10: Cursos Eserd (1953-1963).....	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 panorama sobre a história da economia doméstica no mundo e no Brasil	17
1.1 Economia Doméstica enquanto ciência: breve contextualização	17
1.2 A Economia Doméstica no Brasil	19
CAPÍTULO 2 Instalação do curso de economia doméstica em uberaba	33
2.1 A mulher brasileira da década de 1950 e seu comportamento na sociedade uberabense...	33
2.2 Motivações para a criação de uma Escola de Economia Doméstica em Uberaba	43
CAPÍTULO 3 Desvelando o perfil docente e discente e os saberes compartilhados no Centro de Treinamento e Escola Rural de Magistério de Economia Doméstica de Uberaba ..	61
3.1 Perfil das diretoras e dos docentes.....	63
3.2 Perfil discente	72
3.3 Saberes compartilhados	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

Criada mundialmente por necessidade de garantir a sobrevivência da família após a Revolução Industrial, a disciplina de Economia Doméstica foi introduzida em solo brasileiro por volta de 1909. Era uma espécie de *educação para o lar* direcionada exclusivamente para as mulheres que deveriam e mantinham-se em sintonia com o modelo de família da época, estabelecido com algumas características que reforçam a divisão sexual do trabalho.

Os cursos criados especificamente para mulheres daquela época promoveriam a inclusão delas na vida pública, mas também um real distanciamento entre os mundos masculino e feminino, pois, conforme Correia (2016), as regras sociais para a mulher, no século XIX, eram regidas através da diferenciação dos sexos, “diferenciação dos sexos onde o padrão duplo de moralidade privilegiava o homem no que se referia absolutamente a tudo”. Assim, entre esses cursos, está o ensino de Economia Doméstica, que é oferecido por cinco universidades públicas no País e que merece realce por ter sido criado e ainda permanecer como campo de conhecimento “feminino” e atrelado ao “mundo doméstico”.

Dessa forma, esta pesquisa – que se situa no campo da Educação na subárea da História da Educação, especificamente relacionada à História das Instituições Educacionais – propõe-se a investigar a história do Ensino Profissional na cidade mineira de Uberaba, localizada no Triângulo Mineiro, em especial o curso de Economia Doméstica no período 1953 a 1963, destacando a formação educacional feminina. Tudo começou com a Escola de Economia Rural Doméstica e depois, com as transformações, originaram a Escola Agrotécnica Federal de Uberaba, o Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet e o atual Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM. É importante destacar que foi necessário o exame do contexto regional e as articulações em torno da criação e implantação dessa instituição, as características de sua evolução e os saberes compartilhados, perfil do corpo docente e discente no período estudado.

A proposta desta investigação tem sua origem no nosso interesse em compreender a criação de uma instituição de ensino profissionalizante na cidade de Uberaba e a sua sistemática de funcionamento no período de 1953 a 1963, década que foi marcada pela criação do curso de Economia Doméstica e, em 1963, ano em que foi introduzido o Curso Ginásial que funcionou até 1972. Esse interesse surgiu no ano de 2014, período de meu ingresso no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM como professora substituta e também como aluna no Programa de Mestrado da Universidade de Uberaba. Desde então,

percebi que a educação profissional era um campo de pesquisa com vários de pontos de exploração, ainda mais se consideradas as questões educacionais e históricas.

A problemática enfrentada nesta investigação foi sendo construída com o levantamento de teses e dissertações a respeito do tema, e especificamente a partir da tese de Doutorado de Nilce Vieira Campos Ferreira publicada em livro no ano de 2014, sobre o Centro de Treinamento de Economia Rural Doméstica em Uberaba, que a partir de 1954 foi denominada Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica “Dr. Licurgo Leite”, uma homenagem ao Deputado Licurgo Leite, responsável pelas primeiras verbas destinadas a manutenção da Escola.

Investigar um pouco da trajetória dessa escola foi um gostoso desafio porque me permitiu conhecer e analisar ações educativas voltadas para a formação da mulher e práticas formativas femininas. Isso porque “as instituições educativas, sendo instâncias complexas e multifacetadas, engendram e desenvolvem culturas, representações, formas de organização, relacionamento e ação que se constituem fatores de diferenciação e de identidade” (MAGALHÃES, 2004, p. 69).

Sendo assim, propor a investigação da origem e trajetória nos primeiros dez anos dessa instituição foi, primeiramente, reconhecer a sua importância para o ensino profissionalizante feminino dentro do recorte proposto na cidade de Uberaba, compreendendo a importância do curso de economia doméstica tanto no contexto regional, como local, destacando assim o papel da mulher na sociedade uberabense.

O objetivo desta investigação foi conhecer o enredamento dos fatos que permearam e impulsionaram a criação e organização da Escola de Economia Rural Doméstica, nível secundário – Eserd, no ano de 1953, bem como conhecer o perfil das alunas e profissionais que trabalhavam na instituição, os conteúdos ministrados e que tipo de profissional a instituição pretendia preparar para o mercado de trabalho. Para tal, recortamos o período de 1953 a 1963, delineando os objetivos deste estudo com a finalidade de compreender as motivações que levaram ao empreendimento de criação e a forma como funcionou o curso de Economia Doméstica neste período.

Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documental. A pesquisa bibliográfica deu-se a partir de um programa de leituras que envolveram a apreensão e reflexão dos aspectos teórico-metodológicos contidos nas teorizações sobre a História das Instituições Educacionais, além da leitura e análise de bibliografia sobre a História da Educação nacional e mineira, e a história do ensino profissionalizante.

Para efetivação da investigação foi necessário o trabalho com uma série de fontes de pesquisa escritas, incluindo documentos do acervo do próprio Instituto como atas, livros de matrícula, programas de disciplinas e iconografia, além disso, jornais da época, legislação educacional pertinente e regimentos escolares. Dado o recorte temático e espaço-temporal, o universo da pesquisa compreendeu alunos, professores, dirigentes e imprensa local de então.

Ressalta-se que o procedimento para o cumprimento das etapas da pesquisa obedeceu a uma sequência após a definição do objeto. Assim, a pesquisa teve início com o estudo de textos e projetos, relatórios e publicações referentes ao tema *historiografia de instituições escolares*.

A busca pelas fontes foi muito importante, e mesmo trabalhando na instituição, foi necessário o encaminhamento de um ofício do Programa de Pós Graduação em Educação da Uniube, assinado pela minha orientadora, ao diretor do instituto, no sentido de obter autorização para fazer o levantamento das fontes necessárias para essa investigação. Tal burocracia exigida pela instituição, deu-se pelo fato de que muitos documentos desapareceram de seus arquivos, pois antigamente havia o hábito de emprestar os documentos em confiança, o causou certamente problemas ao IFTM e a sua história, uma vez que muitos documentos nunca foram devolvidos, o que causou muitos problemas no que diz respeito a história dessa importante instituição na cidade de Uberaba. O acesso as fontes é suma importância, uma vez que a leitura dos documentos deve ter uma postura própria do pesquisador que não se dirige aos dados de forma ingênua, esperando que eles falem por si; tampouco com uma explicação já pronta na qual, necessariamente, os dados se encaixarão. Entretanto, resalto aqui a dificuldade no trato com essas fontes, pois especificamente dentro do recorte escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa, pouca documentação foi encontrada. Por isso nos lançamos sobre a tese de Nilce Vieira Campos Ferreira para nos dar suporte para a escrita do terceiro e último capítulo, uma vez que, além de alguns documentos, que já não se encontram mais nos arquivos do IFTM, as entrevistas colhidas por ela também foram de suma importância para tentar traçar o perfil docente e discente, que passaram por lá no período destacado pelo recorte cronológico.

Desse modo, a pesquisa foi estruturada em três capítulos para descrever a origem e trajetória da Escola de Economia Doméstica em Uberaba passando, antes, por um rápido contexto histórico mundial, pelas circunstâncias específicas em solo brasileiro, instalação, processo evolutivo, diretrizes, planos, programas e legislações relacionados à instituição pesquisada.

Sendo assim, o primeiro capítulo procurou expor o cenário no qual surgiu a Economia Doméstica no mundo e no Brasil. No mundo, a partir da Revolução Industrial e sua ação higienista para orientar as famílias operárias quanto à necessidade de higiene, alimentação, saúde e cuidado com as crianças; e no Brasil com todos esses cuidados, mas com o acréscimo de preparar as alunas para serem boas esposas, mães e donas de casas exemplares. Nesse capítulo, além da contextualização da Economia Doméstica enquanto ciência, discorre-se sobre a história e os componentes que compõem a implantação da Economia Doméstica no Brasil, tal como sua legalização.

No segundo capítulo, foram apresentados detalhes sobre a implantação do curso de Economia Doméstica em Uberaba, inclusive descrevendo o cenário no qual foi instalado o Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica, a situação política, econômica e cultural do município. Como a sociedade de Uberaba, a exemplo do restante do Brasil, considerava a família como sendo o esteio, a instituição básica da sociedade e que à mulher cabia simplesmente a função de diretora do lar, a pesquisa traçou o perfil dela naquele momento e qual era o seu comportamento na cidade de Uberaba às vésperas da criação do primeiro curso de Economia Doméstica no Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica.

Já o terceiro capítulo procura apresentar os saberes e lembranças dos sujeitos da história, traçando o perfil dos mestres responsáveis. Também registra os saberes compartilhados através da análise de currículos, métodos e instrumentos de ensino. Para este capítulo, a referência bibliográfica é o livro “Economia Doméstica – Ensino Profissionalizante Feminino no Triângulo Mineiro (Uberaba/MG – 1953-1997)”, da doutora em Educação Nilce Vieira Campos Ferreira (2014), no qual ela descreve, no capítulo 4, as memórias e narrativas dos servidores da instituição estudada. Os depoimentos relatados no livro são contribuições que compõem a história da Eserd e são também vitais para compor este estudo.

Por fim, as considerações finais são o momento de análise e discussões apreendidas a partir da leitura de textos pertinentes ao desenvolvimento desta pesquisa, bem como o exame das fontes encontradas no acervo, dos jornais de época, legislação, além da valiosa contribuição do trabalho desenvolvido pela pesquisadora Nilce Vieira Campos Ferreira, que nos foram úteis para compreender as ações para a criação e instalação de um curso de economia doméstica na cidade de Uberaba, bem como compreender o papel da mulher neste período.

Importante ressaltar que este estudo não pretendeu fechar a análise sobre o tema, mas sim reforça a compreensão acadêmica para com a pesquisa com instituições escolares e para a Educação Profissional no que se referem ao curso de Economia Doméstica. A investigação sobre a história do curso de Economia Doméstica oferece aos interessados – profissionais da educação, cidadãos e comunidade – a oportunidade de conhecer as funções que esse ensino exerceu no passado na cidade de Uberaba, além de contribuir para a construção e preservação da memória dessa importante instituição de ensino, hoje denominada Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM.

CAPÍTULO 1

PANORAMA SOBRE A HISTÓRIA DA ECONOMIA DOMÉSTICA NO MUNDO E NO BRASIL

Este capítulo analisa o surgimento da Economia Doméstica no mundo e no Brasil, de modo geral, para conhecer seus primórdios, quando deixa de ser apenas a necessidade de organização de uma casa, ganha status de profissão e passa ser objeto de discussão enquanto ciência.

No mundo, tudo começa na Revolução Industrial, quando se estabeleceu uma ação higienista destinada às famílias dos operários com o objetivo de orientá-las sobre as questões ligadas à higiene, alimentação, saúde e cuidado com as crianças. No Brasil, a Economia Doméstica se fez presente na educação feminina com o objetivo de preparar as alunas para serem boas esposas, mães e donas de casas. Marcar esses momentos é o objetivo dos subtítulos que se seguem.

1.1 Economia Doméstica enquanto ciência: breve contextualização

Ao longo dos séculos XVIII ao XXI, a Economia Doméstica foi desenvolvida com a união de conhecimentos gerais de áreas sociais e econômicas. As donas de casa passaram a ter responsabilidades sobre grandes famílias e países como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá começaram a oferecer cursos especiais como culinária, higiene e costura, com o objetivo de melhorar o ambiente familiar. Hoje, nesses mesmos países há opções de cursos de graduação, mestrado e doutorado que permitem estudos e atuações locais e globais. É a Economia Doméstica indo para além dos cuidados familiares desempenhados pelas donas de casa e tornando-se uma disciplina multidisciplinar que abrange conhecimentos de educação, nutrição, administração e serviço.

Em seus estudos, Ana Carla Menezes de Oliveira (2006, p.78) afirma que historicamente a Economia Doméstica tem sido uma profissão cujos fenômenos de interesse são originados nas ciências naturais e sociais. “[...] seus profissionais são influenciados por conhecimentos das duas ciências e extraem conceitos das disciplinas de Química, Sociologia, Arte, Biologia, Filosofia, Antropologia, Física e Economia”. Mas a autora vai mais além e diz que a Economia Doméstica pode ser entendida como uma ciência e uma arte cujo domínio envolve o cuidado da casa e da família:

É ciência porque supõe conhecimento de nutrição racional, higiene da família e da casa, noções de administração e finanças do lar. Utiliza-se de

muitos princípios básicos da Economia Geral, tais como, a divisão do trabalho e do consumo coletivo. Como arte inclui ideias artísticas, estéticas, como o gosto no decorar e aparelhar a casa e também a apresentação cuidadosa das mais simples tarefas da vida cotidiana. (OLIVEIRA, 2006, p.80)

O que Oliveira (2006) quer ressaltar é que, enquanto ciência, a Economia Doméstica tem seus fundamentos, mesmo porque o funcionamento dela está presente em todos os momentos da vida do ser humano, desde as grandes multinacionais até como os pequenos agentes econômicos. A autora argumenta citando como exemplo o provedor de uma família ou a dona de casa por participarem com o trabalho para adquirir recursos para o sustento da família.

A partir deste prisma, procura-se entender o real conceito de economia, a origem do termo, a sua vinculação com as outras ciências, e todo o processo que envolve os seus diversos fragmentos. Assim sendo, verifica-se que a Economia é uma ciência de fundamental importância para a humanidade, ao se considerar a sua interligação com todos os elementos de um sistema geral, que envolve a política e a economia. (OLIVEIRA, 2006, p.78)

Para fechar o seu raciocínio, essa autora disse que a economia é a ciência voltada para o estudo das formas assumidas pelo comportamento humano na disposição onerosa do mundo exterior em decorrência da tensão existente entre os desejos ilimitados e os meios limitados aos agentes da atividade econômica. De acordo com essa autora, a Economia Doméstica lida com conhecimentos científicos teórico-práticos, que se relacionam ao que se concebe como esfera reprodutiva, aquela esfera onde se dá a reprodução social dos seres humanos, por meio da socialização, cuidados com higiene, saúde, habitação, alimentação.

Por um olhar mais conceitual e de acordo com Gomes (1977), o termo economia vem do grego *oikos* que quer dizer casa; e, *nomos* significa lei. Numa conjugação dessas duas palavras, tem-se, dessa forma, a lei que uma casa, ou nação, ou estado adota na utilização dos recursos da sociedade.

A Economia Doméstica propriamente dita, assim como várias outras profissões, já foi sinônimo de profissão essencialmente voltada para a mulher. Isso se deu até meados do século XX, quando a educação qualificava segundo o gênero, ou seja, homens e mulheres não recebiam a mesma formação escolar (OLIVEIRA, 2012). De acordo com essa autora, quando as famílias mudaram para as cidades, por causa da Revolução Industrial, começaram a trabalhar fora visando o sustento familiar.

Nesse sentido, ressalta-se, no entanto, que a preocupação da sociedade naquela época era o lar, e para a concepção da maioria, as famílias estavam fragmentando-se. “Assim, para a

sociedade, a família era provedora do cuidado, da formação da ética; logo, se esta falisse, a sociedade também faliria e [...] com essas mudanças, a responsabilidade de formar cidadãos éticos passa a ser da escola” (OLIVEIRA, 2012, p. 4). Assim, a partir de 1925, pessoas de vários campos educacionais participaram de conferências nacionais e internacionais para discutir a criação de uma nova profissão, que chamaram *Home Economics*, ou seja, Economia Doméstica.

Vinte anos depois, em 1945, surge a ideia de criação de Cursos de Economia Doméstica no Brasil, por ocasião da III Conferência Interamericana de Agricultura, realizada em Caracas, com o tema *A mulher e o fomento agrícola*. Nesse mesmo período, o Brasil, por meio de seu Ministério da Agricultura, percebeu a necessidade da formação de pessoal técnico para orientar o agricultor e sua família sobre as formas e os melhores métodos de administração doméstica e de aproveitamento de produtos rurais. Desse modo, ao ampliar a oferta de cursos de capacitação nas áreas de profissionalização, a Economia Doméstica incluiu tópicos de estudo, tais como as noções de relações familiares, têxteis, vestuário, alimentos, nutrição e dietética (FERREIRA, 2014, p.33), “para influenciar o desenvolvimento de condições políticas e sociais que permitissem às famílias manter-se em suas localidades”. Nesses moldes, em 1952, foi implantada a primeira Escola Superior de Ciências Domésticas, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Viçosa. E é a partir desse contexto que este estudo analisa a Economia Doméstica no Brasil, tema do subtítulo que segue.

1.2 A Economia Doméstica no Brasil

Mesmo antes da implantação, em 1952, da primeira Escola Superior de Ciências Domésticas – que mais tarde viria a ser conhecida como Economia Doméstica –, na então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Viçosa, existiam características importantes que assinalam até hoje as diferentes funções da educação profissional no Brasil. Duas delas são interligadas e interessantes para se iniciar o estudo proposto neste subtítulo, que é contextualizar historicamente o Curso de Economia Doméstica no Brasil.

A primeira característica é que, de modo geral, devido às diversidades físicas, socioculturais e econômicas do País, o modelo educacional brasileiro adotado para a profissionalização era flexível, ou seja, a criação dos currículos era notadamente voltada para

atender tanto o mercado nacional como às necessidades das diferentes regiões brasileiras e ainda para adaptar-se às exigências dos setores produtivos e sociais da época.

Já a segunda é uma característica interligada à primeira: a implantação do Curso de Economia Doméstica já nasceu como uma espécie de amparo da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. Durante esta pesquisa, surge a informação de que por volta de 1800, com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros, as crianças e os jovens considerados pobres eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Fonseca (1961, p.68) confirma isso ao afirmar que a formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

É certo que o texto de Fonseca (1961) se referia ao fato de terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício, mas sua linha de raciocínio, com os devidos ajustes, serve também para a análise da introdução da Economia Doméstica no Brasil em 1909. Nessa época, segundo Amaral Junior (2013), a economia doméstica foi criada como uma forma de *educação para o lar* para as mulheres, em sintonia com o modelo da época que estava fundado na divisão sexual do trabalho e para garantir a sobrevivência da família depois da Revolução Industrial. Ou seja, para atender a uma necessidade social da época e para *amparar* a família. Qual família? A que pertencia a uma categoria social menos favorecida, com certeza.

Em 1909, data da introdução da Economia Doméstica no Brasil, o contexto social e histórico de criação do curso priorizava a mulher como sendo responsável pela casa e pelos filhos, enquanto o homem era responsável pela vida pública. A cadeira de Economia Doméstica foi criada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para os *cursos profissionalizantes*, com sede no Instituto Profissional Feminino da Capital de São Paulo¹. De acordo com Oliveira (2015), tudo começou no dia 28 de setembro de 1911, quando foi publicado o Decreto nº 2.118-B, que regulamentava as duas primeiras escolas profissionais da

¹ A Escola já se chamou Escola Profissional Feminina (1911), Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios (1931), Escola Industrial “Carlos de Campos” (1945), Escola Técnica “Carlos de Campos” (1952), Colégio de Economia Doméstica e Artes Aplicadas Estadual “Carlos de Campos” (1962), Centro Estadual Interescolar “Carlos de Campos” (1979), Escola Técnica de Segundo Grau “Carlos de Campos” e, finalmente Escola Técnica Estadual (ETE) “Carlos de Campos” (1994), quando foi incorporada à rede de ensino do Centro Paula Souza.

capital paulista: a Escola Profissional Feminina e a Escola Profissional Masculina². As duas foram implantadas no Brás, bairro que vivia uma febre de atividades comerciais e fabris e que contava com uma grande concentração de operários e imigrantes.

De acordo com esse autor, a Escola Profissional Feminina – de nível secundário – começou suas atividades letivas no dia 11 de dezembro de 1911. O governo federal tinha o objetivo de melhorar a qualificação de mão de obra e, assim, atender à necessidade operária que, cada dia mais, tornava-se um setor em expansão.

Figura 1: Escola Feminina Carlos de Campos em 1911



Fonte: Oliveira (2015).

As alunas da Escola Profissional Feminina possuíam, em seus primeiros anos, aulas de português, aritmética, geografia, desenho geométrico e participavam de atividades práticas nas oficinas da instituição.

Um dado curioso é que, naquela época, as alunas podiam escolher a matéria, sendo assim a mais procurada era a de confecção, que ensinava o corte e costura. Outra matéria de preferência das moças era de Rendas e Bordados e a de Flores e Chapéus. Para ser aluna da escola era necessário ter mais de 12 anos e ter um diploma do grupo escolar ou com conhecimentos equivalentes. [...] A maioria das alunas provinha das classes trabalhadoras e era constituída por filhas de imigrantes, principalmente italianos. [...] O corpo docente, por sua vez, era formado, principalmente, por professoras primárias e auxiliares que eram contratadas, em regime temporário, pela Secretaria dos Negócios do interior. (OLIVEIRA, 2015, p.1)

² Criada também pelo Decreto 2.118-B, a Escola Profissional Masculina era destinada ao ensino e aprendizagem das “artes industriais” para o sexo masculino, hoje atual “ETE Getúlio Vargas”, e mais dois institutos no interior do Estado de São Paulo, nas cidades de Amparo, a Escola Profissional de Artes e Ofícios de Amparo, hoje ETE João Belarmino e a Escola de Jacareí, hoje ETE Cônego José Bento, que ensinavam profissões adequadas às necessidades industriais locais.

Até o ano de 1930, em São Paulo, ainda não existiam professores formados para ministrar aulas nas escolas profissionais, conforme afirma Oliveira (2015, p.1) . Para resolver esse problema, foi implantado o primeiro Curso Normal na Escola Profissional Feminina, com o objetivo de conseguir formar professores para o ensino feminino.

Desse modo, a Escola Profissional Feminina foi instalada, a princípio, em um antigo sobrado (FIG. 1) onde funcionava antes o Colégio Azevedo Soares. A partir da década de 1920, esse edifício, que foi adquirido em 1911, foi considerado inadequado, pois “não respeitava os preceitos de higiene, harmonia e beleza” (OLIVEIRA, 2015, p.1). Segundo esse autor, em 1930, foi entregue a primeira etapa da construção, sendo que a segunda nunca foi concluída.

Já a Escola Técnica Estadual – ETE Carlos de Campos funciona até hoje no mesmo prédio construído nos anos de 1930. Com o passar do tempo, os cursos foram aumentados e passaram a acompanhar as necessidades da sociedade paulistana. Enquanto funcionou como escola feminina, o empreendimento ofereceu os cursos: Vocacional; Educação Doméstica; Aperfeiçoamento para Mestras; Dietética para Donas de Casa e Auxiliares em Alimentação.

Feito esse registro sobre a criação da cadeira de Economia Doméstica, por meio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para os cursos profissionalizantes, pode-se prosseguir com a história dela. Sendo assim, em 1933, a história registra outro momento importante na educação doméstica, por meio do Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, que instituiu o Código de Educação do Estado de São Paulo. O artigo 373 estabelece que:

- Art. 373** - As matérias do Curso de Aperfeiçoamento no Instituto Profissional Feminino são as seguintes:
- a) Curso geral;
 - 1. - Português;
 - 2. - Francês;
 - 3. - Matemática aplicada às profissões, contabilidade e escrituração comercial e industrial;
 - 4. - Geografia econômica;
 - 5. - Higiene e Puericultura;
 - 6. - *Economia doméstica*;
 - 7. - Desenho profissional;
 - b) Curso profissional;
 - 1. - Corte e costura;
 - 2. - Roupas brancas, rendas e bordados;
 - 3. - Flores, chapéus e artes aplicadas;
 - 4. - Desenho profissional e plástica;
 - 5. - *Economia doméstica* e puericultura. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1933, grifos nossos)

A finalidade de preparar as mulheres como futuras donas de casas ganha caráter oficial também por meio do Decreto nº 5.884/1933, exatamente no Capítulo II, destinado à Educação Doméstica nos Institutos e nas Escolas Profissionais Secundárias. Os artigos 502, 503 e 504 estabelecem o seguinte:

Art. 502 – No Instituto, nas escolas profissionais secundárias femininas e nas seções femininas das escolas profissionais secundárias mistas, a par do ensino geral e profissional, deve ser *desenvolvida a educação doméstica*, para a formação das *futuras donas de casa*.

Art. 503 – A *educação doméstica* que será ministrada nessas escolas compreende os seguintes cursos:

- a) - Higiene, especialmente alimentar
- b) - Puericultura
- c) - *Economia doméstica* (arte culinária e artes domésticas)
- d) - Contabilidade doméstica

Art. 504 – A *educação doméstica* em escolas localizadas no interior deverá atender às condições especiais do meio rural ou urbano. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1933, grifos nossos)

No Art. 502, tem-se que a educação doméstica deveria ser desenvolvida, a par do ensino geral e do profissional para formação das futuras donas de casa. Desse modo, está oficialmente explícito que a escola doméstica, à época, tinha como objetivo atrair a mulher para trabalhos manuais e ocupações domésticas e contribuir com a diminuição da mortalidade infantil, pela melhor preparação da mulher para a missão que deve desempenhar na defesa higiênica da criança. Os artigos 503 e 504 completam os objetivos da educação doméstica naquela época.

Em 1937, o Plano Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, de Capanema³ que assumiu em 1934, previa a existência de um ensino doméstico reservado para

³ Gustavo Capanema (1900-1985) nasceu no município mineiro de Pitangui, onde teve início a sua vida pública, com a vereança. Em 1924 forma-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, regressando à sua cidade natal onde exerce a advocacia e o magistério na Escola Normal, como professor de Psicologia Infantil e Ciências Naturais, período em que também é eleito vereador. Com o retorno para a capital mineira, em 1930, ocupa cargos no governo de Minas de Gerais. Criado em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública, foi ocupado inicialmente por Francisco Campos, que dá lugar, em julho de 1934, a Capanema, que permanecerá no cargo até 1945, apadrinhado por Alceu Amoroso Lima, liderança intelectual representativa do pensamento católico. Já no Ministério irá se cercar de modernistas e intelectuais como Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete), Mário de Andrade (autor do anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Rodrigo Melo Franco de Andrade (responsável pela implantação do SPHAN e seu diretor por trinta anos). Em 1937 encaminha ao Congresso o Plano Nacional de Educação. Em 1942, sob os auspícios do estado novo e por iniciativa de Capanema, iniciam-se as reformas de ensino, de níveis (primário e secundário) e modalidades (ensino técnico profissional: industrial, comercial, normal e agrícola), traduzidas nas chamadas “leis orgânicas do ensino”, que se estendem até 1946. Cf. FONSECA, Sônia Maria. **Gustavo Capanema**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_gustavo_capanema.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

meninas entre 12 e 18 anos. Esse ensino continha dois ciclos preparando a mulher para a vida no lar e também a formação de professores pela Escola Normal Doméstica.

Também foi em 1937 que foi criado o primeiro curso relacionado à Economia Doméstica no Instituto Familiar e Social, no Rio de Janeiro, e que correspondeu a uma tentativa de normatização das famílias tomando como parâmetro a educação da mulher, despreparada para atuar em conformidade com o seu destino “natural”. O curso foi denominado Educação Familiar e constituiu a primeira fase de implantação de um modelo calcado na experiência francesa⁴ (RATTO, 1992, p. 59). O curso vinculava-se a iniciativas da Igreja Católica e de intelectuais católicos. A ação da Igreja era dirigida à população feminina, principalmente dos setores mais abastados, para qualificar os católicos leigos, numa espécie de missão de apostolado junto à família proletária.

Em 1942, um marco: a Economia Doméstica foi incluída em todas as séries dos cursos ginasiais clássicos e científicos, por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, aprovada pelo Decreto-Lei n° 4.244, de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942), em seu artigo 25:

- Art. 25.** Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:
1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
 2. [...]
 3. *Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.*
 4. [...] (BRASIL, 1942, grifo nosso)

Com essa Lei Orgânica do Ensino Secundário ficou claro que os objetivos da Economia Doméstica estavam realmente voltados para a educação feminina. Junto com ela se desdobraram outras leis ao longo dos anos, o que acabou originando o que ficou conhecido como a Reforma Capanema, que foi composta, além do Decreto-Lei n.º 4.244 (BRASIL, 1942a) ainda pela seguinte legislação: Decreto-Lei n.º 4.073/1942 (BRASIL, 1942b), do Ensino Industrial; b) a Lei Orgânica do Ensino Comercial ou Decreto-Lei n.º 6.141/1943 (BRASIL, 1943); c) a Lei Orgânica do Ensino Primário ou Decreto-Lei n.º 8.529/1946 (BRASIL, 1946a); d) o Decreto-Lei n.º 8.530/1946 (BRASIL, 1946b) do Ensino Normal; e) e o Decreto-Lei n.º 9.613/1946 (BRASIL, 1946c) do Ensino Agrícola.

⁴ O modelo francês institucionalizou programas escolares com práticas que progressivamente iriam transformar o lar em espaço propício para a aprendizagem de certos conteúdos e que mais tarde se tornaria o ensino de Economia Doméstica. Esse modelo influenciou o primeiro curso instalado no Rio de Janeiro em 1937, no Instituto Familiar e Social. Essa influência perdeu espaço após 1950 quando o modelo americano se instalou em função dos acordos técnicos assinados entre Brasil e Estados Unidos. Cf. RATTO, Izabel Maria Ribeiro. **A visão de família nos cursos de Economia Doméstica.** Dissertação de Mestrado, UFRRJ/CPDA, abril de 1992.

É importante citar essas outras legislações para além da Economia Doméstica, porque elas formam o conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional, cujo objetivo no ensino secundário, com as modalidades clássicas e científicas, era o de formar as elites condutoras do País. O objetivo do ensino profissional – ensino normal, comercial, industrial e agrícola – era o de oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho” (BRASIL, 1909).

Isso reforça a linha de raciocínio deste estudo quando se discute o fato de o Curso de Economia Doméstica ter sido criado com o estigma de amparar a classe mais pobre. Percebe-se que a própria legislação estipulava um ensino diferenciado para aqueles provenientes da elite que deveria gerir o País e um ensino diverso destinado à formação dos trabalhadores em geral, entre eles, *as futuras esposas e donas de casa*.

Com as influências mútuas entre as esferas privada e pública, com as mudanças nas políticas de desenvolvimento e de educação no País, os governantes passaram, cada vez mais, a se preocupar com a condição coletiva das famílias e das comunidades no meio rural. Dessa forma, centraram forças buscando modificar a situação nas áreas urbanas afetadas pela expansão populacional em face das migrações. De acordo com Serrano (1954), para atingir esses fins, buscaram meios para melhorar as condições de vida no meio rural brasileiro, por intermédio das famílias, contando com a formação das mulheres para uma “promoção do social”, pois acreditavam que o “espírito feminino, bem orientado” seria “indispensável à solidariedade social”.

Pelo exposto até aqui, não resta dúvida que os objetivos da Economia Doméstica estavam voltados, na sua história inicial, para a educação feminina. Por isso, Capanema teria definido o que viria a ser estatuído para o ensino secundário: a necessidade de uma educação especial para a mulher com o fito de prepará-la para a vida doméstica e para a conservação da família. Este seria, indubitavelmente, o tipo de serviço que a mulher deveria prestar à sociedade brasileira.

Depois desse período, a história da Economia Doméstica no Brasil segue outro rumo, agora enquanto *curso superior*. Posteriormente, em outro texto de sua autoria, Amaral Júnior (2014) ressalta a criação da primeira Escola Superior de Ciências Domésticas em 1952, conforme citamos no início deste capítulo. De acordo com esse autor:

Baseado na educação feminina para os saberes do lar e na formação moral e cívica de excelentes esposas e donas de casa, o curso de Ciências

Domésticas surgiu com um ideal forte de divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais de homens e mulheres. Aliado a isto, tem-se ainda que considerar o *caráter fortemente rural das instituições* em que foi primeiro implantado (como a Universidade Federal de Viçosa – UFV –, antiga ESAV e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ) e o discurso da mulher como central na sobrevivência da família tradicional. (AMARAL JÚNIOR, 2014, p. 82, grifo nosso)

Grifamos o “o caráter fortemente rural das instituições” para lembrar que o profissional de economia doméstica foi inicialmente muito bem recebido nas equipes de extensão rural⁵ daquele momento histórico. Vale lembrar, que a extensão da época, *fortemente assistencialista*, era marcada pela presença de profissionais das ciências agrárias, como médicos veterinários e agrônomos, e que a inserção do economista doméstico na equipe extensionista permitiu um trabalho paralelo com a família dos agricultores, enquanto os demais profissionais da equipe de Economia Doméstica, representados exclusivamente por mulheres, trabalhavam apenas com mulheres e crianças, no espaço do lar.

O que se pode perceber é que o principal papel do Curso de Economia Doméstica era, naquele período, preparar as mulheres como futuras esposas e donas de casa. Esse papel também era amparado pelo Decreto-Lei 4.244/1942, Título III, do ensino secundário feminino:

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. [...]
3. [...]
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e *bem assim a missão da mulher dentro do lar*. (BRASIL, 1942)

O Decreto-Lei 4.244/1942 – válido para o ensino *secundário* – delimitava o espaço de atuação do homem e da mulher na época. Enquanto às mulheres restava a casa e as crianças, os homens tinham o espaço da produção. Nesse sentido, nada mudou de concreto com a implantação do curso *superior* de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa. Amaral Júnior (2013, p.278) diz que “a própria criação do curso reflete a tendência da época

⁵ Extensão Rural é um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhorar a produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida.

em priorizar certa estrutura familiar nuclear, em que os homens estavam ligados à esfera produtiva e a mulheres à esfera doméstica”. Segundo esse pesquisador, esses eram os ideais reforçados no modelo de educação seguido pela Universidade Federal de Viçosa. E complementa:

Entretanto, os pressupostos teóricos advindos da matriz norte-americana implantada na Escola de Viçosa se mostraram pujantes também na forma como a educação feminina é abordada, prevalecendo o modelo mais tradicionalista em relação à função das mulheres na sociedade. A presença das alunas neste ambiente é requerida como forma de manter a unidade da tradicional família mineira, na medida em que a mulher era vista como a base de sustentação e de reprodução de uma série de ideais e costumes que eram necessários ao fazendeiro moderno que a Escola de Viçosa ajudava a desenvolver. (AMARAL JÚNIOR, 2013, p.278)

O curso que inseriu mulheres no sistema de educação superior preparou profissionais que foram absorvidos pelo mercado de trabalho para atuar em programas de extensão rural para o desenvolvimento das famílias de pequenos produtores e para o desenvolvimento tecnológico da agricultura familiar sob a responsabilidade exclusiva da mulher, sendo essa a marca da Economia Doméstica em todo o Brasil.

Após a criação do curso de Ciências Domésticas na Universidade Federal de Viçosa, registrou-se um crescente número de cursos de Economia Doméstica no Brasil, que eram uma das poucas possibilidades da época da inserção da mulher no ensino superior e no mercado de trabalho, que se dava basicamente em cursos que estavam ligados à “imagem de mulher dócil” (AMARAL JÚNIOR, 2013, p.5) e cursos de reduto “exclusivamente femininos” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002, p.96).

Dessa forma, podem ser enumerados alguns desses cursos. Em 1953, foi implantado o Ensino Profissionalizante de Economia Doméstica em Uberaba, a partir da instalação do Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica. Por ser foco deste estudo, essa história será contada com mais detalhes no Capítulo 2 deste estudo.

Em 1961, foi criado o Curso Superior de Ciências Domésticas na Escola de Agronomia Eliseu Maciel, em Pelotas, na Universidade do Rio Grande do Sul. A escola começou a funcionar seguindo os mesmos moldes da escola de Viçosa. No entanto, inserida numa região com outras características e outras condições peculiares ao sul do País, as oportunidades que podia oferecer aos alunos foram diferenciadas, prova é que muitos

seguiram para o mestrado e outros ingressaram em cursos de pós-graduação nos Estados Unidos.

No Rio de Janeiro, o curso em Economia Doméstica funciona desde 1966 na Universidade Federal Rural. Já em São Paulo, uma Escola de Ciências Domésticas, em nível superior, foi instalada na cidade de Lorena, onde funciona desde 1962 o instituto Santa Tereza, de origem salesiana. Outra escola paulista funciona em Piracicaba – criada em 1967, junto à escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Nesse período de 1953 até 1967 – quando cresce o número de cursos de Economia Doméstica no Brasil – registra-se um momento relevante para este estudo: a valorização da mulher especialmente por suas supostas qualidades de rainha do lar, quando ela era considerada a principal responsável pela felicidade doméstica. Isso significava, de acordo com Helena (1955, p.278), atribuir a ela uma função intransferível e significativa sobre a casa e a família, pois, “mesmo com todo o fardo que essa tarefa pudesse trazer, a mulher deveria sempre manter e conservar intactos os dons com que a natureza a dotou”.

Só que havia um problema que ameaçava esse perfil da mulher: a falta de preparo dela para exercer a função de esposa e para cumprir os deveres exigidos pelo casamento. Nesse sentido, essa imposição se processava, mediante a recorrência dos discursos, sobretudo os veiculados pelos então conhecidos manuais de instrução femininos, uma espécie de livro de receita para o público feminino aprender a exercitar suas funções ao longo do período em que eles circularam (1950-1960).

Tomé (2013), em seus estudos, buscou compreender como essas leituras, consideradas entretenimento, educavam as mulheres através de dicas e aconselhamentos que reforçavam muitas das ideias e normas hegemônicas sobre a feminilidade da época.

Nesse sentido, significar o feminino, por meio das representações de mãe, esposa e dona de casa, faz parte de processos de definições que estão envolvidas nas concepções de uma sociedade industrial e capitalista em pleno desenvolvimento. Dessa forma, o feminino não é uma essência, não é algo inato, ele é configurado histórico-socialmente e pode assumir diferentes significados e sentidos em determinado período. (TOMÉ, 2013, p.92)

De acordo com essa pesquisadora, nos anos de 1950 e 1960, acreditava-se que a manutenção da ordem e do equilíbrio social estava sob ameaça, pois a inexperiência e a imprudência que muitas mulheres vinham demonstrando ao desempenhar suas funções estariam resultando em muitos lares desestruturados ou até mesmo destruídos. Com isso, era

ênfatizada a necessidade de que as esposas aprendessem as verdadeiras funções do casamento – objetivo almejado pelos manuais de instrução femininos.

A pesquisadora escolheu os seguintes manuais para seu estudo: “Economia Doméstica e Puericultura” (1954), “Aprenda a ser Esposa e Mãe” (1955), “Noções de Economia Doméstica” (1957), “Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade” (1963), “Aparência Pessoal: conselhos à minha filha” (1965) e “Coleção feminina” (1968). Tais manuais se propunham a oferecer ensinamentos e regras sobre a vida prática no lar e sobre os cuidados com a aparência. Considerados como livros compostos por preciosos conselhos sobre instruções femininas, poderiam ser utilizados tanto pelas donas de casas mais experientes, podendo estas recorrer a eles em caso de dúvida, quanto pelas iniciantes, as jovens noivas ou as recém-casadas.

Figura 2: Manual de 1954



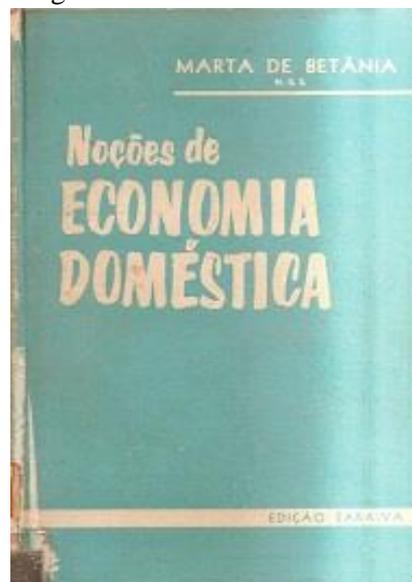
Fonte: Torres, Fagundes e Lins (1954).

Figura 3: Manual de 1955



Fonte: Helena (1955).

Figura 4: Manual de 1957



Fonte: Betânia (1957).

Figura 5: Coleção feminina Vol.6



Fonte: Sangirardi (1968).

Ao pesquisar seis desses manuais, Tome (2013) percebeu que os ensinamentos por eles veiculados estavam submetidos à relação existente entre o cuidar dos afazeres relacionados ao ambiente doméstico, em especial, e os cuidados com aparência pessoal. Entre outros, destacam-se os seguintes temas abordados nesses manuais: noções de enfermagem, serviço social e primeiros socorros. Enfim, temas que apareciam como assuntos de interesse e próprios do universo feminino, “já que atividades com características relacionadas à assistência e ao cuidar do próximo eram consideradas apropriadas à natureza da mulher” (TOMÉ, 2013, p.94).

Figura 6: Temas manuais de instrução pesquisados

Assuntos abordados	Manuais de Instrução Femininos					
	Economia Doméstica e Puericultura (1954)	Aprenda a ser Esposa e Mãe (1955)	Noções de Economia Doméstica (1957)	Boas Maneiras (em família) (1963)	Aparência Pessoal: conselhos a minha filha (1965)	Coleção Feminina (1968)
Arrumação e Higienização da Casa	X	X	X	X		X
Decoração da Casa	X	X	X	X		X
Vestuário (Higienização e Organização)	X	X	X			X
Alimentação	X	X	X	X		X
Culinária		X				X
Boa Aparência (Beleza, Saúde e Higiene)		X	X	X	X	X
Puericultura e Educação dos Filhos	X	X	X	X	X	X
Economia Doméstica	X	X	X	X		
Enfermagem e Primeiros Socorros	X	X	X			
Moda					X	X
Boas Maneiras, Civilidade e Sociabilidade			X	X	X	X
Serviço Social	X	X				

Fonte: Tomé (2013, p. 96).

Nesse sentido, compostos de indicações e orientações minuciosas, os manuais buscam regular Fonte: Tomé (2013, p. 96). , em

relação ao que é socialmente aceito. As orientações por eles veiculadas são para que as mulheres, de acordo com o que são considerados atributos e atribuições femininas, assumam seu lugar apropriado na sociedade. Ainda de acordo com Tomé (2013), esses manuais tiveram muita importância no processo de aprendizagem e de conformação das normas para as identidades e os papéis atribuídos ao feminino.

Esse recorte no texto para falar dos manuais de instrução femininos é importante, porque mostra que mesmo com os esforços deles em produzir um modelo de mulher ideal, veiculado ao papel de esposa, dona de casa e mãe, as mulheres passaram a se fazer cada vez mais presentes na esfera pública. Segundo Tomé (2013), essa presença da mulher foi, em alguns casos, em defesa de uma maior participação no mercado de trabalho, maior acesso à educação, em especial, ao ensino superior, além dos questionamentos em relação aos estereótipos das relações sociais entre homens e mulheres.

De maneira singular, ao se estudar esses manuais de instrução femininos no período que eles se proliferaram no Brasil, tem-se pelo menos um sinal de como seriam os currículos dos cursos de Economia Doméstica no País, os quais não tardariam a ser legalizados, conforme será exposto a seguir.

CAPÍTULO 2

INSTALAÇÃO DO CURSO DE ECONOMIA DOMÉSTICA EM UBERABA

Em Uberaba, a Economia Doméstica encontrou um panorama um pouco diferente do explicitado até aqui neste estudo, embora, em 1953, quando foi instalado o Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica, o cenário político, econômico e cultural tinha muito do que se passava no Brasil. A exemplo do que acontecia no País, a sociedade uberabense também considerava a família como sendo “a célula, o esteio, a instituição básica da sociedade” e também considerava que à mulher cabia simplesmente a função de “diretora do lar” (LAVOURA E COMÉRCIO, 1953, p.3). No entanto, alguma transformação já dava sinal por parte da mulher.

Sendo assim, para falar sobre a Economia Doméstica em Uberaba da década de 1950 é preciso traçar o perfil da mulher brasileira que, como gênero feminino já nascia comandada, com a vida pronta. Se criança, era dominada pelo pai; se jovem, deveria ser preparada para ser mãe e esposa; se casada, era dominada pelo marido e era a responsável pelo lar. Esse era destino da mulher brasileira.

Desse modo, o próximo subitem deste estudo mostra um pouco da história da mulher brasileira na década de 1950 e qual era o comportamento dela na cidade de Uberaba, um pouco antes da criação do primeiro curso de Economia Doméstica, no Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica.

2.1 A mulher brasileira da década de 1950 e seu comportamento na sociedade uberabense

A mulher como dona de casa integral e com o marido sendo um único provedor ainda caracterizava a família brasileira em 1950. Nessa época, de acordo com Araújo e Scalon (2005), “o universo da mulher brasileira era o da domesticidade”. Como já foi exposto por este estudo, as autoras afirmam: “As barreiras sociais eram fortes, fazendo com que ela [a mulher] não tivesse visibilidade fora do casamento e da família. A força da matriz patriarcal ainda era intensa. Isso se refletia na identificação da condição feminina com as chamadas *prezadas domésticas*” (ARAÚJO; SCALON, 2005, p.124, grifo das autoras).

Mas esse cenário começou a mudar. Essas autoras denominam essa mudança de “um crescente esvaziamento”. Sendo assim, o espaço público do trabalho, antes do domínio masculino, “passou a ser compartilhado por mulheres casadas e mães, que vislumbraram no exercício do trabalho remunerado uma possibilidade de realização pessoal fora do espaço privado da família”.

Sem dúvida, essa transformação é um sinal de que a família tradicional – na qual o homem é o provedor e por isso detinha o poder de controle e decisão sobre a família – estava se “desmantelando”, como se referem Araújo e Scalon (2005, p.124). Mas essas transformações também ocorriam em Uberaba, cidade onde está o foco deste estudo, o Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica, criado em 1953? Para responder tal indagação, este estudo fez ampla pesquisa no principal veículo de comunicação da época, o jornal *Lavoura e Comércio* [doravante JLC], que circulava diariamente na cidade e na região de Uberaba e que noticiava fatos jornalísticos e sociais que envolviam direta ou indiretamente a mulher uberabense.

A análise de textos jornalísticos e publicitários permitiu que se delineasse o perfil da mulher uberabense entre os anos de 1953 a 1963. O JLC trazia diversos textos sobre a vida privada das famílias. Assim, as informações sobre política nacional e internacional dividiam espaços com assuntos ligados à moda, teatro, casamento, festas de aniversários e jantares dados pelas senhoras da sociedade. As publicidades sobre vários produtos e serviços também possibilitam analisar o cotidiano da antiga família uberabense.

A família de classe média era o principal alvo das entrevistas e comentários do JLC. As colunas sociais destacavam conteúdos diversos – tais como: viagens ao exterior, festas magníficas, pessoas bem-sucedidas, fatos políticos e históricos, opiniões pessoais, descrição de casas como verdadeiros palácios, publicidade e filantropia. A coluna “Observatório”, do jornalista Ataliba Guarita Neto – Netinho, publicada de 1955 a 2000, mostra a influência do colunismo social na formação do imaginário social no recorte temporal desta pesquisa. Ou seja, a coluna social retratava a mulher uberabense, por meio de suas mensagens, atuando na formação de comportamentos e opiniões, criando modismo, conferindo ou retirando *status* social. Enfim, ajudando a traçar o perfil que ela tinha nos idos de 1953 a 1963.

Maluf (2004, p.1) fez um apanhado de algumas observações e reflexões suscitadas “a partir de informações pinçadas ou rastreadas na coluna Observatório”, que podem ilustrar a análise deste estudo naquilo que se refere à mulher uberabense. De acordo com ela, a mulher ocupava grande espaço na coluna no recorte temporal deste estudo. “Era sempre prestigiada de alguma forma pelo colunista, seja por sua beleza, elegância ou dinamismo. A trajetória das

lutas das mulheres por emancipação e uma participação mais ampla na sociedade, pode ser acompanhada no decorrer dos anos em seu trabalho”. E faz mais comentários:

Conforme prometi, “Observatório” diariamente ira homenagear as comerciarias. Uma seção especialmente para falar destas jovens que trabalham confirmando a acertada definição “o trabalho enobrece”! elas trabalham nas casas comerciais, nas repartições públicas, no lar, – demonstrando enfim, que a mulher deve e pode ser independente. Aliás, comentam os homens ultimamente, que as mulheres estão tomando de assalto os cargos mais importantes, enfrentando o homem com coragem e vantagem! (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1958, p. 3).

Essa autora comenta que “Netinho prestigiava as mulheres que trabalhavam fora. Elas eram merecedoras de homenagens, manifestadas em seu espaço através de reportagens e entrevistas”. E para este estudo fica evidente que a mulher uberabense, em 1958, pouco depois da criação do Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica, já não era aquela descrita nos anos iniciais do século XIX.

Outro recorte do JLC é mais bombástico:

MOTORISTAS: Motoristas atenção! Elas vão passar. Elas também sabem dirigir. Umas – com licença do Dr. Rogedo, todas – com licença do marido ou papai. Sim, dirigem bem a sua casa e dirige (será bem ou mal?) o seu automóvel [...] Estão adquirindo praticas para dirigir o carro, já sabem dirigir a casa e depois... saberão governar melhor o esposo! (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1955, p.3. grifos do autor).

Nessa nota social, o jornalista Netinho faz um comentário a respeito das mulheres que estavam se iniciando no volante. Maluf (2004) faz um contraponto com a nota anterior, quando ele estimula a independência: “nessa [no recuo acima] é usada uma fina ironia na referência à permissão dos maridos ou pais para as mulheres dirigirem”. E completa:

A forte associação das mulheres às tarefas do lar e a insinuação de que práticas como “dirigir automóvel” resultaram na submissão dos maridos, compõe o imaginário social da década de 50. Vale lembrar que a emancipação feminina só se efetivará a partir da década de 60. Portanto, há que se considerar que, vivenciando uma época conservadora e tradicional, o autor a reproduz. Seu pensamento não deixa de ser o pensamento predominante da sociedade em que se insere. (MALUF, 2004, não paginado, grifo da autora)

O que se pode notar é que uma simples nota social, não obstante as ironias, marca a independência da mulher uberabense em 1955. Agora, ela dirige não apenas o lar, mas também o automóvel da família. O traço irônico do jornalista mostra bem que os homens não pareciam muito satisfeitos com a mudança de comportamento da mulher. Como frisa Maluf (2004), o pensamento do colunista não deixa de ser “o pensamento predominante da

sociedade em que se insere”. Vale ressaltar ainda que, em 1955, já tinha sido criado o Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica. Embora fosse uma escola de Economia Doméstica, a mulher estava dando o seu grito de liberdade enquanto pessoa capaz de conquistar novos rumos profissionais.

Ao continuar seu apanhado histórico no JLC, Maluf (2004) destaca duas notas da coluna “Observatório” que colaboram com esta pesquisa no sentido de constatar como a mulher se comportava no idos dos anos de 1953 a 1963.

As nossas “girls” estão adotando o penteado da lolô. Sim, a Lolobrigida espalhou pelo mundo – as curvinhas do seu cabelo, bem perto das orelhas que não escutam apelidos. E com esse penteado, a Leonora Sabino está provocando justa sensação na cidade. Um espetáculo pros olhos da “solteirada” (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1955, p.3, grifo do autor).

Maria Lucia Cipriano Coelho ostentava moderno vestido de noiva, confeccionado por Clodovil, o famoso costureiro de São Paulo. Vestido em organdi suíço, com flores na barra, um longo véu formando cauda, também em organdi. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1963, p.3).

Essas informações mostram, por um lado, a evolução social da mulher uberabense ao sair do confinamento do lar e ousar a fazer outras coisas, como por exemplo, dirigir um automóvel; e por outro lado ainda constata, entre os tons de ironia do jornalista, que ela tinha muito a conquistar, porque ainda se percebia – entre os sinais de sua independência – a voz do homem dominador que a rodeava há séculos.

Ao prosseguir a análise aproveitando as páginas do JCL⁶, que descrevia o modo de vida das mulheres dando-lhes adjetivos, percebe-se que o jornal trazia, de uma forma bem explícita, os valores morais da época. As notas de casamento, por exemplo, seguiam sempre o mesmo formato: anuncia-se os noivos, destacando a profissão dele, e se refere a ela sempre com destaque para o nome da família. Duas notas de casamento, publicadas em 31 de janeiro de 1956, servem de exemplo:

Aldy e Sônia

Aldy é cirurgião residente em São Paulo, *formado* pela Faculdade de Odontologia do Triangulo Mineiro, e ela mineira, *filha do casal* João Furtado Pinheiro e Aurora Oliveira, Sônia Beatriz é toda *alegria e felicidade*

⁶ **Nota da pesquisadora:** Os exemplares pesquisados estão em péssimas condições, sem possibilidade de reprodução.

de seus pais. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1956, p. 4 grifos nossos)

Coracy e Geraldo

Coracy Pinheiro, uberabense *é filha da viúva Jenny Costa Pinheiro*; Geraldo Borges de Souza, *alto funcionário federal* na capital da República, é filho do casal Aldo Borges de Souza. Geraldo e Coracy seguem núpcias em Araxá. (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1956, p. 4, grifos nossos)

Em linhas gerais, as duas notas expressam, por meio da linguagem adjetivada, o grau de importância do casal. Na primeira nota, o homem ganha destaque por ser “formado pela Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro” e ela é apenas a filha do casal tal. Ao usar a expressão “é toda alegria e felicidade de seus pais”, o redator da nota deixa claro que a noiva foi criada para ser esposa, por isso os pais dela estão felizes com o casamento. A segunda nota também refere-se à noiva apenas como filha de alguém enquanto alude-se ao noivo como “alto funcionário federal”. Ou seja, ela é a criatura preparada para o casamento, ele para ser o provedor do lar. Por isso, o destaque para sua profissão.

Concomitante a essa realidade uberabense, o que se pode deduzir é que o JLC seguia os moldes da imprensa nacional, que também deixava evidente a vinculação consumo/imprensa feminina nas revistas da época. Seja em nível nacional, por meio da coluna Ibrahim Sued⁷, ou em Uberaba pelo JLC, o jornalista Netinho e a sua coluna Observatório, na década de 1950, pode-se afirmar que a mulher assumia uma posição central no campo das culturas de massas, expressa no contexto da imprensa periódica feminina. Mais que isso:

A vida moderna mudou a educação da mulher, que, desde joventinha, tem um contato mais amplo e direto com o mundo. Obrigada pelas circunstâncias a enfrentar a vida, qualquer que seja o meio em que a mesma se desenvolva, a moça tem que estar, física e espiritualmente, preparada para encarar certos problemas com serenidade e conhecimento. (SANTOS, 2011, p.57)

⁷ Ibrahim Sued (1924 – 1995) é considerado o criador do moderno colunismo social, pois misturava, em suas crônicas, comentários sobre o mundo da alta sociedade, com notícias e furos de reportagens de assuntos gerais. Começou sua carreira como fotógrafo de reportagem freelance para o jornal O Globo. Como fotógrafo do jornal Tribuna da Imprensa, iniciou a publicação de notas sobre eventos, como almoços no Jockey Clube e no Hotel Copacabana Palace. Na década de 1950, ganhou uma coluna de notas sociais na revista Manchete, chamada “Soirée”, caracterizada como a primeira coluna a apresentar fotografias ilustrando crônicas sociais. Em 1954, ingressou em O Globo a convite do jornalista Roberto Marinho, como responsável pela coluna “Reportagem Social”. Em 1963, deixou O Globo para escrever em O Cruzeiro e O Jornal. Nesse período, apresentou um programa televisivo na TV Tupi. Em 1968, retornou para O Globo e ganhou outro programa televisivo na emissora recém-criada, Rede Globo, chamado “Ibrahim Sued Repórter”, que durou até 1978. Sued também produziu o espetáculo My Fair Lady e escreveu aproximadamente oito livros entre os anos de 1965 e 1986. Ibrahim Sued faleceu de ataque cardíaco aos 71 anos de idade. Cf. WIKIPÉDIA. **Ibrahim Sued**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ibrahim_Sued>. Acesso em: 25 maio 2016.

De acordo com essa autora, pode-se observar, nessa citação, algumas mudanças quanto ao lugar da mulher na sociedade brasileira. Ela acredita que no início da República, as transformações na dinâmica social afetavam diretamente a família e a mulher, que, no caso das camadas privilegiadas, cuja vida era marcada de modo acentuado pela circunscrição ao lar, viu-se chamada a ocupar um lugar de destaque nas novas formas de sociabilidade.

Essa situação, de acordo com Santos (2011, p.57), trouxe alguns problemas, “pois pairava sobre os sujeitos a sensação da existência de um declínio das representações ideais correspondentes ao gênero feminino, incluindo aquelas relativas ao estilo de ser esposa e mãe” (grifos da autora). No início da República era assim, mas em 1950 também podia-se perceber uma situação equivalente:

A mulher, durante dezenas de séculos, se não era escrava, era ornamento; se não era ornamento, não passava de conveniência sexual. Mas, postergada a mulher até às últimas e mais aberrantes consequências, eis que ela se emancipa, num simples salto de 50 anos e todos esses ditados e sentenças foram parar nas poeiras dos arquivos do passado. Que vemos hoje? O reverso da medalha. [...] Bandos e bandos de moças correndo para as fábricas, lojas, escritórios, para faculdades e institutos, trabalhando e instruindo - se como qualquer homem barbado. Desembaraçadas, inteligentes, minuciosas em suas atribuições, não poucas vezes se avantajam aos homens e rapazes. [...] Está, portanto, tudo certo? E o lar, a família, os filhos? [...] Numa era de convulsões sociais, de bombas de hidrogênio e conseqüentes ameaças de extermínio da civilização, senão da própria espécie humana, parece que o problema da mulher moderna é coisinha de foro particular. Mas já lemos e acreditamos que o acontecimento culminante da nossa época é a mudança radical das condições da mulher. (SANTOS, 2011, p. 57)

Em Uberaba, a nova condição da mulher já dava saltos antes mesmo dessa data. Em 1951 foi eleita a primeira vereadora da história da cidade: Helena de Brito. Ela foi eleita pela União Democrática Nacional – UDN, com 266 votos, e assumiu o cargo “desejando ser útil ao povo e à Igreja”, como foi divulgado em nota no jornal Correio Católico, em 26 de agosto de 1950.

Figura 7: Publicidade da candidatura de Helena de Brito em 1950



Fonte: Correio Católico (1950, p.2).

Uberabense, Helena de Brito é um bom exemplo de mudança radical da vida da mulher brasileira, que lutou pelo direito ao voto e pela participação feminina na política. Na Câmara, defendeu que o plenário fosse ornamentado com a imagem do Cristo crucificado e apresentou propostas importantes, como o ingresso das normalistas no magistério público municipal e a instalação, na cidade, do Serviço Social da Indústria – Sesi.

Uma atitude inédita a colocou definitivamente não apenas como a primeira mulher uberabense a ser vereadora em tempos de dominação masculina, mas também como a primeira a desafiar uma tradição moral: ao término de seu mandato, mudou-se de Uberaba para a cidade paulista de Campinas, na companhia do "padre Armênio", com quem teria tido um envolvimento amoroso. Atitude muito audaciosa para a época, pode-se deduzir.

Prosseguindo com a investigação da identidade feminina uberabense por meio do JLC – edições de 1953 a 1963 – percebe-se que o discurso dito jornalístico da época era como ferramentas ou guias que forneciam algum tipo de orientação em tempos de mudança das representações consideradas ideais.

Nesse sentido, o impresso voltado para o público feminino cumpriria um importante papel social, além de outras funções ligadas ao lazer, à divulgação de informações, ao estímulo ao consumo: o de educar as mulheres, visando a capacitá-las como educadoras dos filhos e organizadoras da família. (SANTOS, 2011, p.57)

De acordo com essa pesquisadora, percebe-se que a imprensa feminina assumiu dois aspectos de destaque no que diz respeito à sua função social. Por um lado, ela emergiu como parte do processo de industrialização brasileiro, configurando um espaço de divulgação da cultura de massas de seu tempo. “Por outro, veiculou vozes de críticas referentes às mudanças sociais em voga nos anos 1950, podendo, inclusive, ser empregada como instrumento de educação da mulher” (SANTOS, 2011, p.58).

O JLC mostrou muito dessa “educação da mulher”, inclusive zelando pelo seu bem estar físico, porque ela tinha que estar sempre saudável. Com a ampliação dos contatos sociais e as novas circunstâncias da vida doméstica e social colocava-se que, além de estar bem fisicamente, a mulher tinha que estar também bem espiritualmente. É o que se pode perceber nos anúncios de medicamentos para cólicas menstruais:

Figura 8: Anúncio Uterosano



Fonte: Lavoura e Comércio, 11 de fevereiro de 1955, p.3.

Figura 9: Anúncio Fluxo-Sedatina



Fonte: Lavoura e Comércio, 16 de fevereiro de 1955, p.3.

Mesmo que não fosse uma intenção, o jornal, por meio de suas publicidades, criava uma possibilidade de molde do pensamento e do comportamento, onde os gêneros tinham seu papel bem distinto.

A verdade é que o desconforto experimentado durante o período menstrual foi alvo de inúmeros produtos para resolvê-lo. O período menstrual era mostrado como um problema de saúde da mulher, que atrapalhava ou dificultava a prática das mais diversas atividades. Remédios como Uterosano (Figura 8) e Fluxo-Sedatina (Figura 9) resolveriam todos os problemas, dando à mulher “saúde, vida e beleza”, além de agirem como calmantes.

Enfim, as propagandas e as notas sociais do JLC, no recorte de 1953 a 1963, eram um bom exemplo de como os discursos difundiam a ideia medico-higienistas e a mulher como mãe e rainha do lar, não obstante os pequenos saltos para uma libertação da sociedade machista. A mulher conquistava um espaço fora do lar, mas ainda mantinha suas funções como esposa e mãe. Nesse sentido, as propagandas não a deixava se esquecer disso:

Figura 10: Anúncio Lactoglan



Fonte: *Lavoura e Comércio*, 16 de fevereiro de 1955, p.4.

Nesta investigação, passando por alguns exemplares de jornais uberabenses no período de 1953 a 1963, foi possível perceber que além das notícias para saciar e informar os leitores de ambos os gêneros, as colunas sociais e publicidades estudadas eram espaços de divulgação de múltiplos discursos e comportamentos voltados exclusivamente para a mulher.

Inserida no processo de industrialização brasileiro, a imprensa uberabense era também um veículo das críticas sobre as mudanças sociais dos anos de 1950, destacando – mesmo que de forma subliminar – a preocupação com a família tradicional e com ela todos os atributos ligados ao lar, o qual poderia se transformar drasticamente colocando abaixo a soberania masculina. Cabe destacar, ainda, que foi um momento muito peculiar, como descreve Ferreira (2014, p. 206), onde a “mulher era exaltada com um perfil moderado, como protetora da moral e dos bons costumes, grassava nos meios sociais, sobretudo com o ideal de moralização da pátria que permeavam os lares uberabenses”.

E foi nesse contexto de mudanças, permeado pelas questões sociais, econômicas, políticas e culturais até agora expostas por este estudo, que foi criada em Uberaba a Escola de Economia Rural Doméstica – Eserd. Idealizada como Centro de Treinamento em Economia Doméstica, em agosto de 1953, a instituição foi o primeiro estabelecimento federal de ensino profissionalizante em nível secundário na cidade. Desde sua fundação, recebeu múltiplas denominações: Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica, Escola de Magistério em Economia Rural Doméstica “Licurgo Leite”, Escola Agrotécnica Federal de Uberaba,

Centro Federal de Educação Tecnológica e, por último, Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM/Campus Uberaba.

Considerando a amplitude da história da Eserd, esta pesquisa fará uma abordagem narrativa e cronológica para marcar o início da sua trajetória e a consequente consolidação desse nível de ensino no recorte temporal dos dez primeiros anos de funcionamento – de 1953 até 1963 –, portanto, registrando a formatura da primeira turma em 1955.

2.2 Motivações para a criação de uma Escola de Economia Doméstica em Uberaba

A Escola de Economia Rural Doméstica – Eserd foi fundada em 1953, em Uberaba/MG e começou a funcionar como Centro de Treinamento em Economia Doméstica Rural⁸, com autorização da então Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – Seav-MA. Em 1954, esse curso passou a denominar-se Curso de Extensão em Economia Doméstica Rural. Nesse ano, por meio da Exposição de Motivos n. 93, de 02 de fevereiro de 1954, com base na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, foi criado o curso de Magistério de Economia Doméstica. Desde 2002, a instituição funciona como Centro Federal de Educação Tecnológica.

No entanto, o recorte temporal desta pesquisa vai até 1963⁹ (Quadro 1), exatamente no ano em que, por meio do o Decreto n. 52.666, de 10/10/63 (BRASIL, 1963), a Escola passou a oferecer o curso ginásial agrícola e o curso de Magistério é transformado em curso Colegial

⁸ Em 1953, o Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica era uma instituição escolar destinada a formar mulheres para as atividades do lar, difundindo conhecimentos que possibilitassem a elas elevar o nível de vida das famílias, além de tratar dos valores fundamentais e problemas domésticos, o que poderia contribuir para a fixação das populações rurais em suas localidades. As disciplinas ministradas incluíam: Arte Culinária, Enfermagem, Corte e Costura e Atividades Agrícolas. (FERREIRA, 2014, p. 197 e 199)

⁹ O recorte temporal desta pesquisa é de 1953, data da instalação da Eserd, até 1963, com dez anos de funcionamento. Mas a vida da instituição vai além disso, como mostra a cronologia a seguir: 1979 - Transformação do Colégio de Economia Doméstica "Dr. Licurgo Leite" em Escola Agrotécnica Federal de Uberaba; 1982 - Transformação do curso colegial em Economia Doméstica em curso técnico, criação do curso técnico de agropecuária e instituição da escola-fazenda; 1994 - Transformação da Escola Agrotécnica Federal em Autarquia Federal (Lei n.º 8.731, de 16/11/1993); 1994 - Instituição do curso técnico em Nutrição e Dietética (Portaria n.º 766 de 13 de outubro de 1993); 1997 - Implantação do curso técnico em Processamento de Dados (Portaria Semtec/MEC n.º 139 de 07 de novembro de 1997); 1998 - Criação do curso técnico de Desenvolvimento de Comunidades (Lei n.º 9.131 de 24 de novembro de 1.995); 1998 - Criação das habilitações do curso Técnico Agrícola em Agroindústria, Agricultura e Zootecnia, na área de Agropecuária; 2002 - Transformação da instituição em Centro Federal de Educação Tecnológica (Decreto Presidencial s/n de 16/08/2002).

de Economia Doméstica, de conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024, de 20/12/1961 (BRASIL, 1961).

Quadro 1: Denominações da Eserd e cursos no recorte temporal desta pesquisa.

DATA	LEGISLAÇÃO	NOME DA INSTITUIÇÃO	CURSO
Agosto de 1953	Autorização Seav, Lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto-Lei nº 9.613, de 20/08/1946.	Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica.	Curso de Treinamento em Economia Rural Doméstica, de agosto a dezembro.
02/12/1954	Exposição de Motivos nº 93, 02/01/1954 – Processo nº 6.010/54, aprovado pelo Presidente da República.	Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica Licurgo Leite.	Curso de extensão em Economia Rural Doméstica; Curso de Preparação em Economia Rural Doméstica; Curso Prático com duração de um ano; Curso de Magistério em Economia Rural Doméstica com duração de dois anos.
15/03/1955	Portaria Ministério da Agricultura nº 267 – Processo Seav-MAV nº 1062/55	Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica Licurgo Leite	Curso de Extensão em Economia Rural Doméstica, Curso de Preparação em Economia Doméstica; Curso Prático com duração de um ano; Curso de Magistério em Economia Rural Doméstica com duração de dois anos

10/10/63	Decreto nº 52.666, de 11/10/1963, Artigo 28.	Colégio de Economia Doméstica Rural “Licurgo Leite”.	Curso de Preparação em Economia Rural Doméstica com duração de um ano, extinto em 1971. Curso Ginásial Economia Doméstica Rural, início em 1963 e extinto em 1971. Curso Colegial em Economia Doméstica Rural com duração de três anos.
----------	--	--	--

Fonte: Elaborada pela pesquisadora com dados de Ferreira (2014, p.242 e 243).

A série de acontecimentos que impulsionaram a criação e a organização da Escola de Economia Rural Doméstica – Eserd, de nível secundário, em Uberaba, no ano de 1953, constitui-se parte de um projeto de educação nacional. Ferreira (2014, p.189), uma das principais historiadoras desse momento, afirma que o decurso do “enredamento dos fatos encontrou-se permeado pelas questões sociais, econômicas, políticas e culturais no contexto histórico da época”.

Os fatos históricos que motivaram a criação da escola, de acordo com Ferreira (2014), eram envolvidos pelo discurso ideológico dos governantes da nação brasileira, que defendia a renovação do ensino e a adoção de teorias pedagógicas baseadas nos ideais liberais.

Nessa premissa, o Estado brasileiro creditava à educação a salvação dos problemas sociais. As instituições escolares foram encaradas como fator decisivo para o progresso do país. Nos anos de 1950, mantinham-se vivos os princípios escalonovistas difundidos no Brasil de 1920. A formação de um novo homem comprometido, empenhado com o destino do país, incorporava o ideário da escola em defesa da ordem, da moral, o progresso, virtudes consideradas essenciais ao desenvolvimento da sociedade brasileira. (FERREIRA, 2014, p.190)

Sendo assim, o curso de Economia Doméstica de formação profissionalizante viveu esse momento peculiar da história política brasileira, que se envolvia por inúmeras propostas

de projetos na tentativa de modernizar a educação. Desde 1946, com a promulgação das Leis Orgânicas, o Ministério da Agricultura incluiu e intensificou ações destinadas à educação feminina no programa de trabalho do Ministério. Esse incentivo à educação da mulher, por meio do ensino agrícola, solidificou-se nos anos de 1950.

O Ministro da Agricultura no período, João Cleophas (1951-1954), relatou que aquele era um momento de transição acentuado de um regime até então eminentemente agrário para uma urbanização industrializada, trazendo sérios desajustamentos à vida do país. Segundo Ferreira (2014), esse fato reclamou maior atenção para um trabalho educativo em conjunto com outros órgãos do Ministério em benefício das populações rurais. Tornou-se então vital a organização do ensino destinado à revalorização do trabalho imbuída de uma formação de uma consciência industrial como requeria o capitalismo em franca expansão e que adentrava o meio rural.

Na época, a Secretaria de Ensino Agrícola e Veterinário – Seav era responsável pela articulação dos programas e atividades do ensino agrícola superior e médio no país, para efeito de orientação, supervisão e fiscalização. A Seav coordenou e articulou diversos setores técnicos para organizar cursos nas escolas agrícolas brasileiras visando aumentar sua influência no meio onde se encontravam localizadas.

De acordo com Ferreira (2014, p.192), os cursos destinavam-se à formação das populações que moravam no campo e ofereciam atividades ligadas ao trabalho rural, tais como a criação de gado, treinamento básico agrícola, defesa sanitária, utilização de defensivos e ferramentas agrícolas. Já a economia rural doméstica “contribuía com cursos voltados para noções de puericultura, enfermagem, culinária, práticas de higiene, vestuário, entre outras”.

Segundo está escrito no relatório de Cleophas, os Centros de Treinamento objetivavam proporcionar a formação em práticas modernas de produção agrícola, criação de gado e utilização de máquinas. Já os ensinamentos em Economia Doméstica, de acordo com Ferreira (2014, p.194), visavam levar à mulher conhecimentos capazes de elevar o nível de vida das famílias, a organização do ambiente doméstico, além de difundir valores fundamentais, condições econômicas e sociais considerados essenciais para a melhoria de vida da população rural brasileira, como era foco da visão desenvolvimentista que se espalhava pelo país.

Ainda de acordo com o relatório de Cleophas (1956), outra providência promulgada pelo Ministério da Agricultura foi a criação do Curso de Magistério de Economia Rural

Doméstica, nos termos da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, com a Portaria nº 613, 19 de junho de 1951, disciplinando essa modalidade de ensino. O primeiro curso dessa natureza foi organizado em cooperação com a Fundação Getúlio Vargas e o Departamento Nacional de Educação, com o objetivo de formar professores para as escolas e Centros de Treinamento de Economia Rural Doméstica, no interior do país.

Nessa perspectiva, o Curso de Magistério em Economia Rural Doméstica, com duração de dois anos, preparava a mulher para a atuação como professora, junto aos cursos agrícolas, ou como extensionista rural para atuar junto às comunidades rurais. Em Uberaba, foi instituído na Eserd em 1954, por iniciativa do Padre Agostinho Zago¹⁰ e, de acordo com Ferreira (2014), foi a segunda escola desse tipo instalada no Brasil.

A pesquisadora completa afirmando que o Curso de Preparação em Economia Rural Doméstica direcionava-se para difundir práticas que facilitassem e direcionassem as atividades da mulher no lar. Ressalta-se que os cursos não se apresentavam especificamente como possibilidade de independência ou emancipação, mas apenas como melhoria das atividades caseiras ou como forma de propagar recursos técnicos e em, outra instância, despertar o interesse do agricultor pelo consumo de produtos que estavam sendo produzidos nas indústrias.

Em seu discurso, por ocasião da inauguração da escola, José Mendonça¹¹ mencionou pessoas que se mantiveram à frente do empreendimento de fundação da escola: Ewald Brasil, Aretusa Brasil, Esperança Ribeiro Borges, Antônio Próspero (prefeito de Uberaba na época) e D. Quita, sua esposa, Maria José Pessoa Maciel, o ministro da Agricultura João Cleophas, Padre Agostinho Zago. Esteve presente também o deputado Licurgo Leite, que mais tarde daria nome à escola, e que foi responsável pelas primeiras verbas destinadas à manutenção da escola.

No discurso de José Mendonça pode-se constatar como era a situação a mulher na época da inauguração da escola:

¹⁰ Com o processo de implantação da Eserd, iniciado por Padre Zago, ele também se tornou responsável pela orientação técnica para o funcionamento do Curso Prático de Economia Doméstica Rural em 1953, pelas negociações com o Ministério da Agricultura, pela cessão do prédio para a instalação da escola.

¹¹ José Mendonça nasceu dia 19 de março de 1904, em Uberaba (MG), na Ladeira Brasil, hoje Rua Segismundo Mendes, casa número 42, então propriedade de sua tia e madrinha Ana Joaquina da Silva. Seus pais, Mário de Mendonça Bueno de Azevedo e Tertuliana Cristina de Azevedo, casaram-se em Patrocínio (MG), onde ele exerceu a profissão de Promotor. José Mendonça destacou-se em Uberaba no ramo cível, sendo o seu escritório um dos mais procurados do Brasil Central. Foi historiador e jornalista.

Nas guerras, milhões de homens foram convocados para os campos de batalha. E as mulheres os substituíram em todas as espécies de empregos. Milhões de homens não voltaram. E as mulheres, em grande número, continuaram a trabalhar nas fábricas e nos escritórios. A vida, pelas novas condições econômicas, tornou-se mais áspera e mais difícil. **A mulher viu-se obrigada a lutar, também pela existência e a contribuir com seu salário para a manutenção do lar. O marido já não ganha o suficiente.** Compelida a esposa, pelo imperativo econômico, a passar o dia fora de casa, no trabalho, os filhos são entregues às creches ou à escola. E, como resultado da vida difícil, nervosa, violenta e apressada do Século XX, temos o **'sacrossanto lar'** transformado, não raro, em mero local de dormida, e, às vezes, de refeições daqueles que constituíram, em tempos idos, a família. A vida moderna, disse Maria Eugênia Celso, fez surgir uma nova face da entidade feminina desconhecida dos séculos passados: a mulher que trabalha fora do lar. A mulher tornou-se colega e competidora do homem, nas lides igualitárias do trabalho. (MENDONÇA, 2009, s/p, grifos nossos)

O jornalista e historiador Mendonça vai mais longe. Ele lembra que o ensino de Economia Doméstica tem por finalidade preparar as moças e senhoras da vida rural para as atividades da vida prática, visando, principalmente, orientá-las e fornecer-lhes noções técnicas sobre organização, controle e direção do lar, a fim de que se tornem aptas para dar ao ambiente familiar as devidas condições de conforto, higiene e harmonia, capazes de promover o aconchego e o bem-estar de todos os membros da família.

Figura 11: José Mendonça em 1954



Fonte: Mendonça (2009,s/p).

Esse primeiro curso ou treinamento funcionou de agosto a dezembro. Posteriormente, sua duração passou a ser de um ano. Com abordagem essencialmente prática, preparava para

as atividades domésticas e englobava as disciplinas básicas no currículo ministrado desde Arte Culinária, Indústrias Rurais Caseiras, Corte e Costura, noções de Puericultura, até Higiene e Enfermagem. Esse curso foi dirigido por Diva Leite Santos, por indicação do Padre Agostinho Zago, que era responsável pela orientação técnica para seu funcionamento.

Quadro 2: Diretores da Eserd.

DIRETORES ESERD		
Nome	Período	Portaria
Diva Leite Santos	Agosto a dezembro de 1953	-
Laura Pinheiro	Janeiro de 1954 a dezembro de 1955	Portaria nº 35, de 9 de março de 1955 – DOU 02/06/1955
Aspásia Cunha Campos	Março de 1956 a setembro de 1970	Portaria nº 69 DE 17/03/56 (DOU 18/04/56)
Elina Ramos Lima Vieira	Setembro de 1970 a maio de 1982	Portaria nº 305 de 23/12/70 (DOU 09/07/71)
Nice Borges Amorim	16/12/82 a 24/04/88 (primeira gestão)	Portaria nº 56 DE 16/12/82 (DOU 24/12/82)
	25/04/88 a 14/05/92 (segunda gestão)	Portaria nº 266 DE 25/04/88 (DOU 27/04/87)
José Renato de Sousa	15/05/92 a 14/05/96 (primeira gestão)	Portaria nº 681 de 12/05/82 (DOU 14/05/92)
	"Pro-Tempore" 03/05/96 a 2002 (segunda gestão)	Portaria nº 420 de 30/04/94 (DOU 03/05/96)

Fonte: Ferreira (2014, p.281).

Para as matrículas das moças Eserd, Padre Zago empreendeu um trabalho de sensibilização junto às famílias uberabenses para convencê-las de que o curso era adequado às jovens, preparando-as para a vida em sociedade (FERREIRA, 2014). Para isso, o Padre Zago visitava as famílias que frequentavam sua paróquia tentando convencer os pais a matricularem suas filhas na escola¹².

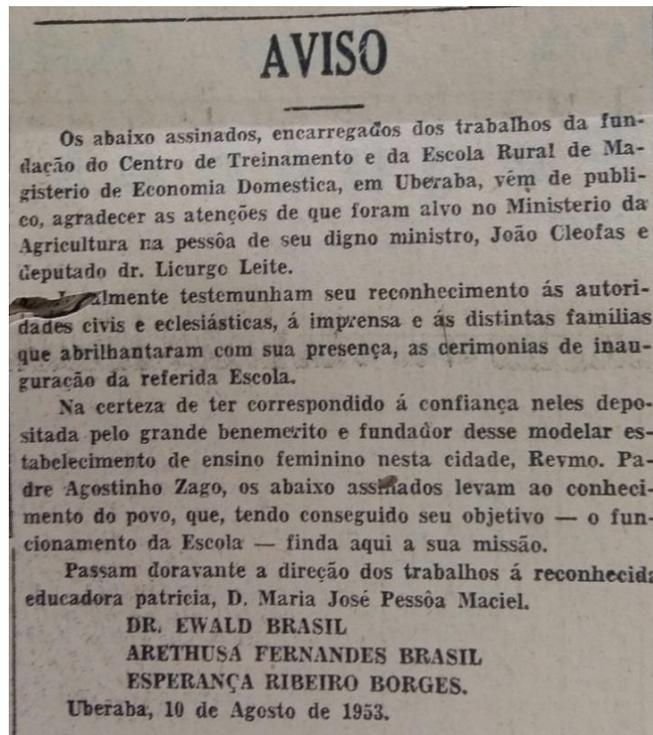
A própria atuação do Padre Zago infere, como destaca a pesquisadora Ferreira (2014, p. 204), que o curso resultou de uma aliança tácita entre a União, a Igreja conservadora e a oligarquia uberabense que estabeleceu uma educação de cunho conservador para as mulheres

¹² De acordo com Ferreira, não foram encontrados documentos que comprovam esse relato. Contudo, ela recorreu a testemunhos para corroborar o empenho do Padre Zago. Esses testemunhos podem ser conferidos na obra: FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Economia Doméstica: ensino profissionalizante feminino (Uberaba/MG – 1953-1997). Jundiá: Paco Editorial, 2014, p.204.

em consonância com o programa brasileiro de civilização da sociedade pela escolarização, pretendido pelo Governo brasileiro à época. A escola foi encarada como um meio capaz de aprimorar a vida das famílias, as condições de vida doméstica e da sociedade como ansiava as elites no comando da Nação.

Uma publicação em jornal da época, mostra essa parceria da igreja com a União e ressalta a atuação do Padre Agostinho:

Figura 12: Publicação de agradecimento às autoridades presentes na inauguração da escola em 1953.



Fonte: Lavoura e Comércio (1953, sem paginação).

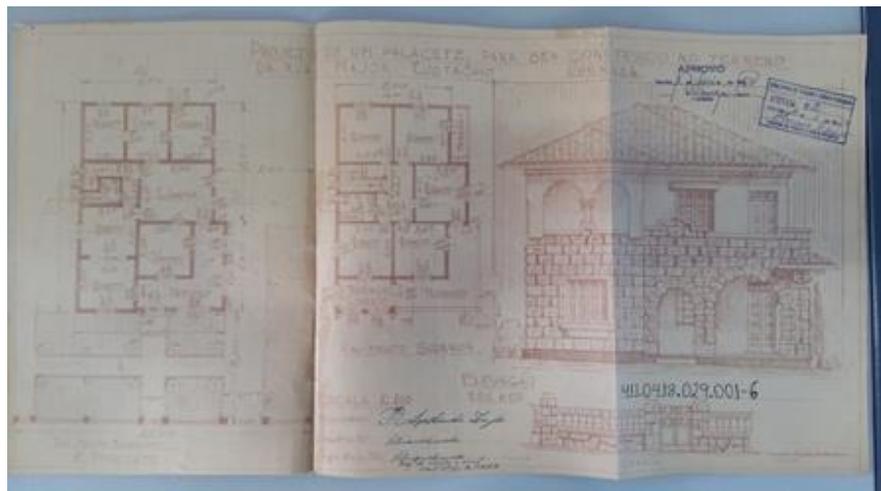
Segundo Ferreira (2014, p.204), “a Economia Doméstica constituiu o único curso de representantes majoritariamente femininas a ser ofertado na Eserd, num período no qual poucas mulheres frequentavam o ensino secundário no Brasil e no qual as ciências humanas ainda não ocupavam posição relevante”. Essa pesquisadora informa que a instituição, nos anos de 1953 a 1954, funcionou no prédio cedido pelo Padre Zago, situado na Rua Major Eustáquio, 96, centro de Uberaba, ministrando apenas o Curso de Treinamento.

Esse ainda hoje se mantém muito bem conservado. Apresenta características condizentes a um majestoso edifício destinado à instrução feminina, com uma estrutura física apreciável para a época, um “palácio”, como dito por Faria Filho (2000), a despeito dos grupos

escolares em Minas Gerais. O prédio era composto por dois pavimentos, destinados à administração e às salas de aulas teóricas, além de salas, nas quais seriam abrigadas as diversas aulas práticas e os equipamentos a elas necessários. Essas salas constituíam verdadeiras oficinas de aprendizagem de trabalhos manuais.

Cabe ressaltar que na época da inauguração da Eserd, Uberaba era uma cidade considerada progressista, marcada pelos ideais de modernidade, pois havia se tornado um importante centro comercial a partir da implantação da Estrada de Ferro Mogiana, em 1889, e colhia os reflexos na década de 1950. Com o desenvolvimento da pecuária zebuína, Uberaba passou a ter expressão econômica no país e no exterior. A arquitetura do prédio onde passou a funcionar a Eserd (Figura 13) mostra a pujança econômica que se refletia na estrutura urbana uberabense, cheia de requintadas construções.

Figura 13: Planta do primeiro prédio onde funcionou a Eserd.



Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Figura 14: Primeiro prédio onde funcionou a Eserd.



Fonte: Ferreira (2014, p.205).

Ao olhar a foto do prédio onde começou a funcionar a Eserd, cabe uma análise. Trata-se de uma arquitetura para poucos, pois consoante Ribeiro (2000), aproximadamente 70% da população mineira vivia na área rural nos anos de 1950. E pior: em condições precárias de saúde, higiene e conforto no lar. Segundo esse pesquisador, a situação de vida da grande massa populacional no país resultava em condições similares e precárias. A assistência técnica, educativa, social e financeira era deficiente nos municípios brasileiros. Diferentemente da cidade, as habitações rurais eram feitas de material rústico, coerentes com hábitos locais.

Diante do exposto, fica mais fácil compreender o porquê do governo e as organizações econômicas, educativas e sociais, nesse contexto em que se insere a criação da Eserd, verem a necessidade de ações eminentemente educativas e não apenas políticas para as comunidades rurais. Era premente educar as pessoas para a utilização de práticas agrícolas mais eficazes.

Por outro lado, também é possível perceber que, naquele momento, era imprescindível uma educação diferenciada para a mulher, na qual as atividades educativas se vinculassem ao ensino técnico, atividades adequadas ao trabalho doméstico. Foi o que aconteceu. Diz Ferreira (2014), que na prática pedagógica diária, a formação para o trabalho foi encarada como método corriqueiro. “As alunas executavam trabalhos práticos de agulha, corte e confecção de peças de vestuário, cuidados de higiene e com a casa, culinária, tantos quantos possíveis”.

Em 1954, O Centro de Treinamento foi federalizado. Passou a oferecer o Magistério em Economia Rural Doméstica com a atribuição de formar as mulheres para atuar nos cursos de extensão rural e para ministrar aulas nos cursos técnicos agrícolas. Nesse mesmo ano, passou a ser denominada Escola de Magistério em Economia Rural Doméstica “Licurgo Leite”, ministrando apenas dois Cursos: Magistério em Economia Rural Doméstica e o Curso de Treinamento em Economia Rural Doméstica.

Em termos legais, a instituição foi reconhecida pela Exposição de Motivos do Ministério da Agricultura nº 93, de 2 de fevereiro de 1954, aprovada pelo Presidente da República, Parecer 6010/54, em consonância com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 (BRASIL, 1946c), Seção II, Art. 9º, § 2º, item 1.

Esse Decreto discriminou os cursos compreendidos no segundo ciclo e os cursos agrícolas pedagógicos. O Art. 9º diz:

Art. 9º O segundo ciclo do ensino agrícola compreenderá duas modalidades de cursos de formação; os cursos agrícolas técnicos e os cursos agrícolas pedagógicos.

§ 1º Os cursos agrícolas técnicos, cada qual com a duração de três anos, destinam-se ao ensino de técnicos próprios ao exercício de funções de caráter especial na agricultura. São os seguintes :

1. curso de agricultura.
2. curso de horticultura.
3. curso de zootecnia.
4. curso de práticas veterinárias.
5. curso de indústrias agrícolas.
6. curso de laticínios.
7. curso de mecânica agrícola.

§ 2º Os cursos agrícolas pedagógicos destinam-se à formação de pessoal docente para o ensino de disciplinas peculiares ao ensino agrícola ou de pessoal administrativo do ensino agrícola. São os seguintes, o primeiro com a duração de dois anos e os outros com a duração de um ano:

1. curso de magistério de economia rural doméstica.
2. curso de didática de ensino agrícola.
3. curso de administração de ensino agrícola. (BRASIL, 1946c, online)

Com esses dispositivos legais, foi criado o curso de Magistério em Economia Rural Doméstica, nível secundário, em 1954 na Eserd, destinado à formação de pessoal docente para o ensino de disciplinas ou de pessoal administrativo para as escolas de ensino agrícola.

Ao se analisar esse contexto, o que é possível constatar é que a fixação do homem no campo e o progresso das comunidades dependeriam da presença de mulheres esclarecidas que estimulassem e orientassem as atividades e melhoria da qualidade de vida familiar. Ao que tudo indica, Padre Zago sabia disso e não poupou esforços para bater de porta em porta para explicar às famílias da cidade de Uberaba a importância do ingresso feminino à Eserd. Dessa forma, o acesso das mulheres à instrução visando à profissionalização, havia se tornado relevante.

O Curso de Economia Doméstica concebia uma formação para as moças adequada à direção de sua casa, para o cuidado com os filhos e para atender às questões de higiene básicas. Propiciava também uma formação condizente com a nova ordem urbana industrial em ampla expansão no Brasil, a partir de 1950, o que levava as donas de casa a valorizar tudo o que pudesse contribuir para uma administração eficiente do lar e que pudesse suavizar a dura rotina dos serviços domésticos diários. (FEREIRA; GONÇALVES NETO, 2013, p.5)

O que se pode constatar é que a educação feminina foi assumida na Eserd acoplada às transformações ocorridas naquele período e que atribuía papel distinto no cenário da educação feminina conservadora que se desejava para as mulheres. Como afirma Serrano (1954, p.15),

nada mais útil e imprescindível que uma educação diferenciada para elas, pois “tão complexos se apresentam os problemas da família, que a dona de casa, no seu viver diário, necessita de um conjunto sistematizado de variados conhecimentos científicos, afim de que suas tarefas não sejam desempenhadas empiricamente”.

Enfim, a Eserd imbuu-se dessa visão de que à mulher competia, portanto, a obrigação de ser perfeita: habilitada com máxima dedicação em busca de uma organização eficiente para a vida familiar, para atender às necessidades “na família e no lar doméstico, no decorrer da vida cotidiana, é que poderão e deverão ser perfeitamente executados os preceitos, as regras e as normas [...] frutos da experiência e da razão. A ciência e a técnica doméstica enriquecem-se todos os dias de novos conhecimentos” (SERRANO, 1954, p.12).

Na opinião dessa pesquisadora, as noções aprendidas no estudo da Economia Doméstica serviriam à jovem “no futuro, na vida prática, na resolução de problemas domésticos, da mesma forma que os conhecimentos hauridos na escola pelo estudante de engenharia ou de medicina”. Era no ambiente familiar que cabia sua atuação “desde o primeiro dia de vida, continuando depois também no ambiente escolar, que se inicia o trabalho feminino para a formação do homem ou da mulher, daquele elemento útil de que o Brasil e o mundo vão precisar” (SERRANO, 1954, p.14).

Obedecendo a uma ordem cronológica, cabe ressaltar que em meados de 1954, novas diretrizes foram estabelecidas às quais a Eserd deveria seguir. De acordo com normas da Direção do Ensino Agrícola brasileiro, a partir de então foi incluída a educação para ambos os sexos no ambiente rural e a educação feminina no programa de trabalho do Ministério da Agricultura. Essas diretrizes, contudo, asseguraram aos moços, numa clara distinção de gêneros as lideranças traçadas de trabalhos de campo.

Desse modo, ficou destinado um ensino profissional mais econômico, de natureza complementar aos cursos ginasiais já existentes, uma espécie de continuação aos estudos primários junto às próprias escolas, pois cabia reduzir custos, evitando a instalação de internato e o oneroso tipo de ensino destinado aos homens. A educação feminina para a vida rural não se equiparou ao ensino masculino brasileiro para o qual foram voltadas as iniciativas educacionais.

Ainda em 1954, nesse contexto, foi confirmada a manutenção da instituição pela Portaria Ministerial/MA nº 267, de 15 de março de 1955. Assim, durante os anos de 1954 a 1962, a Eserd foi denominada Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica Licurgo

Leite, ministrando o Curso de Extensão com duração de um ano e o Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica, com duração de dois anos, nível secundário.

Figura 15: Alunas da primeira turma no curso de Magistério Rural, 1955.



Fonte: Arquivo do Instituto Federal do Triângulo Mineiro/Campus Uberaba.

Figura 16: Alunas da Eserd, Curso de Extensão em 1959.



Fonte: Arquivo do Instituto Federal do Triângulo Mineiro/Campus Uberaba.

Figura 17: Entrega de diplomas em 1961. Em primeiro plano, a aluna Maria Antônia Felix.



Fonte: Uberaba em Fotos.

De acordo com Ferreira (2014, p.219-225), o Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica com duração de um ano visava à preparação de jovens que viessem atuar junto às famílias rurais. Para o Curso de Magistério, nível secundário, um currículo de dois anos, teórico e prático, visava proporcionar a formação feminina difundindo conhecimentos que pudessem modificar comportamentos rotineiros na vida social e familiar.

Quadro 3: Cursos Eserd 1953-1963.

Anos	Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica		Anos	Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica	
	Matrícula	Concluintes		Matrícula	Concluintes
-	-	20	-	-	-
-	-	77	1954-1955	22	16
-	-	32	1955-1956	10	09
-	-	84	1956-1957	16	13
-	-	49	1957-1958	21	19
-	-	45	1958-1959	28	23
-	-	33	1959-1960	28	25
-	-	30	1960-1961	11	11
-	-	50	1961-1962	25	19
-	-	41	1962-1963	27	20

Fonte: Ferreira (2014, p.305).

De acordo com os dados da Quadro 3, nota-se um número maior de alunos no Curso de Extensão. Ferreira (2014, p.305) explica que um dos fatores para isso parece ser o fato de sua duração, seis meses no primeiro curso e um ano a partir de 1954. “Também havia menos

exigências para a matrícula nos cursos de extensão. Não era exigida a conclusão do ensino secundário como estabelecido para a matrícula no Curso de Magistério”.

Outro aspecto que os valores da tabela necessariamente permitem avaliar encontra-se relacionado à irregular matrícula e concluintes do curso ao longo dos anos.

A partir de 1955, com a necessidade de aprimorar seus cursos, organizar melhor salas e departamentos, aperfeiçoar os espaços destinados às oficinas e laboratórios, entre outros motivos, a Eserd passou a funcionar em prédio alugado na Avenida Leopoldino de Oliveira, 591.

Figura 18: Prédio na Av. Leopoldino de Oliveira.



Fonte: Acervo da instituição (1955). Fotografia sem identificação.

A Figura 18 mostra o prédio amplo, até hoje existente, na região central de Uberaba (MG), em cujas instalações o curso funcionou durante o período de 1955 até 1959.

Coerente com a visão das escolas modernas, a escola dispunha de salas espaçosas para as aulas, oficinas, laboratórios e administração. As condições arquitetônicas escolares e seu entorno eram coerentes com a preocupação vigente no período com as condições de higiene, como convinha aos ambientes educacionais. O prédio escolar era por si mesmo um programa, uma espécie de discurso que se instituíu em sua materialidade. Uma imagem que visava conquistar as mulheres para a frequência e matrícula na instituição. Um espaço agradável, limpo e bonito que contribuiria para estimular sua permanência e conclusão dos cursos. (FERREIRA, 2014, p. 226)

Em 1959, por uma série de fatores, incluindo a dificuldade de arcar com os aluguéis do prédio, a instituição passou a funcionar nas dependências do Parque Fernando Costa, na Praça Vicentino Rodrigues Cunha. Outro fator preponderante para a mudança, segundo

Ferreira (2014, p. 228), “relacionou-se à estreita ligação existente entre a formação para a Economia Rural Doméstica e a formação para a Agropecuária”. Como a Economia Doméstica era vinculada ao ensino agrícola, várias aulas incluíram práticas comuns às atividades agrícolas ou pecuárias.

De acordo com Ferreira (2014, p. 228), essa área pertencia ao Ministério da Agricultura que, anos depois, acabou por doá-la à Eserd. O primeiro pavilhão destinado à Eserd havia sido construído para alojamento de peões que cuidavam dos animais no Parque Fernando Costa, por ocasião das exposições. De acordo com Ferreira (2014, p.231), “promovida uma reforma adequada, as salas de aulas e o bloco de administração funcionaram regularmente atendendo às atividades escolares”. Na área de 642,15 metros quadrados desse pavilhão de alvenaria foi construída uma ala com forro de concreto armado, dividido em salas destinadas à atividades escolares.

Figura 19: Parque Fernando Costa em 1960.



Fonte: Ferreira (2014, p.230).

Pouco depois, uma segunda ala foi construída com 195,75 metros quadrados, também em alvenaria, mas com forro de madeira. As dependências da escola contavam, segundo Ferreira (2014), com sala para direção, sala para secretaria, dois banheiros para professores, um banheiro coletivo com seis bacias para as alunas, uma sala de lavatórios, uma rouparia, uma sala de banho, uma sala de professores, duas cozinhas, uma dispensa, três salas de aula, um departamento de vestuário, um departamento de puericultura e enfermagem, um departamento de arte, um de nutrição e outro de industrialização, um laboratório de preparo

de alimentos conjugado com refeitório, uma lavanderia, uma pocilga, um galinheiro, uma biblioteca.

Em 20 de dezembro de 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 (BRASIL, 1961), o sistema educacional brasileiro foi reestruturado. Conforme explica Ferreira (2014, p.234);

O ensino agrícola passou a compreender dois ciclos: o ginásio e o colégio, com duração de quatro e três anos, respectivamente. Foi somente com a promulgação dessa Lei que os ramos dos cursos médios profissionalizantes (2º ciclo) passaram a conferir aos alunos o direito de acesso ao ensino superior sem a necessidade de se submeterem a provas de equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes.

Já em 1962 foi registrada mais uma mudança para atender às diretrizes da LDB. A Lei Delegada nº 09, de 11 de dezembro desse ano determinou a reestruturação do Ministério da Agricultura e do Regimento da Seav pelo Decreto nº 52.666, de 10 de outubro de 1963 (BRASIL, 1963). Esses dispositivos estabeleceram que os Colégios de Economia Rural Doméstica poderiam ministrar Cursos Ginasiais Agrícola com duração de quatro anos e o Curso Colegial de Economia Doméstica com duração de três anos, bem como outros cursos práticos, de treinamento, de extensão e de aperfeiçoamento que se destinavam no preparo rápido e técnico principalmente da população feminina.

Figura 20: Colégio de Economia Doméstica Rural Licurgo Leite.



Fonte: Acervo da instituição (1963) – Fotografia sem identificação.

Por fim, fechando o recorte temporal desta pesquisa, em 1963, para se ajustar às normas de ensino traçadas pela LDB 4.024/61, a Eserd passou a oferecer os cursos Ginasial e Colegial de Economia Doméstica Rural, ou seja, deixou de ofertar o Curso de Magistério,

nível de 2º Grau. Ainda com base nos apontamentos de Ferreira (2014), sabe-se que a duração do Curso Colegial profissionalizante era de três anos, com equivalência aos cursos científicos e atribuía à aluna o diploma de Técnico em Economia Doméstica Rural. A duração do Curso Ginásial era de quatro anos e atribuía à formanda o diploma de Mestre Agrícola.

CAPÍTULO 3

DESVELANDO O PERFIL DOCENTE E DISCENTE E OS SABERES COMPARTILHADOS NO CENTRO DE TREINAMENTO E ESCOLA RURAL DE MAGISTÉRIO DE ECONOMIA DOMÉSTICA DE UBERABA

Para cumprir os objetivos propostos para esta pesquisa – que é investigar a história do Ensino Profissional na cidade de Uberaba, em específico o curso de Economia Doméstica –, buscamos subsídios no livro *Economia Doméstica – Ensino Profissionalizante Feminino no Triângulo Mineiro (Uberaba/MG – 1953-1997)*, da doutora em Educação, Nilce Vieira Campos Ferreira (2014)¹³. Esse livro é a única obra que mostra a história da Escola de Economia Rural Doméstica – Eserd, que foi idealizada em 1953 como o Centro de Treinamento em Economia Doméstica, hoje denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM/Campus Uberaba.

Vale ressaltar que essa pesquisadora entende a memória e o testemunho como importantes recursos na reconstrução da história da Eserd, na compreensão maior de que ela foi um fenômeno social construído coletivamente. Seguindo recomendações de Halbwachs (1990, p.25), recorreu aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar “o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras”. Partindo dos pressupostos de Halbwachs, Ferreira afirma que,

O testemunho, portanto, como consciência de uma história ocorrida que mudou/muda incessantemente sob a ameaça do esquecimento, emergiu como forma de presenciar o momento histórico, a fronteira entre o que era a Eserd e o que ela se tornou. O testemunho foi tomado como um documento, uma fonte marcada pela materialidade, pela oralidade com a qual os atores educativos expressaram seus discursos. (FERREIRA, 2014, p. 42)

Sendo assim, por meio de testemunhos, Ferreira trouxe à tona a função social exercida pelo sujeito que, no momento de desempenho da lembrança, ativou a memória revigorada

¹³ Nilce Vieira Campos Ferreira é doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia/MG (UFU). Licenciada em Pedagogia e Letras, é professora na Universidade Federal de Mato Grosso, no curso de graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFTM/Campus Cuiabá. Integra o Grupo de Pesquisas História da Educação e Memória – GEM/UFMT.

como “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores” (HALBWACHS, 1990, p.71).

Diante da falta de de vários documentos do arquivo do IFTM, no período em questão em função do empréstimo e do arquivo que está em processo de organização no acervo da instituição, a obra de Nilce Vieira Campos Ferreira, intitulada, foi de suma importância para a compreensão da trajetória desta instituição voltada para o ensino profissional feminino, uma vez que os dados que colheu e os testemunhos que ela conseguiu, por meio de entrevistas feitas, compôs o capítulo 3 dessa obra. É de parte desse seu trabalho que esta pesquisa se fundamenta para refletir sobre aspectos da história de uma instituição voltada para a formação de mulheres.

Dessa forma, este capítulo passa pelos resultados dos levantamentos dessa pesquisadora, dando atenção especial aos docentes do IFTM/Campus Uberaba da geração que interessa também ao recorte temporal desta pesquisa – 1953 a 1963. Com os saberes e lembranças desses sujeitos, aliados com dados da pesquisa de Ferreira (2014) e daqueles feitos por este estudo, foi possível, traçar o perfil dos professores e alunos, assim como o currículo, método e instrumentos de ensino empregados na época.

Assim, esta pesquisa procurou analisar essas experiências e fatos narrados relembrando os passos dos estudos feitos até aqui, que suscitaram questionamentos e, além disso, confrontá-los com os poucos documentos¹⁴ referentes ao período de estudo encontrados na Eserd sem a devida catalogação¹⁵, conforme mostra a Figura 21.

¹⁴ Ao retornarmos diversas vezes ao IFTM para pesquisarmos os documentos que a instituição tem guardado, verificamos que muitos daqueles que se encontram publicados no livro de Ferreira (2014), a grande maioria não foi encontrada. Isso pode ser justificado pelo fato deles terem sido emprestados, mas não terem sido devolvidos pelos pesquisadores. A diretoria da instituição, para prevenir novos desvios dos documentos, inclusive nos solicitou um ofício no qual nos responsabilizáramos pelos documentos necessários para este estudo. Sendo assim, republicamos alguns documentos com a devida referência à obra de Ferreira (2014).

¹⁵ Nesse sentido, propomo-nos a colaborar na catalogação de todo material o mais breve possível.

Figura 21: Documentos ainda a serem catalogados na instituição.



Fonte: Foto produzida pela autora.

Importante destacar também que este capítulo não pretendeu apresentar pressupostos fechados, pois contraria os fundamentos do próprio estudo. O objetivo foi refletir parte do caminho trilhado pela nossa pesquisa e pela leitura fundamentada na obra de Ferreira (2014). Sendo assim, este capítulo analisa primeiramente as informações sobre os docentes, segue com os discentes e fecha com os conteúdos ministrados, os quais apontam as estratégias de ensino no período pesquisado.

3.1 Perfil das diretoras e dos docentes

A obrigatoriedade de concurso para o recrutamento de professores nas instituições públicas surgiu com a Constituição de 1988. Na Eserd, o primeiro concurso para o ingresso de professores e demais servidores só aconteceu em 1991, sendo que as pessoas escolhidas no recorte temporal desta pesquisa, entre 1953 e 1963, eram convidadas pela diretora da instituição, bastando para isso serem “pessoas seguidoras de ilibada moral religiosa, com virtudes reconhecidas na sociedade uberabense e detentoras de saber relacionado às atividades práticas ou habilitações específicas relacionadas às disciplinas e Cultura Geral” (FERREIRA, 2014, p.341).

Essa pesquisadora, na busca pela configuração da identidade da Eserd, optou por entrevistas com mulheres que ingressaram nos primeiros tempos da escola, que estudaram e posteriormente atuaram na instituição. O resultado foi composto pelas lembranças de experiências que se tornaram o fio condutor que traçou o perfil da Eserd em sua tese de doutorado. No entanto, especificamente para este estudo, vale-se apenas da reprodução das

partes que colaboram na representação do corpo docente, cujas entrevistadas foram nomeadas como sujeitos S1 a S10¹⁶, no entanto, para fins deste estudo, foram analisados fragmentos dos depoimentos de S1 a S7.

Durante a análise dos depoimentos desses sujeitos, constatamos o quanto foram importantes esses testemunhos nos caminhos da história da Eserd, pois se constituem em relatos de pessoas que vivenciaram os momentos. Por outro lado, como frisa Ferreira (2014), a instituição surgiu num período de franca expansão dos serviços públicos destinados à educação, reformulação de planos e métodos de ensino, propostas e reformas governamentais, nas quais se declarava a necessidade de ampliar os espaços destinados ao ensino feminino, então preconizadas pelo Ministério da Agricultura.

Sendo assim, deduz-se que a Eserd chegou para as moças como sinônimo de civilidade, instrumentos de modernidade e reconstrução social, educando-as para a moral, os bons costumes. “Nela prevalecia uma formação voltada para a elevação do caráter, dos valores cívicos e morais das moças para o ingresso e o comando de uma vida social ordeira” (FERREIRA, 2014, p.325).

E se era assim, como seria o perfil das professoras? Na proposta de defini-lo é necessário ressaltar, antes, o papel que tiveram as diretoras. A direção era o esteio da escola, pois ocupava lugar de centralidade durante seu período inicial:

O perfil da diretora implicava inúmeras dimensões, que evidenciavam o seu alinhamento à situação social e política, com a garantia de zelo e empenho à frente da instituição. Para um perfil adequado à função, era importante a formação apresentada, alinhada à preocupação de se tornar explícita e visível a competência daquela que fora selecionada. Contudo, competência acadêmica e profissional por si só eram insuficientes para sua nomeação. Era preciso também que ela tivesse a confiança da comunidade e do superintendente que a nomeava. (FERREIRA, 2014, p.280)

No período desta pesquisa, de 1953 a 1963, a Eserd contou com três diretoras: Diva Leite Santos (agosto a dezembro de 1953), Laura Pinheiro (janeiro de 1954 a dezembro de

¹⁶ A pesquisadora Nilce Vieira Campos Ferreira nomeou as entrevistas como requer o protocolo do Comitê de Ética de Pesquisa, uma vez que o objeto de estudo agregou o ser humano. A proposta foi devidamente registrada no Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFU, CEP, e cadastrada na Plataforma Brasil, configurando uma cultura da ética em pesquisa e considerando o respeito à dignidade humana no âmbito das práticas científicas. Cf. FERREIRA, Nilce Vieira Campos. **Economia Doméstica**: ensino profissionalizante feminino (Uberaba/MG – 1953-1997). Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p. 321.

1955) e Aspásia Cunha Campos (março de 1956 a setembro de 1970). Todas, de acordo com a análise de Ferreira (2014, p. 280), com perfis e contextos diferentes, pois, “além da importância atribuída ao cargo, era-lhe atribuída a função de estabelecer relações diretas com os órgãos gestores. Como era um cargo de confiança e nomeação [...] à direção competiam todas as iniciativas referentes à Eserd”.

Sobre a primeira diretora, Diva Leite Santos, nada se registra nos apontamentos históricos colhidos, talvez porque tenha se mudado da cidade. O mesmo não acontece quanto à segunda diretora, Laura Pinheiro. Como a influência católica se encontrava em várias estâncias da Eserd, ela foi destacada no discurso proferido por Amorim (1980)¹⁷, como “bandeira de coragem e arrojo”:

Há 26 anos, essa escola foi fundada com o nome de Escola de Magistério. Dona Laura, parece ontem, iniciava as atividades da Escola de Magistério, vinculada ao Ministério da Agricultura. Seu nome foi **bandeira de coragem e arrojo**. Sua indicação pelo D. Alexandre [referência ao Bispo de Uberaba em 1954, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral] já a recomendava como a pessoa certa para dirigir a nova escola de Uberaba, a novidade e o sucesso da época. Fomos da primeira turma e tudo tinha sabor de novidade. (AMORIM, 1980, p.1, grifo nosso)

A história aponta que a diretora Laura Pinheiro sofreu muitas pressões e dificuldades para fortalecer a Eserd em 1954 visando construir uma educação que se voltou cada vez mais para a produção de bens e serviços.

Pressões de várias administrações passadas desde o Ministério da Agricultura, quando alguns administradores não alcançavam a importância dos Custos de Economia Doméstica. Debates e discussões sérias foram travadas por D. Laura e D. Aspásia. Nos gabinetes dos diretores para a sobrevivência das Escolas de Magistérios. Houve diretores do Ensino Agrícola que simplesmente ignoraram nossa existência e apenas minguidos recursos financeiros nos eram repassados. (AMORIM, 1980, p.2)

A D. Aspásia Cunha Campos – Figura 21 –, citada por Amorim, assumiu a direção da escola, uma vez que Laura Pinheiro, no âmbito do programa de visitas e treinamento nos Estados Unidos, afastou-se para um curso de extensão rural.

¹⁷ Nice Borges Amorim foi a segunda diretora da Eserd. O trecho é do discurso pronunciado no Centro Cívico José de Alencar, em Uberaba, dia 15 de maio de 1980.

Figura 22: Diretora Aspásia Cunha Campos (1956 a 1970).



Fonte: Acervo IFTM.

A diretora Aspásia era filha de família ligada às atividades religiosas católicas. Ela ingressou na Eserd como Auxiliar Administrativa em 1954 e em 1956 assumiu a função de Orientadora Educacional. Em setembro do mesmo ano foi nomeada diretora da Eserd.

Quando eu concluí o curso, a diretora, por dois anos, foi Dona Laura Pinheiro, muito capacitada, tinha sido Inspetora de Ensino no Colégio Nossa Senhora das Dores. Ela era muito respeitada na comunidade. Dona Laura ganhou uma bolsa para estudar nos Estados Unidos e Dona Aspásia Cunha Campos, vice-diretora, assumiu a direção da escola. Dona Aspásia foi um nome de grande expressão e uma das fundadoras e, por quinze anos diretora da instituição na qual era ofertado o Curso de Economia Doméstica. (S5, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 335)

Além de embasamento pedagógico, os perfis das diretoras implicavam outras atuações, o que ficou comprovado no relatório encaminhado ao Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário – Seav, com data de 21 de dezembro de 1955, assinado pela segunda diretora da instituição, Laura Pinheiro, ressaltando as dificuldades diante do acúmulo de funções:

Depois de um ano e oito meses de direção do referido estabelecimento, estou convencida da excelência e do grande valor desta instituição. Há no entanto, algumas falhas na sua organização que devem ser sanadas pela Seav, tais como: a) designação do quadro de pessoal, dos professores e das bolsistas no início do ano e publicação imediata das respectivas portarias no Diário Oficial. Esta medida concorrerá para a solução do problema financeiro, pois o Tribunal de Contas em Minas Gerais, só autoriza o pagamento de pessoal, tendo em mãos o número das portarias e a data de sua publicação no Diário Oficial; b) incluir no quadro de pessoal o cargo: 1) Encarregado das alunas e do material [...]. Este ano o diretor exerceu tantos e tantos cargos! Houve

muito trabalho e muito cansaço e não foi possível ser diretor, escriturário, encarregado do protocolo, do material de consumo permanente e da disciplina ao mesmo tempo. (ESERD, RELATÓRIO, 1955, p.1).

As palavras da diretora Laura Pinheiro, contidas no Relatório de 1955, deixam claro que exercer esse cargo, naquela época, equivalia a uma tarefa à qual se considerava que ela devia se entregar de “alma e coração”, como frisa Ferreira (2014, p. 284), pois “sua ação não se resumia fornecer às alunas uma formação secundária profissional e pedagógica, mas incumbia a ela a responsabilidade por todas as atividades escolares”.

As revelações obtidas pela pesquisa levam a uma conclusão:

[...] as diretoras assumiam o curso como um movimento da comunidade que pode ser interpretado também como uma necessidade que a Eserd tinha para continuar seu trabalho e mostrar a importância da formação oferecida às mulheres. [...] não havia um imobilismo, havia dificuldades, mas os servidores se uniam para progredir em busca de instrumentos redentores para suas carências, capazes de levar a escola a se integrar às exigências de formação feminina para o mundo do trabalho. (FERREIRA, 2014, p.284)

Ao analisarmos todas as informações até aqui, podemos acrescentar à conclusão dessa pesquisadora que a diretoras – e demais servidores – trabalhavam por idealismo para abrirem um mundo novo para as mulheres, qual seja, o mercado de trabalho, para isso, muitas vezes, arcando inclusive com os problemas financeiros, como relatam outras entrevistadas:

No começo, não recebíamos o salário todos os meses. Só no final do ano. Não sei como fazíamos sucesso com aquele salário mixuruca. A primeira coisa que comprei com o meu salário foi um jogo de mobília. Tenho até hoje uma cristaleira que fazia parte de uma mobília que comprei para casa. Tínhamos uma colega que gastava o salário e depois pegava dinheiro emprestado. Quando recebia de novo só dava para pagar os empréstimos, além disso, tínhamos muitos encargos e trabalhos a desenvolver. (S1, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 337)

Era da SEAV que vinham as verbas, mas demorava. A Escola funcionou quase quinze anos com a Dona Aspásia honrando os compromissos com os fornecedores. Eles vendiam e entregavam, mas diziam que não para a Escola, isto é, se a escola não pagasse, era a Dona Aspásia que tinha que assumir o pagamento. Ela sempre foi assim. Tinha muita presença. Era muito compromissada com a escola e com a sociedade. (S5, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 336)

Desse modo, a diretora era uma espécie de fiadora das despesas da escola. Para o atendimento às necessidades escolares, as compras eram realizadas em supermercados e pagas somente quando a Eserd recebia o repasse financeiro do governo, ou seja, a confiança nessas transações era garantida pela diretora que, por sua vez, deveria ter crédito no mercado. Isso também comprova a origem, na elite uberabense, da pessoa que fosse escolhida para o cargo

de direção da Eserd. Afinal, nota-se que a diretora, em tese, deveria possuir recursos suficientes para cobrir esses empréstimos. Um dos depoimentos comprova esse raciocínio:

Comprávamos o necessário para a escola no supermercado e pagávamos no final do ano, quando vinha a verba. Mas o dono do supermercado vendia **confiando na Dona Aspásia**. A gente recebia só uma vez por ano e todos nós achávamos muito bom. Tivemos momentos muito difíceis, com poucas verbas e recursos. (S6, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 337, grifo nosso)

Esse depoimento de S6 ajuda a traçar o perfil especificamente do corpo docente nos primeiros dez anos de funcionamento da Eserd. Antes, porém, é válido ressaltar que esses primeiros anos de existência da escola foram marcados pela mudança de uma sociedade, na qual eram visíveis tanto a autoridade quanto outros valores morais, cívicos e conservadores. Ferreira (2014, p. 286) afirma: “O projeto implantado pelo Ministério da Agricultura em 1953 se mantinha e com ele processos que visavam inculcar valores, subordinar corpos, disciplinar consciências com profundo senso religioso, moral e de subserviência à dinâmica capitalista”.

Sendo assim, e considerando que os professores aderiram aos princípios políticos do Ministério da Agricultura e se identificaram com os rumos propostos pela direção da Eserd, podemos inferir que esta forma de recrutamento de professores para atuar na Eserd, por indicação da direção, era coerente com a centralidade do poder nas mãos dos gestores, o que era comum nas primeiras décadas do século XX. E foi um procedimento seguido por muitos anos, sendo primeiro adotado pelos idealizadores da escola e depois pela direção que, por sua vez, obedecia às instruções do Ministério.

Testemunhos comprovam essa prática de recrutamento:

Para o ingresso do professor, no nosso caso, fomos convidadas. Convidaram as que obtiveram melhor desempenho durante o curso. Éramos dezesseis alunas. Quatro de nós foram convidadas para trabalhar na escola pela Diretora. Os professores eram convidados de acordo com sua aptidão para determinada disciplina. (S1, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 344)

Por esse depoimento de S1 percebemos que os professores eram escolhidos bastando apenas que fossem detentores de saber relacionado às atividades práticas ou que tivessem habilitação específica. Também é possível verificar que o corpo docente era composto de dois gêneros, tanto é que a disciplina de Direito era ministrada por um advogado e a aula de canto por um padre. Esse detalhe é importante, levando-se em consideração que as escolas eram essencialmente para moças e que o período era recalcado em valores morais e da conduta católica como parâmetros de referência para a atuação docente e, conseqüentemente, também discente.

Nesses primeiros anos de funcionamento, é importante ressaltar a atuação do Padre Agostinho Zago, que tinha poder de influência na escola. Foi ele que encaminhou algumas moças para estudar no Rio de Janeiro e que, depois de formadas, atuavam na Eserd, conforme relata uma entrevistada:

Nós fomos, eu e mais três moças, para o Rio de Janeiro. Estudamos em 1953 e 1954. Vim de Nova Ponte. As outras moças eram de Uberaba. Cursamos o Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica. Nessa época, o curso tinha duração de dois anos, mas a escola aqui ainda não havia sido criada. Era apenas um Centro de Treinamento. O Senado Federal e a Câmara Federal ficavam no Rio de Janeiro. O Congresso Nacional ainda não havia sido transferido para Brasília. Tínhamos bolsa de estudo conseguida pelo Padre Zago que era muito bem relacionado com a Seav e com a escola no Rio de Janeiro. Conhecia muito os diretores. Essa oportunidade que me foi oferecida pelo Padre Zago eu sou muito agradecida. Quando voltei, comecei a trabalhar na escola. (S4, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 341)

Detalhe também importante, que foi relatado por outra professora, a S2, é a questão da proximidade entre docentes e alunos. Como só tinham apenas cinco professores no início, então “todo mundo era amigo de todo mundo”, conforme frisa Ferreira (2014, p.344), que deduziu “que todos os funcionários eram parentes, amigos, familiares ou estreitavam relações além dos muros escolares”. Além disso, o relato de S2, confirma:

Havia uma professora de teoria da alimentação e dietética que gostava muito da parte prática e nos ensinava muito bem, mas às vezes se esquecia a teoria. Quando terminamos o curso, a diretora me convidou para fazer um curso perto de Sorocaba, na fazenda que foi de D. Pedro I. Eu sou filha única e meus pais, a mamãe principalmente não me deixava sair, eles se preocupavam muito comigo. A diretora veio até a minha casa e pediu a minha mãe para eu vir e afirmou que ia comigo até lá onde ia ser o curso, mas que ela queria que eu fosse. Era um curso de um mês. Quando eu retornei, era julho, muito frio. Durante o final daquele ano eu já trabalhei como auxiliar de direção (S2, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 344).

Por esse relato, podemos perceber a existência de uma íntima relação que a diretora partilhou com a família, confirmando a confiança dos pais que viam nela alguém a quem se podia deixar a guarda das filhas em formação. Segundo depoimentos de ex-professoras, na Eserd, elas deviam dominar, além dos saberes específicos da profissão, também os fazeres próprios da mulher “essenciais às tarefas educativas que iam desempenhar junto às famílias” (FERREIRA, 2014, p. 347). Nesse sentido, vale ressaltar as palavras de S2, no depoimento que concedeu a Ferreira (2014, p.348): “Minha primeira disciplina como

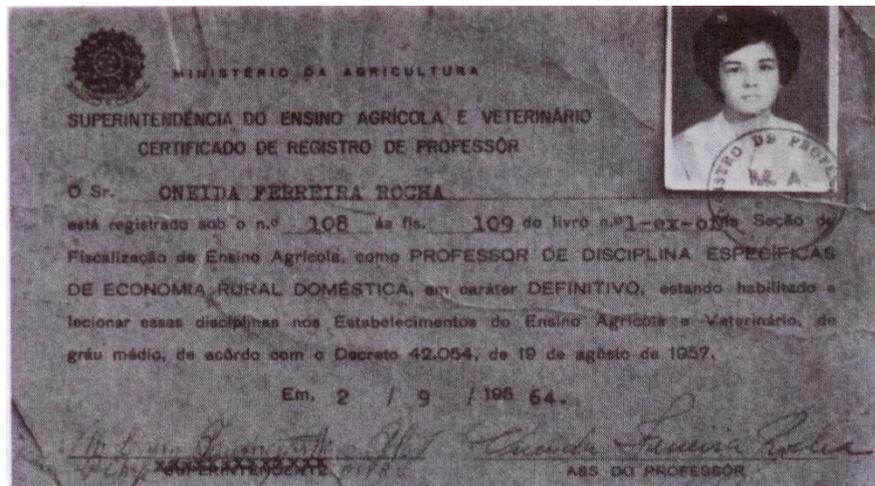
professora era vestuário. Não era só corte e costura. Além disso, era preciso ensinar postura, boas maneiras”.

Ainda sobre o recrutamento de professores, vale dizer que cabia à direção definir quais seriam escolhidos para trabalhar na escola. As indicações eram baseadas nas preferências da diretora. Segundo Ferreira (2014, p. 342), o pensamento e ação da Direção marcavam a atuação na instituição. Muitas vezes, depois do ingresso é que os docentes e demais servidores adquiriam a habilitação específica para sua área de atuação, conforme mostra outro depoimento:

Trabalhei 30 anos na escola. Quando entrei não havia concurso. Fui convidada pela Diretora e indicada por uma amiga que trabalhava lá. Fazíamos curso em Belo Horizonte para termos progressão. Tudo era assim: íamos para Belo Horizonte, para Brasília para adquirirmos a formação necessária. (S6, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 342)

Era assim: quando o professor ganhava a cadeira de uma disciplina em caráter definitivo, ganhava também um certificado pelo órgão que estivesse gerindo a Eserd. No caso da Figura 23, tal certificado foi atribuído para que a professora pudesse ministrar disciplinas específicas de Economia Rural Doméstica.

Figura 23: Certificado de Registro de Professor.



Fonte: Ferreira (2014, p.343).

Para efeito da formação, Ferreira (2014, p. 348) frisa que o ensino “era traduzido numa aposta na educação geral da aluna e sua correspondente entrada na vida ativa em sociedade, fosse visando à inserção profissional no mundo do trabalho, fosse à melhoria de vida de suas famílias em consonância com os princípios urbanos”. Se o papel do ensino era

esse, conseqüentemente dos professores também. No entanto, pelas palavras de S7, por exemplo, percebemos certa resistência por esse tipo de formação:

Quando fui trabalhar na escola, foi muito interessante. Minhas irmãs quase todas estudaram lá e adoravam. Mas eu não tinha muita aptidão para o curso, porque na época era um curso “espera-marido”, para preparar as moças para casar. Eu não queria isso. Fui estudar outros cursos. Não quis estudar economia doméstica. (S7, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 349)

Pelas palavras de S7, podemos perceber que, com o passar dos anos, muitas alunas ingressaram no curso não por opção, mas por determinação dos pais ou imperativo de ordem socioeconômica. Algo começava a mudar,

os valores divulgados pela Seav para formar moças aptas para o trabalho eram difundidos e as professoras que foram chegando, após seus cursos de formação, introduziram outros conhecimentos visando romper com pelo menos parte da cultura escolar estabelecida e a metodologia até então utilizada. (FERREIRA, 2014, p.350)

Dentro dos pré-requisitos para trabalhar nos primeiros dez anos da Eserd, a candidata tinha de ser prendada. Como eram indicadas pela preferência da direção, num primeiro momento era desconsiderada “a formação específica necessária para ministrar as disciplinas” (FERREIRA, 2014, p.342). Mesmo assim, foi possível registrar um depoimento falando não apenas das aptidões manuais das professoras, mas também da formação do corpo docente:

Tínhamos aulas de trabalhos manuais, então nossa professora era uma senhora que fazia trabalhos manuais com perfeição. Tínhamos o professor de agricultura que era formado. A professora de Língua Portuguesa era formada em Letras. O nosso professor de Direito era um advogado. O professor de canto era um padre. Esse padre era muito preparado. Nossos professores, se eles não tinham diploma, tinham muito conhecimento. Mas não prestaram concurso eram convidados pelo diretor. (S1, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 344)

Pelos apanhados históricos feitos podemos inferir que, na década inicial de funcionamento da Eserd, o perfil do corpo docente – especificamente das professoras – se confundia com o modelo educativo adotado pela instituição. Elas, as professoras, deviam representar o perfil imposto pela sociedade, ou seja, que a mulher era responsável pela educação de seus filhos e que até os maridos deveriam influenciar nas suas atividades nesse sentido. Colocados esses pressupostos, a conclusão é que o corpo docente da Eserd, no período recortado para este estudo, educava as moças para serem mães felizes, esposas cultas, com um emprego e envolvidas em ações caridosas. E esses valores apareciam configurados no processo de ensino e de aprendizagem e também nas atividades escolares dos professores.

3.2 Perfil discente

Como instituição escolar oriunda da iniciativa de um padre e resultado das articulações dele com o Ministério da Agricultura, a Eserd ofertou o curso de Economia Doméstica num período no qual poucas mulheres frequentavam o ensino secundário no Brasil e muito menos em Uberaba, cidade que se orgulhava do desenvolvimento de sua pecuária zebuína, com seus fazendeiros introduzindo o gado zebu no Brasil.

Naquela época, a mulher era exaltada com um perfil moderado, como protetora da moral e dos bons costumes e assim também deveriam ser as moças em formação. Às jovens estudantes cabia um destino: adquirir durante o curso uma capacidade de planejar o emprego de recursos naturais para suprir as necessidades do lar, por meio de aquisição de técnicas e habilidades, melhorando seus costumes, sua conduta, suas condições de vida.

Desse modo, as discentes matriculadas na Eserd oriundas das várias regiões do Triângulo Mineiro e de outras partes do país. De acordo com Ferreira (2014), elas eram da própria cidade de Uberaba e também da região: Araxá, Frutal, Campo Florido, Conquista, Veríssimo, Araguari, Sacramento, Pirajuba, Prata e Conceição das Alagoas. Isso se justifica pelo fato de Uberaba ter sido considerada um centro educacional no período do recorte histórico desta pesquisa e também porque o curso de Economia Doméstica era federal, ou seja, gratuito, e por nele se matricularem apenas mulheres.

Quanto às famílias, as alunas eram procedentes de famílias das classes mais abastadas. “A Eserd recrutou suas alunas em uma elite privilegiada: filhas de fazendeiros, advogados, comerciantes, bancários, industriais, funcionários públicos, policiais militares, ferroviários, médicos, entre outros, como registrado nos livros de matrículas” (FERREIRA, 2014, p.287).

Um exemplo vivo dentre essas alunas é Nice Borges Amorim, natural da cidade de Nova Ponte (MG), e que durante 36 anos se dedicou às antigas escolas de Economia Rural e Doméstica e Agrotécnica de Uberaba. Além de aluna da Eserd no período do recorte temporal desta pesquisa, Nice também foi diretora da instituição por duas vezes (16/12/82 a 24/04/88 e de 25/04/88 a 14/05/92). Em 2010, ela foi premiada pelo Ministério da Educação com a Medalha Nilo Peçanha. Esteve entre os 100 brasileiros homenageados por importante atuação no desenvolvimento da educação técnica e profissional no último século

Figura 24: Nice Borges Amorim.



Fonte: Jornal da Manhã Online (2012).

Em entrevista concedida ao JM Online (2012), Nice Borges Amorim afirmou: “Sempre procurei ser uma pessoa autêntica quanto aos meus ideais, propósitos e valores”. E quando foi indagada sobre que valores são esses, ela respondeu:

Os valores religiosos, morais e éticos. A maior herança que meu pai, André Borges, me deixou foi justamente a formação de honradez e de honestidade. Ele era uma pessoa irrepreensível e criou a família, junto com minha mãe, Alice Mendes Borges, dentro desses princípios. (JORNAL DA MANHÃ ONLINE, 2012).

A ex-aluna e ex-diretora contou como foi estudar na Eserd, que foi criada quando ela estava no segundo ano de contabilidade:

[...] quando passei para o segundo ano de Contabilidade, eu já tinha terminado o colégio, abriram o curso de Economia Doméstica, que eu tinha muita vontade de fazer. Foi a abertura da minha vida profissional. Entrei no curso que chamava Magistério de Economia Rural e Doméstica e durava dois anos. Nessa época, a escola pertencia ao Ministério da Agricultura, e depois da reforma administrativa é que passou a estar ligada ao Ministério da Educação. Todo ensino agrícola era assim. Sempre participando de tudo como voluntária, terminei o curso de Contabilidade junto com Economia Doméstica e não fiz faculdade porque já estava passando por uma fase mais difícil. Meu pai era muito bem de vida, mas perdeu tudo. Em 1956, a dona Aspásia Cunha Campos ia assumir a direção da escola, depois que a dona Laura Pinheiro ganhou uma bolsa para estudar nos Estados Unidos, e me perguntou se eu queria trabalhar na escola. Eu amava a escola e aceitei, **aliás, cinco da minha turma foram aproveitadas para o trabalho na**

instituição. Fazíamos festas e desfiles no Uberaba Tênis Clube, campanhas de higiene e saúde bucal e, para angariar fundos para a escola, que passava por dificuldades, fazíamos salgados para fora, e para nós isto era uma festa. (JORNAL DA MANHÃ ONLINE, 2012, grifos nossos)¹⁸.

O fato de a grande maioria das alunas serem procedentes de famílias com recursos financeiros até levanta uma possível contradição, uma vez que o curso era federal, portanto, gratuito. Por que moças da elite sendo educadas para atuar como extensionistas?¹⁹ A esse respeito, vale ressaltar que a ideia era transformar o cenário de atraso e de pobreza na zona rural, aumentando a produção dos campos, estimulando a atuação feminina junto às famílias do meio rural. Assim, os diretores, professores e aprendizes foram se moldando às exigências da sociedade e às normas das escolas, que então já se articulavam com a conjuntura política, combinando diferentes interesses para superar o grande atraso registrado no meio rural de então.

Ainda quanto à origem familiar das estudantes, Ferreira (2014) frisa que ela foi conferida nos livros de matrículas²⁰. No entanto, nós não conseguimos localizar e fotografá-los, uma vez que a instituição ainda não tem um arquivo organizado para esses documentos. Mesmo assim, foram encontradas algumas listas com os nomes das moças matriculadas, tal como mostra a Figura 25.

¹⁸ O grifo que fizemos foi para registrar o fato de que pelo menos cinco ex-alunas foram também professoras na Eserd.

¹⁹ Relembramos que, de acordo com o exposto no Capítulo 1, a Eserd foi criada também com o objetivo de formar economistas domésticos na equipe extensionista, ou seja, profissionais para levar conhecimentos aos moradores da zona rural.

²⁰ Não obstante os esforços desta pesquisadora, não foram encontrados os livros de matrícula citados pela doutora Nilce Vieira Campos Ferreira, de cuja tese é aproveitada neste estudo. A instituição ainda está organizando os arquivos tecnicamente, mas enquanto isso alguns documentos estão sendo colocados em várias salas e outros ainda não foram localizados.

Figura 25: Relação dos nomes das alunas matriculadas em 1954.

RELAÇÃO ALUNAS MATRICULADAS NO CURSO DE MAGISTERIO- 1954	
SERIE:- 1º ANO	
NOME	DATA DO NASCIMENTO
1- ADA LANGONI	17/novembro/1937
2- DARCY TEREZINHA RAMOS	13/janeiro/1934
3- DIVA APARECIDA NEGRÃO	25/março / 1934
4- GRACE SILVA	06/fevereiro/1938
5- IVANY LATERZA ASSUNÇÃO	02/ maio / 1936
6- ISABEL BIZZOTTO	20/ dezembro/1932
7- LAIS MAGALHAES SAMPAIO	26/setembro / 1931
8- MAURA SALES BORGES	12/ março / 1932
9- MARIA AMBROSINA ANDRADE	26/ maio / 1935
10- MARIA ZELY MARTINO FIGHEREDO	19/setembro/1936
11- MARIA RODRIGUES	15/dezembro/1935
12- MARIZA PALMERIO MARQUEZ	24/setembro/1938
13- NICE BORGES AMORIM	24/ agosto /08/1935
14- NOELIA HERNANDES GUAGLIAR	28/dezembro/1934
15- ONEIDA FERREIRA ROCHA	21/ maio / 1933
16- PEDRINA PEREIRA COSTA	19/maio / 1931
17- ROSA PEREIRA COSTA	07 / maio/ 1934
18- ROMILDA SABINO DE FREITAS	07/ março/1936
19- SHIRLEY DE OLIVEIRA	13/outubro/ 1935
20- SUZANA BIZZOTTO	29/ julho/ 1934
21- TEREZINHA MAGDALENA ZAGO	04/ fevereiro/ 1935
22- WALDETE FACURE	21/dezembro/ 1934

Fonte: Acervo do IFTM.

A Figura 25 estampa a lista das alunas do primeiro ano, um total de 22. Um número que pode ser considerado razoável, tendo em vista a forma como as moças foram arrebanhadas pelo Padre Agostinho Zago, de porta em porta, convencendo os pais a matriculá-las no curso de extensão rural. S2 lembra desse episódio:

Eu me lembro, era maio. Estávamos conversando aqui em casa a respeito de festas. Era mocinha ainda. O Padre Zago chegou. Era muito amigo de meu pai. Éramos de Veríssimo daquela região. Ele falou “Pílades, eu preciso conversar muito sério a respeito dessa menina aí”. Eu fiquei muito assustada: “O que ele iria dizer?”. “Eu vim aqui e você vai ceder sua filha como uma das candidatas para o Curso de Extensão Rural”. Um amigo de meu pai, um paraguaio, estava hospedado aqui em casa e perguntou “**O que essa menina entende de extensão rural, de economia doméstica**, dessas coisas?”. E o padre “Justamente, vai aprender [...]”. O Padre Zago **foi de porta em porta dos amigos dele e conseguiu formar uma turma bem grande**. A primeira diretora foi a Dona Diva Leite, cunhada do Adalberto Rodrigues da Cunha, na época presidente da Associação Rural do Triângulo Mineiro (S2, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 328)

Analisando o depoimento de S2, percebemos que o Padre Zago tinha uma visão progressista da educação naquele momento, bem diferente da visão tradicional atribuída à mulher, cujo lugar então era somente o lar, os afazeres domésticos e o cuidado com a família. Nessa linha de raciocínio, S1 também concedeu um depoimento que colabora com o ensejo de traçar o perfil das estudantes da Eserd naquele início do funcionamento do curso de Magistério de Economia Doméstica Rural em 1954:

Entrei na primeira turma, organizada pelo Padre Zago. Ele falou com meus pais e me convidou para estudar. A escola funcionava na Rua Major Eustáquio, no sobrado do Padre Zago. Ali tínhamos nossas aulas. Magistério de Economia Doméstica, com duração de dois anos. O curso surgiu por sua intervenção junto Ministério da Agricultura e com o apoio do Deputado Licurgo Leite e de outras pessoas influentes na sociedade. Tínhamos que prestar uma espécie de vestibular para entrar. Houve um curso antes, com duração de 04 ou 06 meses, não sei bem. Mas eu não estudei nesse curso. (S1, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p.329)

Entrelaçando os depoimentos de S1 e S2, podemos ressaltar dois pontos: que a preocupação com a educação feminina era quase inexistente na época e que havia forte influência católica na família. Nesse sentido, Ferreira (2014, p. 329) colabora com nosso raciocínio, ao comentar a cena onde o Padre mencionou que precisava conversar a respeito da moça com o pai e que S2 se mostrou imediatamente preocupada com o que o Padre iria dizer: “Encontramos explícito em sua fala a questão das condições vigentes da mulher no papel único de desempenhar a formosa tarefa de boa filha, esposa, mãe e educadora dos filhos, sinônimo de gentileza e feminilidade”.

Nesse contexto, as práticas escolares e culturais colaboravam para desenhar o perfil das estudantes. A exaltação dos valores morais e de conduta católica tornou-se parâmetros de referência para a atuação docente e, conseqüentemente, também das alunas. Assim, até o jeito delas se comportarem e de se vestirem trazia reflexos do que era imposto pelo governo, conforme mostra este depoimento:

Nosso uniforme era como o do uniforme do Uberaba Esporte: saia vermelha godê e blusinha branca. Foi o primeiro uniforme. O Padre Vicente foi nosso professor de Educação Artística. Ele montou o Coral. Cantávamos na Praça do Mercado. As professoras deveriam usar saia com o comprimento abaixo do joelho vinte centímetros. Não podiam usar calça comprida, nem blusa sem manga. **Era a lei do governo.** Usávamos jaleco, mas deixávamos na escola. Uma professora quando veio de Viçosa para me substituir, vindo universidade, com o jeito de gente jovem, saia mais curta. A Diretora me chamou e disse-me para conversar com ela como deveria se vestir. Eu adorava. Depois da nossa conversa, ela se vestiu de freira. Tive de dizer a ela “nem tanto, de jeito nenhum”. (S2, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p.346)

A Figura 26 mostra uma apresentação do Coral sob a regência do Padre Vicente, o que confirma esse relato de S2: todas usando saia com comprimento abaixo do joelho e blusas com mangas, mostrando decoro e cuidado com a postura.

Figura 26: Apresentação Coral Eserd em 1955.



Fonte: Acervo do IFTM.

A imagem estampada na Figura 26 nos permite reforçar o contexto moral vivido nos primeiros anos de funcionamento da Eserd. A presença do Padre na regência do Coral comprova que a escola se consolidava na sociedade uberabense como sendo uma instituição de “boas e sadias relações sociais, local de ética e de virtude, na qual os pais confiariam matricular suas filhas” (FERREIRA, 2014, p.347).

A Figura 25 também dá indícios da clientela atendida pela Eserd: filhas, cujos pais eram de boa condição financeira, ou seja, quem tinha possibilidade de ter acesso às salas de aula dessa instituição. O testemunho de S6 comprova isso:

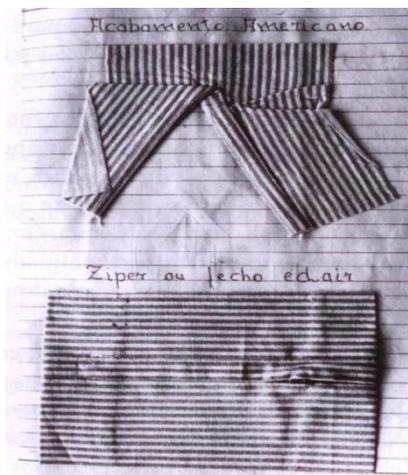
As alunas de Economia Doméstica eram todas de famílias bem situadas na vida, com poder aquisitivo. Muitas são minhas amigas até hoje. Tínhamos muita amizade. Era muito bom, muito divertido. As alunas de Economia Doméstica eram chamadas de “espera-marido”. Quando pegavam ônibus, outros alunos de outros cursos a chamavam assim. Elas retrucavam e chamavam os alunos que estavam no mesmo ônibus de pedreiros. (S6, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p.349)

A Figura 26 mostra uma cena que nos leva a refletir sobre o perfil das moças da Eserd no período escolhido para análise. A escola deveria e foi um modelo de formação conservadora, já que as alunas deveriam ser instruídas para se transformarem em boas esposas e mães de famílias, mas acabou sendo também um local, como afirmou Ferreira (2014, p.345), onde as moças se encontravam para resignificarem suas experiências e “afastarem-se um pouco do lar e do mando paterno/materno, estabelecendo novos entrelaçamentos e relações com os sujeitos sociais escolares”.

Há que se ressaltar que os hábitos das moças no recorte temporal deste estudo eram bem diferentes dos atuais. As tarefas do lar, tais como costurar, bordar e costurar para a família faziam parte do contexto e eram indispensáveis para uma prendada moça da época. Assim, era comum as moças fazerem álbuns ilustrados com fotos recortadas de revistas e jornais mostrando as aprendizagens do ano, claro que mostrando o cuidado com a escrita e com as ilustrações destacando uma família ideal.

Em seu depoimento, S3 disse gostava muito do curso e que achava muito prazeroso elaborar os cadernos contendo as instruções das disciplinas e que sempre consultava, por exemplo, os álbuns referentes à disciplina de corte e costura para atender à família.

Figura 27: Álbum da disciplina de Corte e Costura [195-].



Fonte: Ferreira (2014, p. 352).

Trabalhos como estes mostrados na Figura 28 também faziam parte de exposições das aulas práticas. As alunas expunham trabalhos como vestidos, roupas para bebês, bordados, entre outras peças. Pela imagem, pode-se conferir o capricho e a ordem de cada peça. “Todas foram expostas para que fossem visualizadas pelos visitantes de modo a se confirmar o trabalho que realizado na instituição pelas estudantes e, por sua vez, como as moças eram ‘prendadas’, ‘moças para casar’” (FERREIRA, 2014, p. 316).

Figura 28: Exposição dos trabalhos em 1955.



Fonte: Acervo IFTM.

As exposições funcionavam também para que a comunidade reconhecesse a escola como um ambiente de formação adequado: “As exposições, elas foram um fator para que as pessoas valorizassem a escola. Trabalhávamos muito” de acordo com (S4), em depoimento à Ferreira (2014, p.353). Essas exposições se iniciaram em 1954 e prosseguiram até o encerramento definitivo do curso. Como resultado das atividades das disciplinas práticas, elas eram a culminância delas ao final do ano letivo, quando docentes e discentes se orgulhavam de expor os trabalhos realizados em sala de aula para toda a sociedade uberabense.

Desse modo, de atividade a atividade, a participação na formatura era um objeto de desejo acalentado no imaginário das moças e de suas famílias. Não era apenas uma questão de benefício profissional, mas também, como lembra Ferreira (2014, p. 311), “pela imagem simbólica que esse novo status garantia às suas identidades como profissionais formadas”.

Desse modo, no cotidiano da Eserd, o rito da diplomação, ao final do curso, era um importante momento para demonstrar o resultado da formação oferecida às moças tanto para a sociedade uberabense quanto para suas famílias. O rito de formatura no Curso de Economia Doméstica na Eserd ocorreu desde 1955 e permaneceu durante todos os anos de sua existência. (FERREIRA, 2014, p.311).

A Figura 29 mostra um pouco da decoração esmerada da festa de formatura do ano de 1955. É possível perceber que a formanda exibe uma postura solene, com posição ereta, firme e transmite a forma recatada e um comportamento de ordem e disciplina frente ao microfone.

Figura 29: Oradora da 1ª turma de Economia Doméstica em 1955.



Fonte: Acervo IFTM.

Na análise de Ferreira (2014, p.312), a visão que se tem é a de que a atitude demonstrava o profundo senso de responsabilidade pregado pela Eserd, “a noção de deveres a serem cumpridos para com a comunidade da qual se era membro, incluindo posturas adequadas, coerente com os ideais republicanos de se desempenhar fielmente as obrigações contraídas com a formação educacional”.

Isso posto, podemos inferir que a proposta de definir o perfil das alunas da Eserd, nos seus primeiros dez anos de funcionamento, combina as perspectivas da escola e o comportamento feminino da época. Por um lado, o alinhamento social exigia que a mulher fosse preparada para o lar, para cuidar do marido e dos filhos; por outro lado, a Eserd imponha um modelo de educação para satisfazer essa sociedade, inclusive o poder público vigente. E ainda por outro lado, constatamos que alunas gostavam da escola e do que estudavam.

Sendo assim, por que algumas moças se matriculavam e depois deixavam o curso, uma vez que a Eserd mantinha um modelo de ensino que atendia ao perfil feminino da época? Essa indagação surgiu no desenvolvimento da pesquisa, quando percebemos que as diretorias da Eserd, desde o primeiro ano de funcionamento, mostravam preocupação com a questão do abandono de curso. Prova é a existência de livros de controle de matrículas e evasões. Esta pesquisa encontrou livros dessa natureza para os anos de 1954, 1955, 1956, 1957 e 1958, mostrados na sequência das Figuras 30 a 34.

Figura 30: Controle de matrículas e evasões em 1955.

CONTROLE DE MATRÍCULAS E EVASÕES DO CURSO DE MAGISTÉRIO					ANO: 1955			
MATRÍCULAS					EVASÕES			
SÉRIE	ANO LETIVO	IDADES	Nº DE MATRÍCULAS	TOTAL	NOMES	DESI- TENTE	TRANS- FERIDA	SÉRIE
1ª	1955	MENORES DE 18 ANOS	02	12	Celcyda Olívia Ferraz			1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	10		Dancy Geresinba Ramos			2ª
2ª	1955	MENORES DE 18 ANOS	01	20	Maura Sales Borges			2ª
		MAIORES DE 18 ANOS	19		Neelha Hernandez Guagliardi			2ª
3ª	1955	MENORES DE 18 ANOS	—	—	Geresinba Magdalena Lago			2ª
		MAIORES DE 18 ANOS	—					
TOTAL DE MATRÍCULAS:				32				
RESUMO								
SÉRIE	Nº DE CLASSES	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÚMERO DE EVASÕES	% de EVASÃO				
1ª		12	01					
2ª		20	04					
3ª		—	—					
TOTAIS:		32	05		TOTAL DE EVASÕES			

Fonte: Acervo IFTM.

Figura 31: Controle de matrículas e evasões em 1956.

CONTROLE DE MATRÍCULAS E EVASÕES DO CURSO DE MAGISTÉRIO					ANO: 1956			
MATRÍCULAS					EVASÕES			
SÉRIE	ANO LETIVO	IDADES	Nº DE MATRÍCULAS	TOTAL	NOMES	DESI- TENTE	TRANS- FERIDA	SÉRIE
1ª	1956	MENORES DE 18 ANOS	09	25	Helina Aguiar			1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	16		Feda Sant'Ana			1ª
2ª	1956	MENORES DE 18 ANOS	—	10	Luíza dos Santos Anjo			1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	10		Magda Cecy Alvaranga			1ª
3ª	1956	MENORES DE 18 ANOS	—	—	Mª Eunice Rodrigues Moraes			1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	—		Mª Esilda Amasal Mator			1ª
TOTAL DE MATRÍCULAS:				35	Maria Ribeiro Cardoso			1ª
RESUMO								
SÉRIE	Nº DE CLASSES	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÚMERO DE EVASÕES	% de EVASÃO				
1ª		25	—					
2ª		10	—					
3ª		—	—					
TOTAIS:		35	—		TOTAL DE EVASÕES			

Fonte: Acervo IFTM.

Figura 32: Controle de matrículas e evasões em 1957.

CONTROLE DE MATRÍCULAS E EVASÕES DO CURSO DE MAGISTÉRIO					ANO: 1957			
MATRÍCULAS					EVASÕES			
SÉRIE	ANO LETIVO	IDADES	Nº DE MATRÍCULAS	TOTAL	NOMES	DESTE TENTE	TRANS-FERIDA	SÉRIE
1ª	1957	MENORES DE 18 ANOS	06	27	Alita Souza Costa			1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	21		Edma de Moura Ferreira			1ª
2ª	1957	MENORES DE 18 ANOS	03	15	Mª Terzinha Castro Franco			1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	12		Rosa Maria da Cruz			1ª
3ª	1957	MENORES DE 18 ANOS	—	—	Dinorah Cauby			1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	—		Lucy Rodrigues Carneiro			1ª
TOTAL DE MATRÍCULAS:					Odete Pereira Serra			2ª
RESUMO					Odete Rodrigues Alves			2ª
SÉRIE	Nº DE CLASSES	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÚMERO DE EVASÕES	% do EVASÃO				
1ª		27						
2ª		15						
3ª		—						

Fonte: Acervo IFTM.

Os resumos encontrados nos arquivos da Eserd mostram a seguinte estatística: em 1955 foram contabilizadas 32 matrículas e cinco evasões; em 1956 foram 35 matrículas e 11 desligamentos; e em 1957 foram anotadas 42 matrículas e oito evasões. Já em 1958 foram matriculadas 57 estudantes, porém 11 desistiram do curso; em 1959 foram 62 matrículas e 11 desligamentos.

Figura 33: Controle de matrículas e evasões em 1958.

CONTROLE DE MATRÍCULAS E EVASÕES DO CURSO DE MAGISTÉRIO					ANO: 1958			
MATRÍCULAS					EVASÕES			
SÉRIE	ANO LETIVO	IDADES	Nº DE MATRÍCULAS	TOTAL	NOMES	DESTE TENTE	TRANS-FERIDA	SÉRIE
1ª	1958	MENORES DE 18 ANOS	07	36	Celina Isabel Oliveira Piva	x		1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	29		Creusa Rodrigues da Silva	x		1ª
2ª	1958	MENORES DE 18 ANOS	02	21	Isolda de Almeida Costa	x		1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	19		Mª Abadia Fementel Ulhoa	x		1ª
3ª	1958	MENORES DE 18 ANOS	—	—	Mª Dirci Rodrigues da Silva	x		1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	—		Mª Cecília de A. Rezende	x		1ª
TOTAL DE MATRÍCULAS:					Marcene Ferreira de Moraes	x		1ª
RESUMO					Vanda Ferreira Assunção	x		1ª
SÉRIE	Nº DE CLASSES	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÚMERO DE EVASÕES	% do EVASÃO	Waldia Rodrigues Alves	x		1ª
1ª		36			Dina Bela Rosano	x		2ª
2ª		21			Maria Aparecida Duarte	x		2ª
3ª		—						
TOTALS:					TOTAL DE EVASÕES:			

Fonte: Acervo IFTM.

Figura 34: Controle de matrículas e evasões em 1959.

CONTROLE DE MATRÍCULAS E EVASÕES DO CURSO DE <u>MAGISTÉRIO</u> ANO: <u>1959</u>								
M A T R Í C U L A S				E V A S Õ E S				
SÉRIE	ANO LETIVO	IDADES	Nº DE MATRÍCULAS	TOTAL	NOMES	DESI- TENTE	TRANS- FERIDA	SÉRIE
1ª	1959	MENORES DE 18 ANOS	09	39	Aldair Maria Queiroz			1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	30		Luiz Maria dos Reis			1ª
2ª	1959	MENORES DE 18 ANOS	04	23	Luizia dos Santos Araujo			1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	19		Maria Angela Assencios Pinheiro			1ª
3ª		MENORES DE 18 ANOS	-	-	M ^{te} Lydia Rodrigues da C. Rocha			1ª
		MAIORES DE 18 ANOS	-		Maria Lybia Prata Vidal			1ª
TOTAL DE MATRÍCULAS: 62					Maria Geiza Ramos			1ª
R E S U M O					Regina Carmem Vitah Araujo			1ª
SÉRIE	Nº DE CLASSES	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÚMERO DE EVASÕES	% de EVASÃO	Rosa Bernadette Gomain			1ª
1ª		39	11		Wilma Maria Mendes			1ª
2ª		23	8		Waldia Rodrigues Alves			1ª
3ª		-	-					
TOTALS: 62					TOTAL DE EVASÕES:			

Fonte: Acervo IFTM.

Pela investigação, podemos afirmar que uma das causas das alunas não concluírem o curso relaciona-se mais ao abandono do que à reprovação. Por exemplo, se a moça se casasse, ela quase sempre deixava de estudar. Normalmente, a diretoria anotava as causas do desligamento em relatórios, tal como o mostrado na Figura 34.

Figura 35: Relatório com a relação nominal das alunas desligadas (196-)

2º RELATÓRIO - Quadro A		
COLÉGIO DE ECONOMIA DOMÉSTICA RURAL "LICURGO LEITE" - UBERABA - MINAS GERAIS		
CURSOS:- COLEGIAL, GINASIAL E DE PREPARAÇÃO DE ECONOMIA DOMÉSTICA RURAL		
RELAÇÃO NOMINAL DAS ALUNAS DESLIGADAS.		
NOMES	CURSOS	MOTIVO DO DESLIGAMENTO
MARIA ANTÔNIA FRAGA	1ª Série Colegial	Mudança para Brasília
NANGI HERMOZA JORDÃO	1ª " "	Retive saúde
ANA MARIA RODRIGUES	C. Prep. Ed. Des. Rural	Renunciou professora
ANA MARIA TOSTA	" " " "	Desconhecido
APARECIDA DO CARMO FERREIRA	" " " "	Normalista
CARMEN LÚCIA MENDONÇA CUNHA	" " " "	Casamento
CLÁUDIA ELISE LOSCH	" " " "	Emprego
EDNA MARIA DOS SANTOS	" " " "	Estudo
KÁTIA MARIA BORGES DE MORAIS	" " " "	Emprego
LENORA DE OLIVEIRA SALOMÃO	" " " "	Renunciou professora
MARIA DA GRAÇA MENGATTI	" " " "	Desconhecido
MARIA HELENA RODRIGUES DA CUNHA	" " " "	Casamento
MARIA HENI DOMINGOS	" " " "	Saúde
MARISA RODRIGUES VALE	" " " "	Emprego
NANCY MAGDA FACURI	" " " "	Casamento
ROSEMARY ACHGAR	" " " "	Problemas familiares
SÔNIA REGINA EDUARDO	" " " "	Emprego
TERESA MARIA DE OLIVEIRA CECÍLIO	" " " "	Casamento

Fonte: Acervo IFTM.

No entanto, o casamento não pode se considerado o grande fator de abandono do curso. Dos 18 motivos expostos na Figura 34, apenas quatro são por conta das moças terem se casado; os outros 16 motivos estão distribuídos entre motivos de saúde, mudança de cidade e emprego.

A questão de abandono ou evasão do curso já começou mesmo no primeiro ano de funcionamento da escola, como se pode concluir depois de analisar os dados da Figura 34, de onde podemos ressaltar alguns pontos: 1) que aponta os nomes da turma de 1955 (equivalente ao 1º ano das matriculadas) e também os nomes da turma de 1954 (equivalente já ao 2º ano); 2) chama a atenção o fato do 2º ano ter duas alunas a menos: Waldete Facure e Mariza Palmério Marques; 3) outro ponto a registrar é quanto ao número de matrículas que diminuiu aproximadamente 50%.

Todo esse movimento de matrícula e desistência no curso era percebido pela Seav, órgão que a Eserd era subordinada e fiscalizada durante o período de 1955 a 1959, quando foi criado um setor específico para essa finalidade dentro da própria instituição. Pelo Quadro 4 é possível observar a evolução da matrícula e concluintes nesse intervalo de tempo.

Quadro 4: Cursos de Magistério de Economia Rural Doméstica.

Ano	Nº de cursos	Matrícula 1ª série	Matrícula 2ª série	Concluintes (licenciadas)
1955	4	54	15	14
1956	4	57	31	24
1957	5	90	54	53
1958	5	87	59	52
1959	5	87	58	57
Total	23	375	217*	200

Fonte: Ferreira (2014, p.161).

Ao se analisar o Quadro 5, percebe-se que em relação à matrícula, o número de concluintes era muito reduzido, o que nos leva a constatar o alto nível de evasão desses cursos. Um detalhe é importante destacar em relação aos concluintes dos Cursos de Magistério quando comparados aos alunos dos cursos de extensão, nos quais os índices de conclusão eram muito elevados.

Quadro 5: Cursos de extensão.

Ano	Nº de cursos	Alunas matriculadas	Concluintes
1955	14	819	769
1956	20	1.413	1.398
1957	31	1.480	1.448
1958	35	1.370	1.104
1959	38	1.668	1.287
Total	138	6.750	6.006

Fonte: Ferreira (2014, p.161).

Na análise de Ferreira (2014), um dos motivos para isso parece ser o tempo menor necessário à sua conclusão e a inexistência de pré-requisitos para matrícula. Segundo ela, isso pode ter motivado o interesse, o ingresso, a permanência e a frequência no curso. No curso de magistério, observa-se um número consideravelmente menor, uma vez que para ingresso era exigida a conclusão do ensino secundário a que poucos brasileiros tinham acesso no período, fosse pela inexistência de vagas ofertadas, fosse pela impossibilidade de frequentar os cursos devido às condições de pobreza ou ao trabalho que exerciam.

3.3 Saberes compartilhados

Em 1953, o ensino ministrado para a economia doméstica, no início do funcionamento da instituição, era um curso de treinamento que vigorou até 1962. Primeiro, a Eserd ofereceu o primeiro curso que teve a duração de seis meses e depois vieram outros Cursos de Extensão Rural Doméstica²¹ de 1954 até 1971 – período que abrange o recorte temporal deste estudo, que é de 1953 a 1963 –, com duração de um ano e várias denominações como Curso Rápido de Economia Doméstica ou Curso de Extensão Doméstica, como ficou popularmente conhecido na época. Todos esses cursos com duração de um ano ofertavam Certificado de Treinamento em Economia Rural Doméstica e ministravam as disciplinas conforme o Quadro 6.

²¹ Esses outros cursos foram abordados no item 2.2 deste estudo, oportunidade em que foram analisadas as motivações para a criação de uma escola de economia doméstica em Uberaba.

Quadro 6 - Disciplinas do Curso de treinamento

Disciplina	Aulas semanais
Português	01
Religião	01
Educação Física	01
Canto Orfeônico	01
Arte Culinária	06
Enfermagem	02
Corte e Costura	05
Atividades Agrícolas	04
Trabalhos Manuais	05
Total	26

Fonte: Ferreira (2014, p.246).

Pelos apontamentos históricos levantados, foi necessário tanto investimento financeiro quanto como humano para incluir as mulheres no ensino agrícola profissionalizante, pois a economia doméstica rural concebia um papel específico e diferenciado na educação do país.

Especificamente no que se refere à sua atuação no meio rural que necessitava de franca expansão para acúmulo de capital, para novas formas de socialização e convivência, para o estímulo ao consumo de equipamentos e outros, de modo a compor um quadro de desenvolvimento moderno e pontuado pela noção de civilidade. (FERREIRA, 2014, p. 247)

Sendo assim, comprova-se que a economia doméstica foi instrumento de mudanças, pois a educação familiar chegava à escola, não de forma individual, mas, de acordo com essa pesquisadora, como elemento construtivo de uma nova racionalidade para o processo de desenvolvimento em curso na sociedade brasileira, “porquanto levaria as mulheres a se profissionalizarem e a compartilharem ideais coletivos”.

Ingressaram 22 alunas na primeira turma da Eserd, no ano de 1954, mas somente 16 concluíram o Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica. Todas elas submeteram-se a “exames de admissão”, que eram elaborados pelos professores da instituição. Além de conhecimento intelectual, esse exame verificava a sanidade física e mental e questões de higienismo, normatizações relacionadas à saúde, e ainda prova escrita de língua portuguesa, matemática e biologia. Mais ainda: as candidatas tinham de apresentar também atestado de vacinação antivariólica e de sanidade física e mental. Aprovada, a candidata, além desses documentos, deveria apresentar atestado de bons antecedentes fornecido pelo delegado da cidade.

O Curso de Magistério em Economia Rural Doméstica funcionou de 1954 a 1962 e licenciava professoras, sem qualquer articulação com os cursos de nível superior. Elas poderiam lecionar nas escolas de ensino agrícola, de acordo com o Decreto nº 38.042 de 10 de outubro de 1955, que aprovou o Regulamento dos Currículos de Ensino Agrícola, entre eles, do Curso de Magistério em Economia Rural Doméstica, conforme os artigos de 24 a 26:

Capítulo II

Do Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica

Art. 24. As disciplinas de cultura técnica do Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica são as seguintes:

1. Português;
2. Matemática;
3. Ciências Físicas e Naturais.

Art. 25. As disciplinas de cultura técnica do Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica são as seguintes:

1. Dietética e Arte Culinária;
2. Indústrias Rurais Caseiras;
3. Corte e Costura;
4. Confecção de Adornos e Utensílios Domésticos;
5. Administração e Arranjo do Lar Rural;
6. Atividades Agrícolas;
7. Desenho Aplicado;
8. Higiene e Enfermagem;
9. Noções de Puericultura;
10. Noções de Psicologia Educacional e Sociologia Rural;
11. Metodologia;
12. Administração Escolar;
13. Recreação e Jogos Educativos.

Art. 26. As disciplinas constitutivas do Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica terão a seguinte redação:

Primeira Série:

1. Português;
2. Matemática;
3. Ciências Físicas e Naturais;
4. Atividades Agrícolas;
5. Desenho Aplicado;
6. Dietética e Arte Culinária;
7. Confecção de Adornos e Utensílios Domésticos;
8. Corte e Costura;
9. Administração e Arranjo do Lar Rural;
10. Noções de Psicologia Educacional e Sociologia Rural;
11. Recreação e Jogos Educativos.

Segunda Série:

1. Português;
2. Matemática;
3. Atividade Agrícolas;
4. Dietética e Arte Culinária;
5. Indústrias Rurais Caseiras;
6. Noções de Puericultura;
7. Confecção de Adornos e Utensílios Domésticos;
8. Corte e Costura;

9. Higiene e Enfermagem;
10. Administração e Arranjo do Lar Rural;
11. Noções de Psicologia Educacional e Sociologia Rural;
12. Administração de Escolas;
13. Metodologia;
14. Recreação e Jogos Educativos. (BRASIL, 1955, online)

O currículo da Eserd era extenso, porém variando no decorrer dos anos, com pelo menos 14 disciplinas obrigatórias, com conteúdos que abordavam vasta área de conhecimentos, entre eles: Administração Escolar, Psicologia, Arte Culinária, Enfermagem e Puericultura. As estudantes deveriam assimilar todo esse conteúdo para transmiti-lo de forma simples e prática às comunidades onde fossem atuar.

Nesta época, não havia uma matriz unificada para as disciplinas ministradas nas escolas profissionalizantes. Assim, cada instituição escolhia as disciplinas e respectivas cargas horárias com base no Decreto nº 38.042, de 10 de outubro de 1955 (BRASIL, 1955, online). Esse quadro só se modificou com o surgimento da Coagri, a partir de 1978, quando foram iniciados estudos para a unificação das atividades desenvolvidas nas Escolas Federais que ofereciam o ensino secundário.

Sendo assim, o currículo dependia de aprovação, em última instância, da Seav. Para tal, eram realizados encontros anuais de Diretores dos Colégios Agrícolas e de Economia Doméstica. Isso significa dizer, que o currículo adotado nas instituições precisava do crivo de técnicos e especialistas da Seav, que faziam os ajustes às reais necessidades do ensino no nível secundário, sob a ótica deles. Oficialmente, o currículo estabelecido devia obedecer às prescrições recebidas desse órgão que, por sua vez, enviava às escolas as instruções necessárias.

Esse trabalho era feito sob responsabilidade da Divisão de Estudos Pedagógicos da Seav, que geria o currículo e as diversas disciplinas que deveriam ser ministradas em todas as escolas. Ao final do curso, as alunas aprovadas recebiam o diploma de licenciada em Economia Rural Doméstica por terem concluído o Magistério de Economia Doméstica.

De acordo ainda com essa autora, as aulas consistiam na observação do que deveria ser feito, subordinando a imaginação à observação para, em seguida, levarem as moças a reproduzirem o procedimento.

Os departamentos de ensino destinados à Economia Doméstica da Eserd contavam com laboratórios, aparelhos, utensílios de cozinha, lavanderias, sala de corte e costura. Nesses departamentos eram desenvolvidas muitas atividades práticas por meio das quais as estudantes realizavam várias ações que depois poderiam realizar em casa. Ao mesmo tempo, aprendiam a organizar listas de compras, a realizar outros serviços que se ligavam à administração. (S1, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 357)

Conforme mostra a Figura 37, existiam no currículo escolar tópicos que iam desde o estudo de atividades agrícolas – como, por exemplos, aulas sobre sementes e preparo de terrenos e canteiros –, passando por noções de decoração, canto e conhecimentos gerais abordando temas como: conceito de personalidade; personalidade feminina; vocação para o estado conjugal e conceitos de felicidade e verdadeiros valores de um rapaz.

Figura 37: Registro das aulas dadas em 1963.

NOME DO PROFESSOR	DISCIPLINA	MATERIA LECIONADA	OBSERVAÇÕES
FRANCISCO BRIGAGIÃO	PEQUENAS ATIVIDADES AGRICOLAS FEVRIAL	Introdução ao estudo de Atividades Agrícolas. Valor econômico das hortaliças. Estado da semente, a sementeira, reconhecimento das ferramentas, cobertura das sementes e da sementeira, processos de semeadura, semente por semente. Nivelamento, plantio, teste manual.	
JULIA SOUZA BORGES	ARTE E DECORAÇÃO	Elementos decorativos de uma residência no arranjo de interiores. Trabalho prático de confecção de flores, usando-se o aproveitamento da cor na decoração; formas das várias sismos; decorações, das antigas e complementares. Exemplos no ambiente. A pintura como fator decorativo. Trabalho prático de pintura em telhas empregando-se as várias técnicas (decalques) etc. Amostras, decoração de sala de estar, arranjo dos móveis; princípios básicos. Exemplos de cada tipo de harmonia numa determinada área, usando-se em tapetes, paredes, móveis, cortinas e acessórios.	
HELINA RANGS LIMA	HIGIENE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS PNEUMOLOGIA	Noções de Pneumologia: histórico, conceito, definição. Divisão da Pneumologia: conceitual, pré-natal, post-natal. Cuidados higiênicos da gestante, do parto, do recém-nascido, do lactante. Anatomia do aparelho genital feminino: utero, trompas e ovários; glandula pituitária; suas funções e localizações. Doenças: tipos, sintomas e causas. Cuidados e tratamentos. Fisiologia dos órgãos genitais. Gravidez extra-uterina ou tubária. Noções de enfermagem. Primeiros socorros. Medidas a serem tomadas numa emergência. Farmacia caseira. Organização e farmacia no lar.	
PADRE VICENTE AMBROSIO DOS SANTOS LEILA VIEIRA L. DA CUNHA	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA MÚSICA	Fonética de canto orfônico. Polifonia métrica. Prática de canto. A arte.	
PADRE RUIZ BERRAZAN DA SILVA	CONHECIMENTOS GERAIS	Princípios gerais de boa educação. Cumprimento, como sentar-se corretamente. Apresentação. Conversação. Conversação escrita. Posição. Posição p/ o que fazer das mãos. Visitas a fontes e visitas de pessoas. Assuntos inconvenientes de conversação não cruzar as pernas. Deveres dos convidados.	

Fonte: Acervo IFTM.

O Quadro 7 mostra as principais disciplinas relacionando-as com suas finalidades antes de 1961, ano em que, devido às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional – LDBEN de 1961, a estrutura do currículo foi alterada para integrar a formação em Economia Doméstica no ensino de segundo grau. Assim, passaram a agregar o currículo não só as disciplinas de Cultura Técnica, como disciplinas de Cultura Geral e Práticas Educativas.

Quadro 7: Disciplinas, conteúdos e finalidades no período de 1953-1963.

ARTE CULINÁRIA	Habilitar a estudante sobre a importância da nutrição e dos alimentos para a família, a comunidade e o país; planejar racionalmente a alimentação individual e coletiva e participar de programas afins.
VESTUÁRIO (CORTE E COSTURA)	Base para o planejamento, confecção, conservação e higiene de roupas pessoais e da habitação; envolvia aspectos históricos, psicológicos, sociológicos e econômicos. Habilitar a estudante para orientar a família na melhor utilização dos recursos destinados às vestimentas dos membros da família, incluindo as crianças.
HIGIENE E PUERICULTURA	Proporcionar à estudante os conhecimentos necessários à preservação e melhoramento de saúde do indivíduo e da comunidade e à conservação do ambiente.
ADMINISTRAÇÃO DO LAR	Fornecia elementos para tomada de decisões no lar, contendo subsídios para capacitar profissionais a orientar as famílias no reconhecimento e uso dos recursos; orientar e/ou executar programas de informação e educação do consumidor, para aquisição e uso de serviços e bens de consumo.
PSICOLOGIA	Focalizava o processo de desenvolvimento humano visando possibilitar melhor atuação da Economista Doméstica em órgãos públicos, privados e serviços de extensão rural e urbana.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Também vale ressaltar que o curso de Magistério de Economia Rural Doméstica tinha duração de apenas dois anos, mas como se pode conferir pelos Quadros 8 e 9, ele continha várias disciplinas que passaram por algumas variações, inclusive aumentando a carga horária.

Quadro 8: Curso Magistério de Economia Rural Doméstica (1954-1955).

Disciplinas	Aulas semanais		Total anual
	1ª série	2ª série	
Cultura Geral			
Português	01	02	90
Matemática	01	02	90
Ciências Naturais	01	-	30
Cultura Técnica	1ª série	2ª série	
Desenho	01	-	30
Trabalhos Manuais	01	-	30
Corte e Costura	01	-	30
Economia Doméstica	01	-	30
Atividades Agrícolas	01	-	30
Indústrias Rurais	1ª série	2ª série	
Indústrias Rurais Caseiras	01	-	30
Arte Culinária	01	-	30
Prática Ocupacional	1ª série	2ª série	
Canto Orfeônico	01	02	90
Higiene	1ª série	2ª série	
Higiene e Dietética	-	02	60
Enfermagem e Puericultura	-	02	60
Metodologia	1ª série	2ª série	
Metodologia	-	02	60
Psicologia	-	02	60
Economia e Administração Doméstica	-	02	60
Total	11	16	810

Fonte: Ferreira (2014, p. 256).

Quadro 9: Curso Magistério de Economia Rural Doméstica (1956-1957).

Disciplinas	Aulas semanais		Total anual
	1ª série	2ª série	
Cultura Geral			
Português	02	02	120
Matemática	02	02	120
Ciências Naturais	02	-	60
Cultura Técnica	1ª série	2ª série	
Arte Culinária	02	-	60
Economia Doméstica	02	-	60
Corte e Costura	02	-	60
Trabalhos Manuais	02	-	60
Atividades Agrícolas	02	-	60
Desenho	02	-	60
Psicologia	-	02	60
Higiene	-	02	60
Metodologia Especial	-	02	60
Enfermagem e Puericultura	-	02	60
Administração Escolar	-	02	60
Agricultura	-	02	60
Arte Culinária e Indústrias Rurais	-	02	60
Práticas Educativas	1ª série	2ª série	
Jogos Educativos	-	01	30
Canto Orfeônico	01	02	90
Total	20	25	1350

Fonte: Ferreira (2014, p. 257).

O Quadro 10 mostra os cursos oferecidos pela Eserd de 1953 a 1963. Em 1953, só houve oferta do curso de extensão. Ferreira (2014, p. 304) ressalta que, embora tenha

encontrado a relação dos concluintes, não foram encontrados os registros de matrícula. Já para o Curso de Magistério iniciado em 1954, todos os dados estavam registrados em livros próprios.

Quadro 10: Cursos Eserd (1953-1963).

Anos	Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica		Anos	Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica	
	Matrícula	Concluintes		Matrícula	Concluintes
	-	20	-	-	-
	-	77	1954-1955	22	16
	-	32	1955-1956	10	09
	-	84	1956-1957	16	13
	-	49	1957-1958	21	19
	-	45	1958-1959	28	23
	-	33	1959-1960	28	25
	-	30	1960-1961	11	11
	-	50	1961-1962	25	19
	-	41	1962-1963	27	20

Fonte: Ferreira (2014, p.305).

Ao se analisar as informações do Quadro 10, percebe-se um número maior de alunos no Curso de Extensão. Um dos fatores para isso parece ser o fato de sua duração, seis meses no primeiro curso e um ano a partir de 1954. “Também havia menos exigências para matrícula nos cursos de extensão. Não era exigida a conclusão do ensino secundário como estabelecido para matrícula no Curso de Magistério” (FERREIRA, 2014, p. 305).

Outro ponto que chama a atenção no Quadro 10 relaciona-se a irregular matrícula e concluintes do curso ao longo dos anos. O ingresso no Curso de Magistério, dependendo do ano, ora tinha maior procura, ora quase não havia demanda. Uma das causas de abandono pode estar relacionada às constantes mudanças de currículo e o fato das estudantes não creditarem importância ao ensino profissionalizante ou ao Magistério, o que exigia mais dedicação ao curso devido ao número de disciplinas a mais que eram ofertadas, preferindo se transferir para outras escolas.

Sob o olhar de quem trabalhou e estudou na instituição, o programa profissionalizante apresentado um sistema rígido de avaliação. Além do exame de admissão, também era exigido um exame final e “isso afastava boa parte da população que não se via representada na escola, o que não permitiu dúvidas sobre o caráter elitista do ensino e o aspecto seletivo da trajetória escolar.

Os critérios de seleção para alunos eram inscrição, teste, uma prova para entrar. Só apareciam candidatas. Foi só quando abriu o curso noturno que apareceram candidatos homens. Muitos não conseguiam nem escrever na prova de redação. Ficávamos com pena. Em relação às avaliações, quando as alunas ficavam para recuperação e eram reprovadas, por exemplo, em Português, elas se matriculavam na série seguinte e iam cumprindo a disciplina em outros horários. (S2, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 360)

Pelo depoimento de S2 comprova-se o fato de que, inicialmente, o curso funcionava apenas nos turnos diurnos e com o caráter de formação para as atividades domésticas, por isso não apareciam candidatos homens. Além disso, e ainda sob o amparo de Ferreira (2014, p. 360), no decorrer do ano letivo, as provas eram mensais com os devidos registros em atas. As provas de 2ª época – período de recuperação para quem não obteve conceitos satisfatórios – eram aplicadas, caso as estudantes não alcançassem média em uma das disciplinas. E se fossem reprovadas, ainda podiam se matricular na série seguinte e cumprir a disciplina em outras turmas e horário.

Também o depoimento de S5, concedido a Ferreira (2014), mostra algumas características quanto ao currículo da instituição e seus desdobramentos para a sociedade da época, na qual a Eserd era destaque na escolarização feminina e ainda mais por situar-se em um bairro com residências de pessoas influentes, próximo ao Parque Fernando Costa.

Nessa época o curso de Economia Doméstica era mais voltado para atuação rural, tanto que se chamava de Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica e o título de professor era “Professora de Economia Rural Doméstica”. Tenho muito orgulho de ter me formado como Economista Doméstica. Guardo saudosa recordação. (S5, depoimento concedido a FERREIRA, 2014, p. 361)

A partir de 1963 – ano em que a Eserd foi transformada em escola técnica e que fecha o recorte temporal deste estudo – os cursos passaram a abranger o Ginásio Agrícola e o Colegial de Economia Doméstica Rural para atender às prerrogativas previstas na LDBEN de 1961. Os Cursos Ginásiais de Economia Doméstica Rural tinham, em sua essência, a mesma finalidade de antes: procurar desenvolver nas estudantes as aptidões para as lides domésticas, preparando-as para as responsabilidades e atividades do lar e para as atividades sociais. A diferença era que eles tiveram a duração ampliada, as aulas de cultura geral recebiam maior carga horária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos os dados deste estudo com o objetivo de entrelaçarmos os capítulos 1 e 2, analisando os principais pontos dos primórdios da Economia Doméstica no mundo e no Brasil e a instalação do curso em Uberaba, podemos fazer algumas reflexões. O primeiro ponto a ponderar é que a Economia Doméstica, enquanto conhecimento, nasceu tanto no Brasil quanto em países como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Economia Doméstica passou a ser discutida e a existir devido a alguns fatores: a valorização da vida rural, o que levou os dirigentes políticos e intelectuais proporcionarem as vantagens da população urbana em relação à população rural, entre eles o conforto doméstico; a realização da Reforma Agrária desde os primórdios da sua colonização; e a aceleração da indústria, fazendo com que as poucas famílias que possuíam empregada doméstica, as perdessem para as fábricas. Desse modo, enquanto que no Brasil a valorização da vida e da família rural era praticamente nula, o que desencadeou o êxodo rural formando as favelas urbanas, nos Estados Unidos surgiam os *Land Grant Colleges*, onde sempre faziam parte a agricultura, pecuária e a *Home Economics*.

Sendo assim, não é difícil explicar a situação brasileira, na qual nasceu a Economia Doméstica. No início da década de 1950, mais de 60% da nossa população estava na zona rural e em precárias situações de saúde e higiene, sem nenhum conforto doméstico, pois a atividade agropecuária – que até então era desenvolvida sem assistência técnica, educativa, social e financeira – não rendia o suficiente para bancar o mínimo bem-estar. As casas rurais eram rústicas e construídas com material sem qualidade. Escolas não existiam. O governo ainda não olhava para o meio rural.

Resumindo: lá fora, a Economia Doméstica surgiu quando as famílias se mudaram para as cidades por causa da Revolução Industrial, enquanto que no Brasil, ela começou a ser discutida pela necessidade de pessoal técnico para orientar o agricultor e sua família, tanto é que a cadeira foi criada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para os cursos profissionalizantes, com sede no Instituto Profissional Feminino da Capital de São Paulo. Não obstante às dificuldades, consideramos que o Brasil acertou em querer fixar o homem do campo ao seu lugar de origem, pois não haveria mercado de trabalho na cidade.

Mas onde se encaixava a Economia Doméstica nesse cenário? É preciso descrever um pouco mais sobre o ensino dessa época antes de responder a essa pergunta. Na década de 1950, existiam nos estados brasileiros modalidades de ensino que foram criadas para formar

os jovens para trabalhar na indústria (embora não existisse vaga para todos). Assim, os cursos eram de orientação comercial, industrial e normal e possibilitavam a rápida absorção nas vagas de trabalho existentes. Foi nesse cenário que o curso de Economia Doméstica de formação profissionalizante foi instituído em Uberaba.

Podemos dizer que o governo fez o possível, diante da impossibilidade de melhorias rápidas e efetivas na área urbana, então afetada pela elevada expansão populacional por causa das migrações, o jeito era buscar melhorias para as condições de vida no meio rural, para convencer as famílias ali permanecerem. Daí explica-se as ações e um cuidado maior com o ambiente doméstico. Nessa perspectiva podemos supor que a criação de Centros de Treinamento de Economia Rural Doméstica no interior do país, deveriam atender principalmente as mulheres que aprendiam noções de manuseio do alimento e questões sobre nutrição, habitação, mobiliário, equipamento, saúde da família, higiene, puericultura, enfermagem, vestuário, economia familiar, relações familiares, pessoais e na comunidade.

Nesse ponto, entendemos que essas situações de aprendizagem não eram desenvolvidas como possibilidade de independência ou emancipação da mulher, mas apenas eram atividades aprimoradas para serem aplicadas na propriedade rural e no lar. Isto posto, é possível situar as moças da Eserd que primeiro passaram pela Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica, a segunda escola desse tipo instalada no Brasil, instituído em 1953. A partir desse momento da história, podemos ressaltar pontos positivos e negativos de todo o processo. Se por um lado, o cenário desenvolvia ações que resolviam o problema do êxodo rural preparando as moças com cursos de extensão rural destinado a agricultores e suas famílias, por outro lado já podíamos antever que o futuro delas não estaria longe das tradições familiares da época, calcadas nos valores conservadores, nacionalistas e católicos. .

Assim se consolidou a Eserd, como resultado da aliança entre a elite civil e a elite clerical junto ao Ministério da Agricultura, uma vez que tudo partiu das ideias do Padre Agostinho e que acabou moldando uma educação feminina extremamente conservadora e tradicional.

No mesmo momento em que Uberaba era considerada uma cidade progressista, marcada pelos ideais de modernidade, a mulher era exaltada por ter um perfil moderado, protetora da moral e dos bons costumes. Na formação dela, era imprescindível que pudesse se desdobrar para atender às necessidades da família, com conhecimentos de técnicas e de diversas práticas, inclusive agrícolas.

Outro ponto importante é situar a Eserd entre outras escolas profissionais da época. Nesse sentido, o melhor parâmetro que podemos fazer é com a Escola Profissional Feminina,

na capital paulista, na qual as estudantes podiam escolher matérias de corte, costura, de rendas, bordados e as de Flores e Chapéus, embora tivessem também – e obrigatoriamente – aulas de português, aritmética, geografia e desenho geométrico.

Nesse sentido, ao repassarmos os apontamentos do capítulo 3, podemos ressaltar algumas diferenças entre aquela com a escola uberabense. Primeiro é preciso ressaltar que as escolas paulistas atendiam alunas das classes trabalhadoras e eram filhas de imigrantes; em Uberaba a escola atendia filhas de famílias abastadas e as disciplinas para prender as moças não eram optativas, e sim faziam parte do currículo a ser cumprido. Assim, disciplinas de corte e costura, rendas e bordados dividiam espaço de estudo com o português, matemática, geografia, francês, entre outras. Nessa perspectiva, a Eserd ministrava cursos que interessavam a sociedade uberabense da época.

Seja como for, em ambas as situações, o que percebemos é que as moças, *aparentemente*, gostavam de ser educadas dessa forma, ou seja, visando dois universos: no espaço privado a manutenção do lar e a educação da família; no espaço público, a assistência e também a educação. .

Outro detalhe é que o corpo docente das escolas paulistas era formado por professoras primárias e as auxiliares eram contratadas pela Secretaria dos Negócios do Interior, em regime temporário. Não foi assim na Eserd na sua primeira década de funcionamento, período para o qual os dados da pesquisa apontam, o critério de contratação era a indicação feita pela diretora que, por sua vez, também foi nomeada pelo poder político dominante. Na Eserd não havia alternativa a não ser integrar a educação religiosa, afetiva e cívica a uma educação integral feminina. Sendo assim, não poderia ser qualquer pessoa para dirigir ou lecionar na escola, nesse sentido, as profissionais eram escolhidas a dedo, pois a competência acadêmica e profissional eram uma exigência. Além disso, elas deveriam ter um perfil de ilibado comportamento moral perante a sociedade.

Quanto a isso, entendemos que as pessoas ligadas à Eserd precisavam de conhecimentos que pudessem ser associados à teoria e à prática, precisavam estar envolvidas com a comunidade. Nesse sentido, acreditamos que a Eserd até extrapolou o papel que tinha idealizado para si, pois além de prover uma boa formação para as jovens uberabenses para sua atuação no lar, oportunizou também a possibilidade de inserir essa mesma jovem, no âmbito do mercado de trabalho, uma vez que muitas delas tornaram-se professoras da referida instituição.

Percebe-se então que a que em um primeiro momento do curso de economia doméstica, esteve ligada a uma função educativa de preparo das moças uberabenses para a

função de gestora do lar, dentro de uma educação conservadora e com preceitos cristãos, importantes para personificar o papel da mulher na sociedade.

Sob esse ponto de vista, podemos perceber que a Eserd mesmo não tendo surgido com o objetivo de formar as moças para os aspectos da vida pública propriamente dita, uma vez que seu método de ensino visava principalmente a atuação doméstica nos lares, mesmo assim acabou por inseri-las no mercado de trabalho, à crescente urbanização que provocava o êxodo rural brasileiro. Era necessário então que as moças prendadas da cidade fossem atuar no meio rural para segurar aquele povo ao seu lugar de origem. Por isso, a escola começou a funcionar como Centro de Treinamento em Economia Doméstica Rural e até que, em 1954, a instituição recebeu nova denominação Curso de Extensão em Economia Doméstica Rural. A zona rural era o mercado de trabalho que se abria para as mulheres da época, ficando mais claro assim os objetivos da instituição.

. Durante o trabalho de pesquisa, assumimos alguns desafios, esbarrando em dificuldades, mas também em facilitadores. O grande facilitador, sem dúvida, foi ter estado dentro da instituição e a maior dificuldade foi perceber que, entre tantas mudanças e empréstimo de material, os documentos da história da Eserd foram se esvaindo para lugares que não conseguimos encontrar na sua totalidade. Mas isso foi um grande desafio, pois durante a investigação foi possível achar uma papelada da área administrativa e fotos que colaboraram para formar o perfil de diretoras, professoras e alunas do período da pesquisa. Isso sem falar da bibliografia que aborda a história do ensino profissionalizante no mundo e no Brasil.

Outro facilitador foi o livro “Ensino profissionalizante feminino no Triângulo Mineiro (Uberaba/MG – 1953-1997)”, da doutora Nilce Vieira Campos Ferreira, que traz valiosa síntese de fatos históricos que contextualizaram o Treinamento em Economia Rural Doméstica, primeiro curso, que deu origem à Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica “Licurgo Leite”, hoje IFTM/Campus Uberaba. Junto com nossos apanhados históricos, essa obra corroborou para formar o corpo de todo estudo.

Analisamos que, de uma maneira geral, a Eserd, nos moldes em que foi criada e como funcionou nos seus primeiros dez anos, era totalmente associada aos interesses sociais da época. Percebemos que a sociedade uberabense tinha um imaginário de civilidade para as moças que, se fossem prendadas, poderiam se tornar bons partidos para os casamentos. Para que isso acontecesse, era necessário o aprimoramento das prendas domésticas, nessa perspectiva ela deveria ser dócil, gentil, boa mãe. E assim foi o modelo de educação da Eserd, que levava a cabo tudo que pudesse transformar a mulher naquilo que a sociedade esperava

dela naquele momento. Desse modo, não foi difícil localizar nos currículos matérias que conferiam, às futuras donas de casa, o conhecimento dos cuidados com o lar, o esposo e filhos. Até noções de economia financeira do lar existiam no conteúdo ensinado.

Em certos momentos, de acordo com os testemunhos das ex-alunas, percebemos que as moças gostavam de tudo isso, mas insistimos na opinião de que por trás da voz pausada, da maneira de fina e educada de se portar, estiveram escondidos valores impostos, um certo “dever de ser”, ou seja, uma representação daquilo que foi definido pela sociedade como ideal.

Acreditamos que além de conferir instrução e educação civilizatória, a Eserd educava na base da moral e dos bons costumes, característica na qual não recairia nenhuma crítica de nossa parte, se ela acolhesse também moças pobres. No entanto, de acordo com alguns depoimentos, isso não acontecia. Os bons costumes, o civismo e a religião eram privilégios das filhas de famílias abastadas da cidade, pelo menos é o que podemos deduzir partindo de alguns indícios encontrados durante a análise de testemunhos concedidos à pesquisadora Nilce Vieira Campos Ferreira.

Isso pode ser comprovado também pelo caráter profissionalizante do curso e por outros fatos percebidos durante a investigação, que indicam que a Eserd recrutou suas alunas em meios mais abastados, de porta em porta, pelo Padre Agostinho. Não apenas por esse, mas por outros aspectos tais como o fato de o curso ser gratuito e até mesmo pelo conhecimento das atividades que eram ministradas às moças, tudo nos ajuda a concluir que se tratava de um curso para um público específico, muito longe de ser o mundo das moças .

Desse modo, concluímos que a Eserd representou e tem relevância para a cidade de Uberaba na sua primeira década de funcionamento, porque foi o primeiro curso profissionalizante voltada para o público feminino e por preparar as estudantes para colaborar com a manutenção das famílias no campo, evitando o êxodo rural. Para além disso, o curso garantiu o bem-estar social, uma melhor qualidade de vida e serviu para mostrar que, no campo do conhecimento e no campo profissional a Economia Doméstica poderia ser empregada fora do lar e ser desenvolvida dentro da comunidade como um todo.

Durante a organização deste trabalho, notamos, por meio dos dados coletados e leituras sobre a história da Eserd, que a mulher da época tinha atributos que justificavam a “vocação” para o exercício do magistério, para profissões relacionadas à saúde e à administração das tarefas do lar, enquanto gestora da vida familiar. Nesse sentido, a Eserd chegou no momento certo para ajudar na realização dessa vocação.

Ao conhecermos as experiências das mulheres que vivenciaram os dez primeiros anos do cotidiano da Eserd, compreendemos que o método de formação das moças, caracterizado por uma suposta orientação rigorosa não era tão rígida assim, pois existia a disciplina acirrada, mas o seu caráter era mais humano do que se podia imaginar. Tanto é que os depoimentos coletados por Ferreira (ano) nos dizem o contrário. Conhecendo a história oficial, ficamos sabendo que as leis da Eserd eram as leis do Estado. E sendo assim, a Eserd só poderia vislumbrar a ser uma escola modelo de formação para boas moças, cujo destino era o matrimônio e o lar. E foi, conforme atestam os depoimentos que quem passou pela instituição.

Ao final do caminho da pesquisa, não poderíamos deixar de ressaltar o maior obstáculo, que foi a falta de material publicado sobre a Eserd no recorte temporal escolhido. No entanto, percebemos que não é um atributo apenas dessa instituição, pois a escassez dos estudos sobre as escolas de Economia Doméstica pode ser constatada de uma maneira geral. No entanto, se faltam teses e dissertações sobre as escolas de formação para as mulheres triângulinas e uberabenses, a temática se torna, então, um estímulo para novos estudos.

Nesse sentido, acreditamos que esta pesquisa se junta ao que já existe de documentação para abrir novas perspectivas e aprofundar a temática, mas, em momento nenhum, sem a pretensão de esgotar o assunto, nem no recorte histórico escolhido, nem em todos os anos da Eserd. Afinal, a história de uma instituição educativa só pode ser resgatada a partir de investigações permanentes e estímulos constantes.

REFERÊNCIAS

- AMARAL JÚNIOR, José Carlos do. Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos da Economia Doméstica no Brasil. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, n. 52, p.275-285, set. 2013. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/viewFile/5358/4640>>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- AMARAL JÚNIOR, José Carlos do. Questões contemporâneas sobre o ensino de Economia Doméstica no Brasil: 61 anos depois. **Espaço Acadêmico**, [s/l], v. 0, n. 155, p.81-85, 10 abr. 2014. Mensal. Disponível em: <<file:///C:/Users/revis/Downloads/22084-99504-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- AMORIM, Nice Borges. Discurso pronunciado no Centro Cívico José de Alencar. Uberaba (MG), 15 de maio de 1980.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 1ª reimpressão em 2007. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=gAfK-kWo1ZUC&pg=PA124&lpg=PA124&dq=mulher+brasileira+na+década+de+1950&source=bl&ots=jX52CIXZVD&sig=96bLUD8HJctv-w5rpSM3FAJAepQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj19-Cr_MDMAhUDIJAKHbe-APwQ6AEIKDAC#v=onepage&q=mulher brasileira na década de 1950&f=false](https://books.google.com.br/books?id=gAfK-kWo1ZUC&pg=PA124&lpg=PA124&dq=mulher+brasileira+na+década+de+1950&source=bl&ots=jX52CIXZVD&sig=96bLUD8HJctv-w5rpSM3FAJAepQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj19-Cr_MDMAhUDIJAKHbe-APwQ6AEIKDAC#v=onepage&q=mulher%20brasileira%20na%20d%C3%A9cada%20de%201950&f=false)>. Acesso em: 4 maio 2016.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933**. Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- BETÂNIA, Marta de. **Noções de Economia Doméstica**. 1957. Disponível em: <<http://www.estantevirtual.com.br/armazemdolivrouso/Marta-de-Betania-Nocoos-de-Economia-Domestica-180514905>>. Acesso em: 30 jun. 2016.
- BLOCH, Marco. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. **Decreto-lei Nº 4.244, de 9 de Abril de 1942**: Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, RJ. 1942a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- BRASIL. **Decreto-lei no 4.073, de 30 de Janeiro de 1942**: Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro, RJ. 1942b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14073.htm>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- BRASIL. **Decreto-lei Nº 6.141, de 28 de Dezembro de 1943**: Lei Orgânica do Ensino Comercial. Rio de Janeiro, RJ. 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei N.8.529, de 2 de Janeiro de 1946:** Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, RJ. 1946a. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/decreto-lei.8.529-1946_reformas_capanema-ensino_primario.htm>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 8.530, de 2 de Janeiro de 1946:** Lei Orgânica do Ensino Normal. Rio de Janeiro, RJ, 1946b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola - Decreto-lei 9613/46.1946c. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126500/lei-organica-do-ensino-agricola-decreto-lei-9613-46>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909.** Rio de Janeiro, RJ, 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Aprova O Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola.** Rio de Janeiro, RJ. 1955. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38042-10-outubro-1955-335142-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961:** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 52.666, de 11 de Outubro de 1963:** Aprova o Regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura. 1963. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52666-11-outubro-1963-392917-norma-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 7.387, de 21 de outubro de 1985. **Dispõe Sobre o Exercício da Profissão de Economista Doméstico e dá Outras Providências.** Brasília, DF, 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7387.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.613/46.** 1946. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126500/lei-organica-do-ensino-agricola-decreto-lei-9613-46>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **Trabalhadoras brasileiras dos anos 90:** mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. *Mulher e Trabalho*, v.2, 2002.

CEBOTAREV, E; MARQUES, N. Economia e Economia Familiar. In: **Anais do I Simpósio de Economia Familiar.** Viçosa, MG: Editora Universitária, 1996.

CLEOPHAS, João. Relatório das Atividades do Ministério da Agricultura em 1952. Rio de Janeiro: **Serviço de Informação Agrícola**, 1952.

CODIUB (Uberaba). **Jornal Lavoura e Comércio**. 2013. Disponível em: <<http://www.codiub.com.br/lavouraecomercio/pages/main.xhtml>>. Acesso em: 4 maio 2016.

CORREIA, Sarah. **Os diferentes papéis da mulher brasileira no século XIX**. 2016. Disponível em: <<http://sarahhistorians.blogspot.com.br/2011/08/os-diferentes-papeis-da-mulher.html>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

CORREIO CATÓLICO. Publicidade. Uberaba, 26 de agosto de 1950, p.5.

ESERD. Relatório de 1955. Diretora Laura Pinheiro. Uberaba, 21 de dezembro de 1955.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo, RS: UPF. 2000.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. v.1.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. **Economia Doméstica: ensino profissionalizante feminino (Uberaba/MG – 1953-1997)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Organização inicial do ensino profissionalizante feminino em UBERABA/MG: economia rural doméstica (1953-1962)**. 2013. Disponível em:

<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/viewFile/8640276/7835>>.

Acesso em: 4 nov. 2016

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, volume 1, 1961.

FONSECA, Sônia Maria. Gustavo Capanema. S/D. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_gustavo_capanema.htm>.

Acesso em: 29 abr. 2016.

GOMES, Luiz Sousa. **O que devemos conhecer de Economia Política e Finanças**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

HALBWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editor dos Tribunais, 1990.

HELENA, Gilda. **Aprenda a ser esposa e mãe**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1955.

Disponível em: <<http://www.nossoacervo.com.br/livro-aprenda-ser-esposa-mae-gilda-helena-1955-26758xJM>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 12 fev. 1953, p. 3.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 12 mar. 1958, p. 3.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 16 fev. 1955, p. 3.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 11 fev. 1955, p. 3.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 3 out.1963, p.3.

JORNAL CORREIO CATÓLICO, 26 ago. 1950, p.2.

JORNAL DA MANHÃ ONLINE, 12 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,27,ENTREVISTA,57313>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MAGALHÃES, Justino Ferreira. **Tecendo textos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

MALUF, Luciana. **Colunismo social: A investigação histórica**. 2004. Disponível em: <<http://maxicare.pt/wp/artigoscronicastextos/colunismo-social-um-campo-de-possibilidades-para-a-investigacao-historica/>>. Acesso em: 7 maio 2016.

MENDONÇA, Família. **Centenário de José Mendonça: 1904-2004**. 2009. Disponível em: <<http://josemendonca.com.br/index.php>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

OLIVEIRA, Abrahão de. **A primeira escola profissional feminina: a de Carlos Campos**. 2015. Disponível em: <<http://www.saopauloinfoco.com.br/escola-carlos-de-campos/>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. **Economia doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional**. 2006. Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20060006>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

OLIVEIRA, Tatiana Morais. **Economia: um breve comentário sobre a economia doméstica**. 2012. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/CTB_EaD/article/view/5/4>. Acesso em: 24 abr. 2016.

RATTO, Izabel Maria Ribeiro. **A visão de família nos cursos de Economia Doméstica**. Dissertação de Mestrado, UFRRJ/CPDA, abril de 1992.

RIBEIRO, José Paulo. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume, 2000.

SANGIRARDI, Helena. **Coleção Feminina Vol. 6 Decoração**. 1968. Disponível em: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-764552438-coleco-feminina-vol-6-decoraco-helena-sangirardi-_JM>. Acesso em: 30 jun. 2016.

SANTOS, Liana Pereira Borba dos. **Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos Jornal das Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos 1950**. 2011. Http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2009_1-539-me.pdf. Disponível em: <http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2009_1-539-me.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2016.

SERRANO, Isabel de Almeida. **Noções de Economia Doméstica**. São Paulo: Nacional, 1954.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. **Modas e modos domésticos: os manuais de instrução femininos e a educação da mulher - décadas de 1950 e 1960**. 2013. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2013 - Dyeinne.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

TORRES, Nice Izabel Vasconcelos; FAGUNDES, Daurea; LINS, Aldo. **Biblioteca da mulher: arte culinária, manicure e pedicure, primeiros socorros**. 1954. Disponível em: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-722817545-livro-biblioteca-da-mulher-economia-domestica-arte--_JM>. Acesso em: 30 jun. 2016.

WIKIPÉDIA. **Ibrahim Sued**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ibrahim_Sued>. Acesso em: 25 maio 2016.

ENTREVISTAS

S1. Uberaba, 2 de março. 2012. Entrevista concedida a Nilce Vieira Campos Ferreira.

S2. Uberaba, 10 de março de 2012. Entrevista concedida a Nilce Vieira Campos Ferreira.

S3. Uberaba, 6 de setembro de 2011. Entrevista concedida a Nilce Vieira Campos Ferreira.

S4. Uberaba, 20 de setembro de 2011. Entrevista concedida a Nilce Vieira Campos Ferreira.

S5. Uberaba, 25 de setembro de 2011. Entrevista concedida a Nilce Vieira Campos Ferreira.

S6. Uberaba, 5 de outubro de 2011. Entrevista concedida a Nilce Vieira Campos Ferreira.

S7. Uberaba, 10 de outubro de 2011. Entrevista concedida a Nilce Vieira Campos Ferreira.
